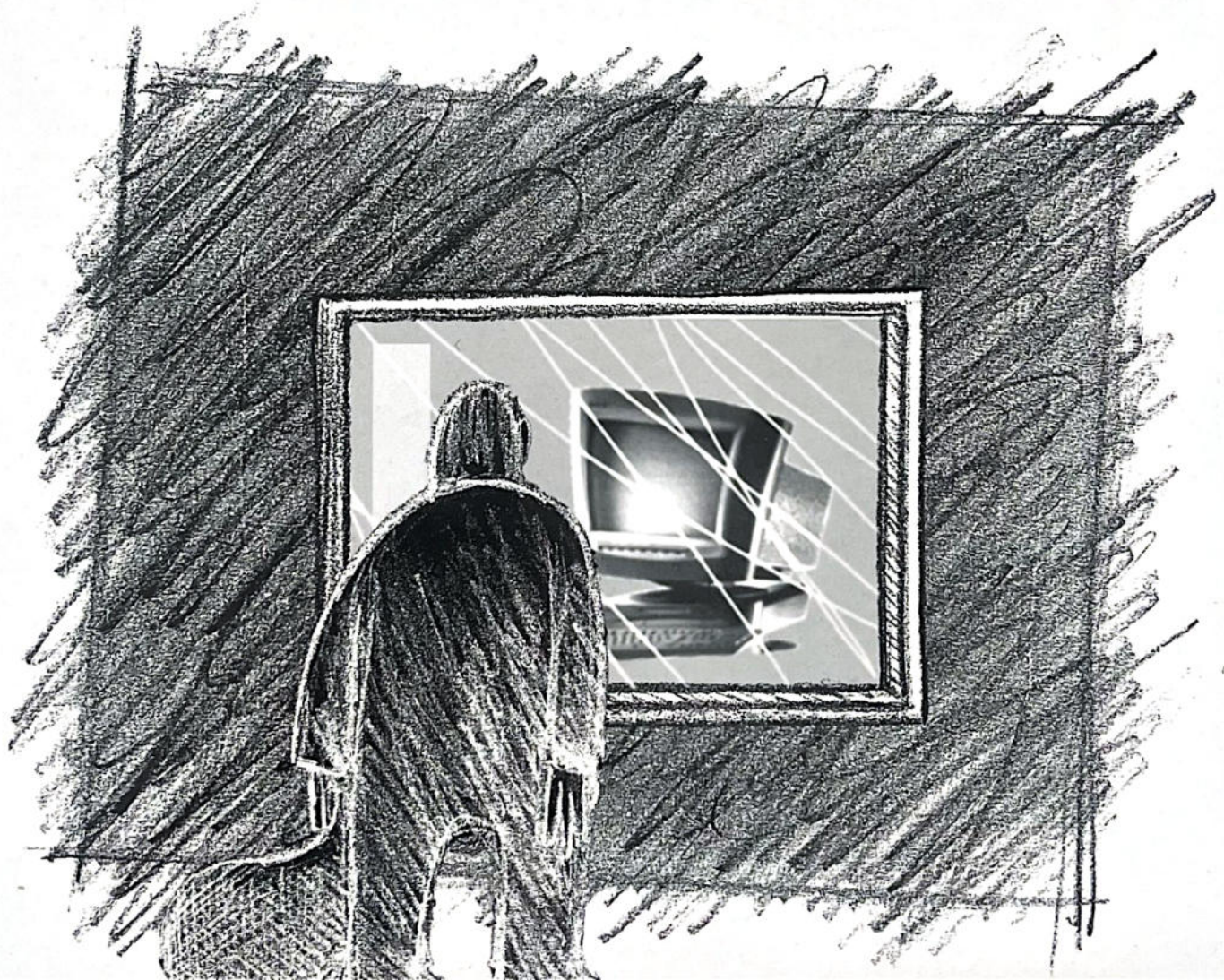


WALDIR JOSE RAMPINELLI
UFSC - CFH - HST

Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC . nº 12 . ano 8 . setembro/2000

ISSN 0103-9717 R\$ 10,00



Plural

É a revista semestral da Associação dos Professores
da Universidade Federal de Santa Catarina.
Diretoria Gestão 1998-2000

presidente

Corália Piacentini

vice-presidente

Milton Muniz

secretário geral

Valmir José Oléias

1º secretário

Gerônimo Wanderley Machado

2º secretário

Selvino Assmann

tesoureiro geral

Carlos Henrique Soares

1º tesoureira

Vera Maria Ribeiro Nogueira

2º tesoureiro

Aurélio Celeste

diretora de divulgação e imprensa

Regina Carvalho

vice-diretor de divulgação e imprensa

Mário Teixeira

diretora de promoções culturais e científicas

Maria Helena Almança

vice-diretora de promoções culturais e científicas

Silvia Zanatta Da Ros

diretora de promoções sociais

Elza Costa Muniz

diretora de política sindical

Edna Garcia Maciel Fiod

diretor de relações institucionais

Norberto Rech

diretora para assuntos de aposentadoria

Maria Esmênia Gonçalves

conselho fiscal

[efetivos] Idaleto Aued . Virginia Figueiredo Silva .

Sandra Bayerstoff

[suplentes] Antônio de Miranda Wosny . Andrea

Zanella . Luiz Osvaldo Coelho

expediente

jornalista responsável Angelita Corrêa (SC 00467 JP)

projeto gráfico/diagramação Angelita Corrêa

ilustração Frank Maia

revisão Ponto Final

tiragem 3.000 exemplares

distribuição gratuita para associados

impressão e fotolitos Gráfica Coan

Opiniões emitidas nos textos são de responsabilidade dos
respectivos autores

Para fazer contato com a APUFSC

endereço: Blocos Modulados – Campus Universitário
Caixa Postal 5011 – Florianópolis – SC – CEP 88040-900

homepage: www.apufsc.ufsc.br

e-mail: apufsc@mbox1.ufsc.br

fone/fax: (48) 234-2844 / 234-5216

Plural

 **APUFSC-SSind**

Para uma visão sempre Plural

Sempre é interessante observar o fosso que permeia a intencionalidade inicial, quando começamos a planejar a revista, e a forma que ela adquire em seu final. É interessante porque surpreende quem trabalhou no planejamento, e coteja suas anotações e verifica seus encaminhamentos, e os compara com o produto que tem em mãos, inegavelmente bom, mas sem dúvida nada de parecido com o que se tinha pensado inicialmente. Nosso desejo de primeira hora foi de fazer uma revista que tratasse dos caminhos da educação para o terceiro milênio. Dona de um discurso quase sempre avançado, mas também detentora de uma ação de tremendo conservadorismo, a área da educação deve ter imensas novidades para um milênio que se prepara para nos surpreender de maneira inequívoca: a realidade sempre

nos surpreende, e não nos parece que isso seja ruim.

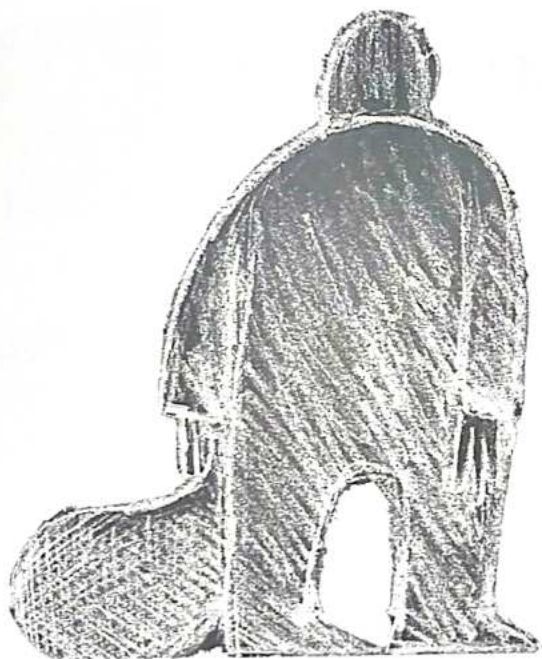
Pois a realidade do andamento da revista também foi surpreendente, e também isso não nos parece ruim: pelo contrário, foi surpreendentemente bom. Fizemos contato com uma série de personalidades que nos foram indicadas como tendo visões inovadoras sobre o assunto, mas a resposta foi pequena. Houve, no entanto, o recebimento de artigos espontaneamente enviados para a revista, tratando também de outras questões, e todos nos pareceram dignos de publicação, inclusive porque são indicadores de linhas de interesse dos professores, linhas essas importantes tanto para o Movimento Docente quanto para os professores de um modo geral. Porque é evidente que a espontaneidade vai garantir a veiculação de artigos que manifestam claramente aquilo em

que se está trabalhando, e o desejo de se divulgar, via publicação do sindicato, este interesse válido e imediato, a ser compartilhado pelos colegas que também encarem a revista do sindicato como o órgão adequado para tal.

Como já dissemos em várias ocasiões, a atual diretoria da APUFSC-SSind, em seus planejamentos estratégicos, definiu sua política de comunicação de forma bastante clara: para a comunicação imediata com os professores, o BOLETIM, sem pretensões outras além de informar rapidamente sobre o cotidiano do sindicato; o JORNAL DA APUFSC (JA), para a canalização dos artigos de opinião; e a revista PLURAL, para os artigos de maior fôlego. A gestão 1998-2000 publicou duas revistas, uma por ano; e se não se conseguiu garantir a almejada semestralidade, garantiu-se a sua

qualidade, e isso nos basta. Ao final de nosso mandato, é-nos extremamente satisfatório colocar nas mãos dos professores da UFSC – ativos e aposentados – mais este número da revista PLURAL, remetido também para as outras associações docentes filiadas à ANDES e para os outros sindicatos de nosso estado. Para estes todos, companheiros de uma luta infundável a favor da classe trabalhadora, chamamos especial atenção para a pesquisa feita em busca de uma visão do sindicato a partir de seus associados. Sua íntegra se encontra aqui, com uma amostragem significativa das opiniões expressas por nossos sócios – nada foi dela retirado, nem mesmo as opiniões mais absurdas. Aprende-se muito com isso, e esta é nossa função.

A DIRETORIA



06. A qualificação profissional necessária no contexto da globalização

Lucídio Bianchetti

12. Pedagogia da sedução

Hoyêdo Nunes Lins

20. O ensino de pós-graduação gerenciado pelas Fundações de Apoio: o exemplo da UFSC

Luis Carlos Cancellier de Olivo

26. Globalização e exclusão social

Rosângela Verônica dos Santos

34. MST: o julgamento das vítimas

Maria Ignez S. Paulilo

40. Sindicato, arte e civilização

Círio Simon

44. LITERATURA . Seja feita a vossa vontade

Nadir Ferrari

E MAIS:

PESQUISA: A APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS

52. Em busca de um perfil – por Edna Garcia Maciel Fiod

54. Apresentação – A APUFSC na Visão do Associado

55. Capítulo I – O Movimento Docente nas Universidades Federais

60. Capítulo II – Importância e significado da APUFSC-SSIND

66. Capítulo III – Participação no Movimento Docente

71. Capítulo IV – Comunicação: Diretoria X Base

77. Capítulo V – Perfil dos professores

A qualificação profissional necessária no contexto da globalização

LUCÍDIO BIANCHETTI

Mestre em Educação pela PUC/RJ. Doutor em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP. Professor do Departamento de Estudos em Educação da UFSC

Inicialmente é preciso enfatizar que a globalização, enquanto pretensão de povos, instituições, conglomerados ou grupos hegemônicos, não é novidade e, na condição de objeto de análise, também não é um tema novo. "A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo (...) já não é mais possível ater-se aos limites únicos e exclusivos de cada país...", já indicavam Marx e Engels, no *Manifesto* de 1848, ao analisarem o afã expansionista que caracteriza os donos dos meios de produção. Hoje, o fenômeno está mais claramente circunscrito e as novas tecnologias da informação e da comunicação possibilitam uma maior visualização e veiculação. O interesse de alcançar os limites geográficos acompanha os homens

desde tempos imemoráveis. O Império Romano teve tendências e pretensões globalizadoras. A Igreja Católica pretendeu e, se dependesse da sua disposição, pretende ser global, como pode-se detectar no projeto urdido há mais de 10 anos nos porões do Vaticano, com a pomposa denominação *Lumen (Luz) 2000*, materializando-se na campanha *Evangelização 2000*, que visa à disseminação do Evangelho e à conversão, na perspectiva católica, "via satélite da população do planeta", conforme pode ser observado na imperdível obra de Cava e Montero (1991).

No início da Idade Moderna, o investimento, especialmente dos nobres, nas companhias de navegação tinha como objetivo a busca de riquezas, acoplada à expansão dos domínios territoriais, submetendo ou criando súditos pelos "quatro cantos" do mundo. As grandes guerras foram guerras de expansão, em busca de territórios ou outros recursos, sempre visando anexações.

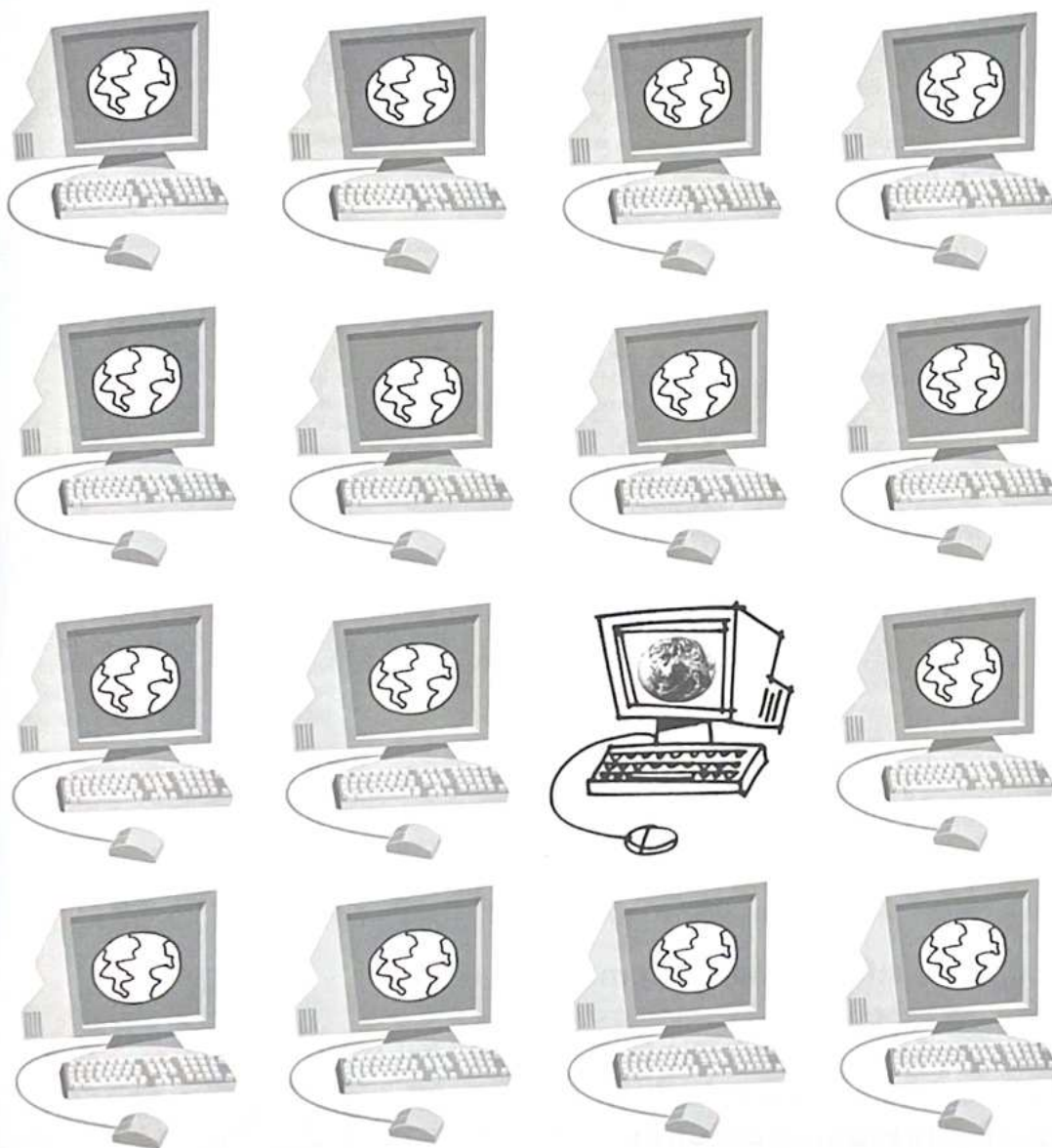
Porém, em todas as tentativas que precederam a atual onda da globalização, as disposições

expansionistas sempre se chocaram com limites de espaço e tempo, que na maior parte das vezes foram fatais às pretensões dos povos ou grupos "globalitários", este novo termo para designar a junção das pretensões globalizantes com totalitarismo. A tentativa de homogeneizar, imposta de cima para baixo, do centro para a periferia, sempre se chocava com empecilhos, que tantas vezes foram intransponíveis. Os meios utilizados sempre se defrontaram com resistências, quer de meios de transporte, quer de armas, das culturas locais ou regionais, impermeáveis aos desejos dos "globalizadores". Enfim, mesmo que por um curto ou longo lapso de tempo a supremacia fosse evidente, com o passar dos dias e anos o domínio arrefecia.

Em períodos anteriores ao atual e até bem recentemente, a hegemonia era um processo imposto e mantido através da presença física, somada à persuasão, do exército, das multinacionais ou das igrejas-seitas. Hoje, com o suporte disponibilizado pelas novas tecnologias da

informação e da comunicação, a presença física deixou de ser fator fundante de domínio. Com os transportes *on-line* e com a virtualização, os limites do espaço e do tempo deixam de existir. A presença física é dispensável como meio de garantir a posse e manter as imposições. O transporte de pessoas e de bens materiais passa a ser relativizado, diminuindo os choques limitativos representados pelo espaço e pelo tempo. Passa a predominar o transporte de bits, isto é, de bens intangíveis, no lugar do transporte de átomos, como predominou até hoje.

A guerra pelo domínio dos meios de comunicação tem a dupla face de "o meio ser a mensagem" (McLuhan, 1995), mas também em função de a "mensagem ser o meio" de domínio, de veiculação de uma cultura de alhures que precisa ser imposta a todos os lugares e em todos os momentos, o tempo todo. Esta é a diferença: a globalização nunca foi tão global como agora. Não estou afirmando que isso efetivamente está concretizado, mas por todos os meios tenta-se dar a impressão que



é. Então hoje há mais capacidade tecnológica e muito mais competência de marketing para fazer com que aquilo que parece e/ou querem/preendem que seja, do ponto de vista dos países do Primeiro Mundo ou grupos dominantes, realmente o seja. Por outro lado, a capacidade de resistência de quem não possui os meios tecnológicos e o tão badalado capital intelectual, inversamente, está muito reduzida.

Se na era pré-colombiana o limite eram os presumíveis "quatro cantos" do mundo, com seus inevitáveis e assombrosos precipícios, do ponto de vista do capital, nem mais as comprovadas bordas arredondadas do globo terrestre se interpõem como limites para o seu afã expansionista.

A informação e o conhecimento transmutam-se de bens de consumo para bens de troca, transformando-se em mercadorias e contribuindo para a dinamização do processo de circulação de mercadorias. Ocorre, como bem afirma Ianni (1992, p. 59), que o capitalismo "é um modo de produção material e espiritual, um processo civilizatório revolucionando continuamente as condições de vida e trabalho, os modos de ser de indivíduos e coletividades, em todos os cantos do mundo". Uma das manifestações desse verdadeiro processo civilizatório é conseguir a façanha de pretender, e tantas vezes conseguir, transformar tendência em destino. De acordo com o ponto de vista do pensamento (neo)liberal, materializando-se na economia de mercado, parece que essa tem que

ser a forma de organização do mundo, não se permitindo espaço para outra forma. Analisa-se, ou melhor, apresenta-se a globalização como um fato dado, esquecendo-se de que ela é um processo. É preciso que se enfatize, apesar de toda a verdadeira pregação em contrário, que o mapa e o território, que o discurso e a materialização da globalização, muito longe estão de coincidirem imediatamente.

Nessa perspectiva, a globalização deve ser vista como um processo: tem origens e terá fim. Na corrente fase histórica, a globalização é, antes de mais nada, uma estratégia de expansão dos negócios, a que recorrem firmas cheias de dinamismo, estimuladas por: a) sua insatisfação com as oportunidades limitadas que o mercado doméstico esteja oferecendo para o aproveitamento ótimo dos recursos de conhecimento e capacidade gerencial que ela, firma, acumulou; b) a tomada de consciência das oportunidades de negócios no exterior, trazidas pelas inovações tecnológicas da telemática e consequente redução nos preços dos transportes e das comunicações (Población, 1995, p. 117).

A globalização, o Mercosul e a necessidade de investimentos em educação

Em recente visita a meus pais, no interior de David Canabarro, RS, fui alegremente surpreendido pela ampla divulgação de um seminário sobre o MERCOSUL, tão oportuno

e em boa hora organizado pela Secretaria de Educação do município¹. Qualquer evento, por possibilitar a reunião de pessoas, discussão de idéias e busca de soluções para problemas comuns, é, por si só, promissor. Esse, no entanto, pareceu-me extremamente auspicioso, por focar um tema atualíssimo e de profundas implicações próximas-futuras na vida de qualquer cidadão, independente do lugar onde esteja vivendo.

Certamente somos contemporâneos de um momento ímpar da história. Nunca antes a humanidade teve tantos recursos a sua disposição. As inúmeras e potentes tecnologias criadas encurtam distâncias, potencializam a produtividade, precipitam ou retardam colheitas, aliviam ou liberam os homens de trabalhos pesados e perigosos. Enfim, potencialmente, estariam dadas as condições para os homens desfrutarem de uma vida mais tranqüila do que aquela vivida pelas gerações anteriores, presas a uma "base miserável" de produção, conforme expressão de K. Marx.

Paralelamente a isso, o conceito de Nação-Estado, com seus contornos delimitados, tornou-se

volátil. As fronteiras são cada vez mais permeáveis. E nós nos defrontamos com as necessidades e desafios de tornarmos-nos cidadãos do mundo, fazendo parecer ridículas e desqualificadas quaisquer discussões a respeito, por exemplo, de nacionalismos ou movimentos separatistas.

Insisto no verbo "parecer", porque a globalização não passa de um simulacro, muito bem construído e veiculado pelos países hegemônicos e, mais particularmente, pelos homens de negócios que, para a busca de rentabilidade para o (seu) capital, dependem da diminuição e até da extinção de quaisquer tipos de barreiras protecionistas. Ao lançarem todos os refletores sobre a suposta globalização, deixam na penumbra a outra face da moeda que é a exclusão. Portanto, os ressurgimentos das lutas separatistas e de outros movimentos localizados precisam ser revistos enquanto formas de resistência, embora nem sempre os seus autores tenham clareza disso. O papel da informação, da comunicação e, principalmente, da escola deveria ser o de transformar esta resistência, de intuitiva para consciente e de meramente reativa para ativa.

Deve-se ter clareza de que, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico alcançado, apesar de potencialmente já existirem todas as condições para resolver a maioria dos problemas com os quais os homens e mulheres se defrontam, continua existindo muita gente passando fome, sem terra, sem casa, sem emprego, enfim, parece perenizar-se, ampliando-se, um imenso contingente de excluídos, morrendo ou degradando-se à míngua, ao lado das já criadas condições para atender suas necessidades. De acordo com o sociólogo Boaventura de Souza Santos, professor da Universidade de Coimbra,

vivemos num tempo paradoxal. Um tempo de mutações vertiginosas produzidas pela globalização, a sociedade de consumo e a sociedade de informação. Mas também um tempo de estagnação, parado na impossibilidade de pensar a transformação social, radical. Nunca foi tão grande a discrepância entre a possibilidade técnica de uma sociedade melhor, mais justa e mais solidária e a sua impossibilidade política. Este tempo paradoxal cria-nos a sensação de estarmos vertiginosamente parados (1996, p. 15).

O papel da informação, da comunicação e, principalmente, da escola deveria ser o de transformar a resistência, de intuitiva para consciente e de meramente reativa para ativa.





Focando apenas o problema do desemprego, já é possível ter uma visão da dramaticidade do quadro: segundo dados da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, no Brasil, hoje, mais de 9 milhões de pessoas, ou seja, 14,3% da população está desempregada e, conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho, no mundo são mais de 830 milhões de pessoas desempregadas ou subempregadas. Em reportagem da *Folha de S. Paulo* (2º Caderno, 21 de fevereiro de 1999, p. 1), informa-se que o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking dos trabalhadores sem ocupação, perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia. A manchete não poderia ser mais lapidar: "País tem 5% do desemprego mundial". E, como muito bem dizia o ainda à época senador José Serra: "Desemprego significa salário zero. Além disso, degrada o amor próprio de quem o sofre e espalha enorme temor

entre os demais" (*Folha de S. Paulo*, 20 de maio de 1994). E, realmente, não deixa de ser paradoxal que muita gente queira trabalhar e não consiga. Os próprios capitalistas já estão se dando conta de que, se quiserem continuar hegemônicos, terão que, ao se apropriar dos ovos de ouro, pelo menos poupar ou cuidar um pouco da galinha. As concessões que o capital vem fazendo, como foi o caso do já em extinção Estado de Bem-Estar Social, têm muito mais a ver com uma "mudança" consentida e sob controle do que com uma efetiva transformação na forma de produção da existência. Em outras palavras, é a já batida expressão: preferem entregar os anéis, desde que permaneçam com os dedos.

O trabalho, o emprego, é um aspecto central na vida de uma pessoa, bem como de um país. Pois bem, se o quadro atual é dramático, o olhar em perspectiva para o futuro, mantidas as atuais

condições, indica o aprofundamento da crise, independentemente do setor da economia onde o trabalhador esteja atuando, pois ao capital pouco interessa se a força de trabalho é aplicada na agricultura, na indústria ou nos serviços: o que importa é que possibilite a continuidade de extração da mais-valia. Os computadores nos escritórios, os robôs nas indústrias, os tratores e outros implementos no campo, ao mesmo tempo que facilitam a vida e potencializam a produtividade, são fatores que ampliam o desemprego. Ao fazer essa colocação, longe de mim criticar conquistas ou fazer apologia de um passado em que essas tecnologias não existiam. Estou fazendo uma constatação! A questão que não se pode aceitar se refere ao fato de conquistas de toda a humanidade serem apropriadas e usufruídas por uma minoria de privilegiados, tornando imprescindível que se potencialize a luta no sentido de que a produção coletiva beneficie a todos, na direção do atualíssimo desejo "comunista-cristão" explicitado por Marx e Engels no *Manifesto*: "De cada um conforme suas possibilidades; a cada um conforme suas necessidades".

Mas, e o seminário sobre o MERCOSUL, o que tem a ver com isso? Dependendo da maneira como forem encaminhadas as discussões, a resposta é: tudo ou nada! A primeira questão que precisa ficar clara é que a formação de blocos é uma tendência (e parece irreversível!) e não uma novidade. O MERCOSUL é um e nem foi o pioneiro, entre inúmeros

outros blocos como NAFTA, APEC, Mercado Comum Europeu, etc. Se as discussões forem encaminhadas focalizando apenas o MERCOSUL e a relação que se estabelece ou deveria se estabelecer entre os seus membros, poucos avanços se podem esperar, uma vez que só se pode entender este Bloco na sua inter-relação com os já existentes e com aqueles em formação. É necessário entender que o que está em jogo, em disputa, predominantemente, é o mercado mundial e não mercados regionais ou locais.

Evidentemente é importante discutir o quê e em quê cada país membro se destaca em termos de produção e produtividade. As leis da concorrência exigem que se saiba e se planeje estrategicamente onde e em quê investir os cada vez mais exíguos recursos. É imperioso saber que a produtividade alcançada pela Argentina em relação ao trigo torna economicamente inviável a produção brasileira; que o nosso parque industrial é superior e mais moderno do que aquele dos outros países que compõem o bloco; que há boas perspectivas para o Brasil na avicultura; que a seguridade social e o nível educacional do Uruguai praticamente servem de modelo para os outros países, etc. Tudo isso é importante e necessário, pois o desempenho da economia dependerá do investimento naqueles setores e produtos para os quais há mercado. Esta é a lei da economia de mercado. E não se submeter a ela é candidatar-se à exclusão. Esta é a questão mais séria: numa economia transnacionalizada a posição de excluído é equivalente à de não-

existente. Aqui encontramos uma das principais causas pelas quais os países se juntam em blocos: melhorar suas condições de competitividade no mercado internacional. Porém, ingressar ou manter-se nesse mercado obriga os países ou blocos a submeter-se a algumas exigências.

Diante disso, torna-se imprescindível discutir, em termos macroeconômicos, qual é o lugar ou o espaço a nós destinado, em termos de MERCOSUL, na divisão internacional do trabalho. Ou, em outras palavras, é preciso saber de que forma somos integrados nos planejamentos estratégicos globais, elaborados pelos países do Primeiro Mundo. E para isso é preciso estudar, pesquisar nos documentos dos organismos internacionais, entre outros como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, onde aparecem claramente explicitadas as condições e em que setores nos resta ou somos obrigados a investir.

A título de ilustração, faço uma citação extraída do documento "Transformação Produtiva com Equidade", da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), um organismo que supostamente está a serviço dos países do nosso continente:

A capacidade dos países para ingressar sobre bases sólidas nos mercados internacionais depende em alto grau da possibilidade de

cada um de seguir as tendências tecnológicas internacionais. Penetrar naqueles mercados exige absorver progresso técnico e inovar de modo a manter-se nele pela única via que não se esgota: a agregação de valor intelectual aos bens e serviços exportados. Isso supõe, por sua vez, elevar de forma sustentada a qualificação da força de trabalho e fortalecer a base empresarial interna, incluídas as diversas possibilidades e modalidades de vinculação com as fontes de investimento estrangeiras (1990, p. 77).

Acredito que fica claro o que nos cabe em termos da nova divisão internacional do trabalho, a partir das prescrições dos organismos internacionais: *absorver o progresso técnico*. E isso significa que devemos nos tornar consumidores e não produtores de tecnologias. Essa posição, por sua vez, nos coloca numa posição muito difícil, pois, em função do nosso baixo nível educacional e da qualificação científica e tecnológica deficiente, tanto no que se refere à condição de produtores como à de consumidores, ficamos sujeitos a: 1) ao aumento geométrico do nível de desemprego, pois a absorção de tecnologias já criadas, além de não possibilitar a criação de empregos, acaba provocando a eliminação de muitos dos existentes e que se mantinham justamente pela ausência de tecnologias mais

avanzadas; 2) ao pagamento de royalties, em função do uso de tecnologias criadas e patenteadas por outros países; 3) à condição de exportadores de matérias-primas sempre sujeitas às fortes e, às vezes, intransponíveis medidas protecionistas impostas pelos países mais avançados; 4) a levar às últimas consequências a fórmula "produzir para exportar", ignorando ou deixando em segundo plano as necessidades locais e regionais.

Penso que já há elementos suficientes para concordarmos quanto à importância e necessidade de seminários como o acima citado. É preciso que se reconheça e se assuma a inadiável missão de investir em educação, de melhorar a qualificação de todos, pois, caso contrário, os quinhentos anos de colonização já sofridos pela América Latina e Caribe terão servido apenas para mostrar o que serão os próximos anos e as tarefas a nós atribuídas pelos "novos senhores do mundo".

Por outro lado, junto com isso é preciso que se repense a questão do papel das autoridades governamentais (município, estado, país, não necessariamente nesta ordem) no sentido de discutir com a população quais são as culturas — aqui no sentido de produção agrícola — que devem ser preservadas, abandonadas ou resgatadas. É a produção da existência, é o atendimento das

necessidades básicas de toda a população que deve ter a precedência nessas decisões. Se continuarmos sujeitos aos desígnios do deus mais em voga atualmente que é o mercado, a precedência será pelo lucro, o qual, em termos de escala de valores, é incompatível com a dignidade humana.

Talvez, como medida de resistência, tenha-se que pensar em retomar, numa outra dimensão, a produção para a subsistência. Isso, evidentemente, sem abdicar dos avanços científicos e tecnológicos já alcançados, uma vez que estes são bens socialmente produzidos e é nesta condição que devem ser reivindicados como bens a serem disponibilizados para todos e não apenas "para os mais iguais", conforme expressão de George Orwell, no livro *A revolução dos bichos*.

A qualificação profissional nesse contexto

Quanto à qualificação profissional, concordamos com Fonseca (1994, p. 83), quando afirma que "a escola do presente terá de ultrapassar largamente a transmissão de conteúdos e passar a assumir um papel determinante no apetrechamento de adolescentes e jovens para lidarem convenientemente com aquelas que são as tarefas

Torna-se imprescindível discutir, em termos macroeconômicos, qual é o lugar ou o espaço a nós destinado, em termos de MERCOSUL, na divisão internacional do trabalho.

próprias da vida cotidiana". Deveria ficar claro, como alerta Hobsbawm (1996, p. 562), que:

Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.

O período em que o adolescente e o jovem passavam pela escola e universidade e de lá saíam com um diploma, e com este conseguiam ingressar no chamado mercado de trabalho e nele permanecer, já era. Hoje esta é apenas mais uma das necessidades, de uma enorme lista de novas competências

cognitivas e atitudinais consideradas indispensáveis para ingressar ou pretender manter-se em postos de trabalho previamente existentes. Hoje, como em nenhum outro momento da história, a relação direta entre diploma e posto de trabalho não encontra correspondência. Qualificação hoje e para o futuro próximo significa ampliar o seu poder de barganha. E, para tanto, o curso superior é pré-requisito, somado a conhecimento de informática, domínio de línguas, capacidade de relacionar-se bem, estar disponível para a mobilidade, entre outras condições, caso queira fazer parte do cada vez menor e privilegiado grupo dos empregados estáveis, como aponta Harvey (1993).

A escola nunca foi defrontada com tantos e tão grandes desafios.



Referências Bibliográficas

- BIANCHETTI, Lucídio. *Da chave de fenda ao laptop: um estudo sobre as qualificações dos trabalhadores na Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC)*. São Paulo, 1998. Tese – PUC (Mimeo).
- CAVA, R. D. & MONTERO, P. ... *E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CEPAL/UNESCO. *Transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile, 1990.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- FONSECA, António M. *Personalidade, projectos vocacionais e formação pessoal e social*. Porto: Porto Editora, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 6.ed. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 16.ed. México: Siglo Veintiuno, 1989.
- MCLUHAN, Marshal. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- ORWEL, George. *A revolução dos bichos*. Porto Alegre: Globo, 1993.
- POBLACIÓN, Dinah A. Produção científica: literatura cinzenta da área de ciências da informação. *Rev. de Biblioteconomia*. Brasília, v. 19, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz H. et alli (org.). *Novos mapas culturais: novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

Nota do autor

1. Nunca é demais ressaltar que um dos principais traços distintivos entre uma administração de direita e uma de esquerda é o compromisso com a equidade social, por parte desta última. É esta postura que conforma e subjaz às decisões de discutir a questão de uma das maiores ironias deste final de século: ao invés de concretizar-se a internacionalização do trabalho, quem está conseguindo tal intento é o capital (Santos, 1996, e Chesnaix, 1996).

Pedagogia da sedução

HOYÊDO NUNES LINS

Professor titular do
Departamento de Ciências
Econômicas da UFSC

O tema central deste artigo é a prática pedagógica na educação de adultos. O trabalho enfoca problemas vivenciados por professores em sala de aula, como escassa motivação e baixo rendimento dos alunos, e tentativas visando lidar com tais dificuldades. A base do texto é a experiência docente, de alguns anos, do próprio autor e o que tem sido captado mediante observação da faina diária — e também a partir de relatos de colegas — no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os parágrafos que seguem podem ser lidos como se formassem uma crônica de vivências docentes, inspirada pela realidade e pelos desafios — ou melhor, inspirada pela percepção do autor a respeito da realidade e os desafios — incrustados na atividade de ensinar no curso de graduação em Ciências Econômicas da UFSC. Embora tratada a partir de registros

efetuados nessa escala de observação, a problemática em foco não é certamente estranha a outros cursos de graduação da UFSC e de outras universidades no Brasil.

A realidade do ensino de Economia na UFSC

Tem sido áspera, em diversas circunstâncias, a realidade do ensino de graduação em Economia na UFSC. Um primeiro aspecto a considerar sobre o problema é que o Departamento de Ciências Econômicas desta universidade possui dois cursos de graduação — um pela manhã e outro noturno —, com alunos geralmente diferenciados, nas suas características gerais, de acordo com o período em que estão matriculados. Isso quer dizer que cada professor — obrigatoriamente envolvido, em regra, com turmas diurnas e noturnas — atua em ambiente de razoável heterogeneidade.

De fato, como mostraram Weydmann e Conceição (1998), os estudantes do curso diurno apresentam notas médias mais elevadas tanto nas disciplinas cursadas durante as três séries do Segundo Grau como no Concurso Vestibular. Isso sugere que estes

alunos ingressam melhor preparados, relativamente falando, para atender às exigências do programa de formação.

Mas os contrastes que envolvem a graduação em Ciências Econômicas na UFSC não se limitam à oposição entre as turmas diurnas e noturnas. Há diferenças marcadas — na verdade, ainda mais evidentes — entre a totalidade destes alunos e os matriculados em outros cursos da Universidade, como salientaram os autores citados a partir de comparação, também quanto ao desempenho no Segundo Grau e no Concurso Vestibular, com alunos não só de cursos mais concorridos, como Medicina, Engenharia Mecânica, Odontologia e Direito, mas também de outros como Administração e Contabilidade.

Igualmente diferenciadas são as condições de cumprimento do programa de formação para os alunos dos cursos diurno e noturno. Isso tem a ver, basicamente, com certas características de ambos os grupos. Geralmente, os estudantes do período noturno são menos jovens e já se encontram empregados. Dessa forma, enfrentam jornadas diárias em que se combinam o expediente nos respectivos locais de trabalho e os compromissos na Universidade. Em diversos casos, talvez a maioria, isso significa atrasos costumeiros na primeira aula (cujo início é às 18h30), após deslocamento até o Campus Universitário normalmente em ônibus lotados e com trânsito congestionado. Algumas vezes, a necessidade e a pressa fazem com

que entrem em sala mastigando o que foi possível obter na passagem pelo bar situado na entrada do prédio.

Desse modo, ocorre de os professores terem diante de si, no curso noturno, alunos fatigados, sonolentos e que dispõem de pouco tempo para leitura e tarefas extraclasses. Além disso, trata-se de alunos cuja relação com a Universidade geralmente restringe-se às horas de aula, e isso significa diminuto (se algum) contato com a Biblioteca Universitária, via de regra por absoluta falta de tempo. Os professores tentam minimizar essa deficiência com a prática de deixar a bibliografia utilizada em pastas específicas nos locais de reprodução xerográfica, mais ou menos próximos às salas de aula. Entretanto, como a maioria desses alunos encontra-se na mesma situação, é normal observarem-se filas desanimadoras em frente a esses serviços de reprodução nos minutos de intervalo, o que não raro estimula tentativas durante os próprios horários de aulas, com prejuízos evidentes.

Esses problemas ocorrem em meio a um aparente descontentamento de parte dos alunos em relação às perspectivas profissionais abertas com a formação em Ciências Econômicas. Não é incomum escutar nos corredores, e mesmo de forma direta, em conversas provocadas ao final das aulas, que a angústia em relação ao assunto é grande — principalmente entre os estudantes que se aproximam do término do curso —, tendo em vista a insegurança a respeito do que poderão, de fato, fazer após

Vale assinalar que as manifestações dos alunos sobre as dificuldades de inserção profissional estimularam alguns professores a sugerir e defender alterações no currículo do curso (pelo menos, esse é o principal argumento utilizado).



obterem o diploma. A sensação que vários mostram amargar é que o curso não os prepara adequadamente para o mercado de trabalho, seja lá qual for a sua percepção sobre o que requer tal mercado. Em geral, as manifestações nesse sentido vêm acompanhadas de referências à situação de colegas que freqüentam outros cursos, como Contabilidade ou Direito: pondera-se que um formando em Direito sabe ao menos preparar uma petição e que um aluno na mesma situação no curso de Contabilidade pode oferecer uma habilidade concreta, um conhecimento específico. Ao que tudo indica, muitos não conseguem visualizar as possibilidades de inserção profissional de um formando em Economia, e isso parece inquietá-los imensamente.

Para vários alunos, a culpa recai na própria estrutura do curso. Entretanto, o programa de formação em Ciências Econômicas proporciona a realização de estágios, cuja relevância para o fortalecimento das habilidades dos graduandos e, assim, de algum modo, na preparação para o mercado de trabalho já foi reconhecida em diversos depoimentos de ex-alunos que tiveram oportunidade de estagiar em algumas das instituições com as quais o Departamento interage, conforme assinalado por Gelinski (1998). De outra parte, a monografia — introduzida como componente obrigatório da formação na reforma curricular de 1986 — tem sido considerada importante instrumento de ampliação de conhecimentos e

iniciação à pesquisa (o que possui significado especial quando a pós-graduação integra o horizonte de aspirações dos alunos), e também oportunidade para aprofundar o contato com assuntos específicos, da própria escolha dos estudantes, o que não é desprovido de interesse no que toca à preparação para o ingresso na vida profissional (Flausino e Weydmann, 1993).

Não obstante as possibilidades de aperfeiçoamento incrustadas na estrutura do curso, a relação entre matrículas e abandonos é relativamente mais alta na graduação em Ciências Econômicas, quer no período diurno, quer no noturno, vis-à-vis aos outros cursos observados por Weydmann e Conceição (1998), já referidos. A maior incidência relativa de abandonos encontra-se nas turmas diurnas, o que estaria representando intensidade particularmente alta de decepções — ou simplesmente refletindo o recuo em face das dificuldades enfrentadas para acompanhar as disciplinas — em alunos mais jovens, alguns dos quais se tornaram estudantes de Economia porque não lograram ingressar em outros programas de formação, tendo em vista o desempenho no Concurso Vestibular, e cujo contato com os conteúdos trabalhados nas primeiras fases não despertou a curiosidade necessária à permanência. Note-se ainda que, em geral, o interesse e o desempenho de tais alunos têm ficado aquém do que apresentam estudantes de outros cursos (Direito, por exemplo) que frequentam aulas ministradas por professores do Departamento de

Ciências Econômicas, em cadeiras do currículo de Economia (como Economia Política).

Vale assinalar que as manifestações dos alunos sobre as dificuldades de inserção profissional estimularam alguns professores a sugerir e defender alterações no currículo do curso (pelo menos, esse é o principal argumento utilizado). Na verdade, em movimentos sucessivos, interferiu-se no equilíbrio a que se havia chegado na reforma curricular de 1986, quando duas áreas de especialização foram delineadas e implementadas: uma em Economia de Empresa e outra em Estado e Economia. A direção das mudanças tem sido rumo ao aumento no número de disciplinas instrumentais e/ou que sinalizam com maiores chances de utilização prática. Chegou-se ao ponto de cogitar a "flexibilização" do curso noturno no sentido de torná-lo "mais prático", em contraste com o diurno, que teria preservado o seu caráter "mais acadêmico". Essa idéia continua a frequentar as conversas entre professores.

Como se observa, os docentes do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC vêm atuando em contexto onde se observam heterogeneidade do corpo discente, inclusive quanto à própria forma de encarar e absorver o programa de formação, e certo grau de descontentamento que, às vezes, resulta em abandono do curso. Ensinar nestas condições representa verdadeiro desafio, principalmente quanto a tornar atrativas aulas para alunos desmotivados e que, não raramente, carecem de condições

adequadas para o acompanhamento dos temas apresentados.

Óbvio que há também alunos empenhados e com bagagem capaz de sustentar a trajetória no curso. E não são poucos os que assim se apresentam. Entretanto, não parece que o volume de casos mais problemáticos seja negligenciável. E, de todo modo, mesmo alunos naturalmente interessados, mas que são obrigados a combinar a frequência às aulas com jornadas de trabalho extenuantes, merecem ser considerados com atenção especial.

Desafios para os professores

Os professores não têm permanecido indiferentes aos referidos problemas. São freqüentes, nas conversas, menções à "piora do nível geral dos alunos" ou manifestações do tipo "não sei mais o que fazer para motivar o pessoal para a leitura". Para cada professor, os diversos depoimentos certamente produzem efeitos contraditórios. Gera certo consolo, pois revelam que as dificuldades não são exclusividade de disciplinas ou professores específicos. Contudo, provocam também mais inquietação, pois a abrangência — ou o caráter "estrutural" — do problema tende a ser desanimadora, até gerando dúvidas sobre as reais possibilidades para se continuar atuando em ambiente tão pouco marcado por interesse e motivação e, conseqüentemente, pelo necessário estímulo junto aos

próprios docentes.

As reações dos professores às adversidades revelam-se diferenciadas. Alguns docentes enfatizam a necessidade de solicitar mudanças nas regras do Concurso Vestibular, de modo a dificultar o ingresso de candidatos mal preparados. Entretanto, tal caminho é certamente pedregoso, talvez intransponível, tendo em vista que, segundo parece, esbarra em questões burocrático-institucionais situadas ao nível da Universidade como um todo. Outros parecem ter desistido de consumir tempo na tentativa de encontrar saídas, como se as frustrações tivessem galvanizado a convicção de que adultos não têm que ser despertados e estimulados para a aprendizagem. O mote, para alguns colegas, parece do tipo: "estudantes universitários há muito deixaram de ser crianças; logo, quem quiser, que se interesse e estude; quem não quiser, que vá fazer outras coisas". Ao que parece, não são poucos os professores que consideram correta tal posição. Afinal, quem cursa a universidade o faz porque quer, a partir de decisão sobre a continuidade de seu processo de formação acadêmica e/ou sobre a busca de preparo profissional; deveria, portanto, saber como agir.

Por essa lógica, acreditando que muitos alunos são "casos perdidos" e não merecem que se desperdice tempo e imaginação para motivá-los, certos professores adotam comportamentos inusitados. Falouse, em conversa de corredor, sobre um colega que buscava satisfação em sala de aula através de desempenhos dirigidos a ele

mesmo: tentava dar boas aulas para si, prestando atenção na clareza das próprias idéias, no encadeamento dos vários pontos do conteúdo que deveria ser ministrado, na fluidez da exposição, na postura e na colocação da voz, entre outras coisas. Nas vezes em que era visto sair sorridente da sala de aula, o motivo, via de regra, era a "grande" aula que acabara de proferir, conforme auto-avaliação.

Claro que, em si mesma, a referida experiência configura exercício interessante, já que representa chance de "treinamento" do aspecto "falar em público" que a atividade docente encerra. Falar em público é mais ou menos como executar uma partitura: as mãos ou a boca agem para produzir os sons referentes a certas notas musicais, mas a atenção do executante está sempre voltada para as notas seguintes, de modo a garantir a correta sequência. Abordar questões mais ou menos complexas, sobretudo para platéias que necessitam acompanhar certos raciocínios e absorver informações, exige articulação especial entre o que é verbalizado e o pensamento, para assegurar o curso coerente da oratória. Decididamente, não é algo fácil e, assim, necessita ser praticado, o que torna bem-vinda toda oportunidade nesse sentido. Entretanto, utilizar o período de aula primordialmente com tal finalidade parece longe de configurar uma atitude docente adequada.

Mas o que seria uma conduta docente correta, do ponto de vista do interesse e das necessidades dos alunos? Abreu e Masetto

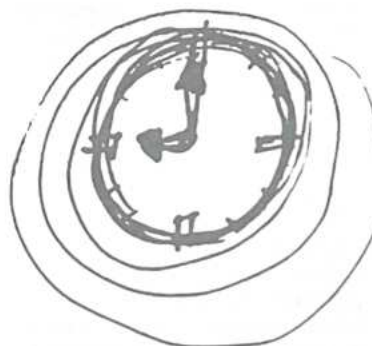
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFSC - SEGUNDO SEMESTRE DE 1997 (%)

ITENS DE AVALIAÇÃO	CURSO DIURNO		CURSO NOTURNO	
	SIM OU PRATICAMENTE	NÃO OU PRATICAMENTE	SIM OU PRATICAMENTE	NÃO OU PRATICAMENTE
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Aulas bem preparadas/orientadas	86,7	13,3	88,6	11,4
Professor tem domínio do conteúdo	92,5	7,5	93,3	6,7
Professor expõe com clareza	87,0	13,0	88,8	11,2
Professor usa processos didáticos adequados	85,0	15,0	84,3	15,7
Professor incentiva pesquisa na disciplina	75,6	24,4	80,7	19,3
Professor cria clima favorável à participação	82,9	17,1	87,9	12,1
Professor relaciona temas com a prática	82,4	17,6	86,9	13,1

FONTE: UFSC - PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

(1990), pesquisadores da educação de adultos, assim se manifestam sobre a atuação do professor: "[s]eu papel não é ensinar, mas ajudar o aluno a aprender; não é transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer brilhantes preleções para divulgar a cultura, mas organizar estratégias para que o aluno conheça a cultura existente e crie cultura" (p. 11). Isso significa encerrar a aprendizagem como processo que envolve interação densa, constante e cooperativa, com a crucial participação dos alunos.

Ora, o envolvimento dos alunos dificilmente se materializa em vácuo de interesse e motivação. Por seu turno, o interesse e a motivação não afloram senão quando a aprendizagem tem significado para os aprendizes. Ocorre que o significado se revela tanto mais explícito quando os



conteúdos abordados em aula possuem relação com o estoque de experiências e vivências que os alunos trazem consigo, circunstância em que estes se percebem realmente implicados. Daí ser fundamental mobilizar — mas de uma forma explícita — as experiências dos alunos no desenvolvimento dos programas de

ensino: as conexões entre os corpos de conhecimentos a serem trabalhados e tais experiências devem ser exploradas ao máximo, pois é isso que tende a garantir a participação-contribuição dos estudantes, sem o que dificilmente há aprendizagem. Tudo isso parece requisito básico para que a sala de aula se torne espaço de convivência que vale a pena ser frequentado.

Com efeito, no dizer de Masetto (1992),

"[q]uando nossos alunos percebem que suas aulas lhes permitem estudar, discutir e encontrar pistas e/ou encaminhamentos para problemas e questões que estão existindo na sua vida real e na vida dos demais homens que constituem seu grupo vivencial, quando eles encontram nos seus estudos a realidade e sentem que podem sair da sala de aula e voltar àquela mesma realidade com 'mãos



cheias' de dados novos, contribuições significativas para os problemas que são vividos 'fora das paredes da sala de aula', este espaço começa a ser um espaço de VIDA, e por isso mesmo assume um interesse peculiar para o grupo" (p. 71 – maiúsculas no original).

As avaliações sobre os desempenhos docente e discente e sobre as condições de infra-estrutura, realizadas pela UFSC em enquetes periódicas junto aos alunos e professores, sugerem ser necessário aperfeiçoar a forma de agir em sala de aula dos professores do curso de graduação em Ciências Econômicas. O detalhamento das informações obtidas na pesquisa mais recente, relativa ao segundo semestre de 1997, desnuda o que parece configurar a principal deficiência: os itens que mereceram avaliação negativa pelo maior número de alunos relacionam-se (i) ao incentivo à pesquisa, pelos professores, sobre assuntos ligados às disciplinas que ministram, (ii) ao estabelecimento de relações entre os temas tratados em aula e aspectos da realidade, visando à utilização prática, (iii) à criação de atmosfera em que a participação dos alunos seja estimulada e (iv) à utilização de procedimentos didáticos adequados (Quadro 1).

Ora, são justamente as práticas correspondentes a tais aspectos do comportamento docente que, entre outras, revelam importância crucial

para a explicitação do significado da aprendizagem — que implica mobilizar as experiências e vivências dos alunos —, base da motivação e do interesse do coletivo de estudantes.

Os demais itens de observação que integram a enquete (relativos à organização das disciplinas — o que implica diretamente os professores —, ao desempenho dos alunos e à infra-estrutura disponível na Universidade) também apresentaram avaliação negativa por expressivo número de alunos, até mais elevado do que em relação ao desempenho docente. Entretanto, o espaço por excelência à disposição dos professores para interferir na realidade do curso, no que se refere ao aumento da motivação e do interesse dos estudantes, é a sala de aula. Tentar modificar as condições de infra-estrutura, por exemplo, significa lidar com problemas quase sempre situados em outras esferas. Constitui ilustração o fato de o Centro Sócio-Econômico da UFSC, ao qual está vinculado o Departamento de Ciências Econômicas, só ter passado a contar com um laboratório de informática com acesso facultado aos alunos depois de longa reivindicação, segundo consta. Assim, sem perder de vista que os problemas não se limitam ao desempenho dos professores, deve-se reconhecer que é necessário avançar — e muito — na área pedagógica.

Motivar, interessar, envolver: uma trilogia necessária

Conforme sugerido, lograr um profícuo comportamento docente em sala de aula requer, talvez antes de qualquer outra coisa, encontrar resposta para a pergunta sobre como envolver os estudantes no processo de aprendizagem. Isso remete à questão a respeito de como tornar interessantes — e, assim, possivelmente, mais produtivos — os dois encontros semanais entre professores e alunos que caracterizam as disciplinas do curso: diante de freqüentes bocejos e expressões de distração ou enfado, o que fazer para despertar a atenção sobre os conteúdos a serem trabalhados? Não se trata de interrogação menor ou problema supérfluo. Ao contrário, tendo em vista a realidade de cursos como o de graduação em Ciências Econômicas da UFSC, em que número considerável de alunos dispõe de condições pouco favoráveis ao adequado cumprimento do programa de formação, postula-se que a questão de que se trata é decisiva.

O principal terreno a ser laborado pelos docentes de um curso como o mencionado, acreditada-se, é o da prática pedagógica. Entretanto, professores de Economia geralmente não registram qualquer embasamento nessa direção, por

menor que seja, nas suas trajetórias acadêmicas ou profissionais. São pessoas com formação técnica em Economia ou áreas afins que optaram pela carreira docente e que, certamente inspirados em alguns dos professores que tiveram, procuram moldar a sua própria maneira de agir como professores. Claro que a carência de orientação pedagógica em meio à qual atuam esses professores não é total, pelo menos na UFSC, já que nesta Universidade instituiu-se a Semana de Formação Pedagógica, ocasião em que, uma vez por ano, há oportunidade para se fazer cursos ou assistir a palestras sobre assuntos pertinentes à problemática. É desnecessário dizer que se trata de iniciativa importante. De toda maneira, tais oportunidades não garantem, por si só, a disposição dos professores quanto à aplicação dos conhecimentos pedagógicos adquiridos ou ampliados.

De todo modo, deve-se reconhecer que alguns professores discerniram formas de atuação em sala através das quais resultados animadores com referência ao maior interesse e à motivação dos alunos foram testemunhados. O indício mais saliente é uma participação mais entusiasmada nas aulas. Não se está aludindo só ao uso de técnicas para trabalhos em sala, integrantes das várias estratégias para aprendizagem (diferentes modalidades de

Como criar a imagem, junto aos alunos, de que se trata de disciplina interessante e, portanto, de que vale a pena freqüentar as aulas e tentar efetuar as leituras arroladas?

trabalhos em grupo, painéis integrados ou seminários com especialistas para debater assuntos específicos, sobre os quais os alunos realizam leituras prévias, entre outras coisas). Procedimentos como estes por certo "movimentam" as aulas, e a quebra da monotonia, por si só, tende a despertar a atenção. Contudo, na maioria das disciplinas, tal uso necessita ser bem dosado, mostrando-se útil principalmente para coroar (ou "fechar") segmentos de programas, por exemplo. Parece difícil conceber o desenvolvimento de conjuntos de temas, quaisquer que sejam, só com base em técnicas como as mencionadas. Isso significaria substituir a rotina das aulas expositivas pela rotina dos "movimentos", que acabariam por se transformar em algo corriqueiro e, portanto, de menor interesse.

Quando se falou que alguns professores tinham avançado no sentido de descortinar formas de atuação em sala que possibilitavam resultados positivos, estava-se referindo, principalmente, à adoção de um tipo de postura didática que procura abordar os conteúdos das disciplinas a partir de questões concretas, relacionadas, de alguma forma, ao cotidiano dos estudantes e claramente percebidas por estes como relevantes. Isso tem sido experimentado pelo autor deste trabalho com resultados, ao que tudo parece indicar, estimulantes, no que se refere ao envolvimento dos alunos. Estava-se também aludindo à prática de transformar cada encontro entre professores e alunos em ocasião onde os assuntos tratados são claramente

identificados e encadeados em relação quer ao conjunto de temas adjacentes ou próximos, quer ao programa da disciplina como um todo. Assim, proporciona-se ao aluno a sensação de continuidade e interligação a respeito dos assuntos a serem abordados em cada encontro, e todas as aulas adquirem significado, apresentando-se como eventos com objetivos claros a serem alcançados.

Partir do vivenciado pelos alunos

Os especialistas em educação de adultos ensinam que é fundamental mobilizar as experiências e vivências dos alunos para conseguir interessá-los e envolvê-los e, assim, lograr sucesso no processo de aprendizagem. O autor deste trabalho tem procurado "acionar" o estoque de experiências dos estudantes até para despertar a curiosidade em torno de certos corpos de conhecimento. Isso é fundamental já nos primeiros contatos entre professores e alunos, no início de cada semestre, pois as primeiras impressões sobre as disciplinas são geralmente duradouras: simpatias ou antipatias, uma vez afloradas, costumam demorar para desvanecer. Desse modo, a prática tem mostrado que a "sedução" ocorre à primeira vista (ou quase), e com tanto maior intensidade quanto mais hábil se revela o professor na demonstração da relevância e da pertinência dos conteúdos programados.

Uma experiência que caberia assinalar diz respeito à disciplina "Economia Regional e Urbana",

atualmente ministrada pelo autor no curso noturno de graduação em Ciências Econômicas da UFSC. Os alunos, na sua maioria, apresentam as características indicadas anteriormente — são empregados, chegam cansados à Universidade e dispõem de muito pouco tempo para leitura —, o que impõe a necessidade, logo nos primeiros "movimentos" do semestre, de lançar mão de mecanismos de motivação e estímulo com vistas a uma convivência pautada por vibração e instigações recíprocas.

Como criar a imagem, junto aos alunos, de que se trata de disciplina interessante e, portanto, de que vale a pena freqüentar as aulas e tentar efetuar as leituras arroladas? A estratégia foi, logo no início do semestre, canalizar a atenção dos alunos para o debate sobre a situação das regiões brasileiras diante da internacionalização aprofundada da economia e da integração no MERCOSUL, assunto "quente" da atualidade que tem suscitado artigos em jornais com alguma freqüência. Os temas enfeixados são atraentes: as várias regiões tendem a ser diferentemente implicadas no turbilhão de mudanças econômicas da década de 90, geralmente com vantagens para os sistemas econômicos locais-regionais mais vigorosos, o que de pronto coloca a necessidade de políticas específicas com o objetivo de apoiar as áreas menos atraentes para as empresas; assuntos como "guerra fiscal", motivada pela busca de investimentos no âmbito de Estados federados e municípios, mobilizações locais-regionais, na promoção do dinamismo

"endógeno", e risco de esgarçamento da costura federativa, na circunstância de um dramático agravamento das desigualdades regionais por conta dos processos em curso em nível nacional, hemisférico e mundial, são naturalmente sedutores.

Assim, o primeiro encontro do semestre tem sido dedicado à leitura e discussão sobre artigos de jornal (geralmente de autoria de economistas, sociólogos ou cientistas políticos) versando sobre aqueles temas. Duplas de alunos recebem textos diferentes e a leitura/discussão é realizada primeiramente ao nível destas. Depois, o trabalho de apresentação e debate envolve o coletivo de alunos, com o objetivo de captar a argumentação dos autores, comparar pontos de vista e estimular o posicionamento diante destes.

O sucesso da estratégia é quase garantido. O MERCOSUL configura realidade de certa "proximidade" em Santa Catarina; de outra parte, o Estado tem assistido a mudanças em algumas regiões devido ao processo de abertura comercial do Brasil, que teve seus efeitos sobre a indústria amplificados pela política cambial vigente desde a implementação do Plano Real. Com efeito, diversas atividades industriais, como as enfeixadas no complexo têxtil-vestuário, acusam marcado ajuste, registrando modernização nas estruturas produtivas e gerenciais e, sobretudo, aprofundamento da terceirização, em todos os casos com aumento brutal do desemprego como resultado mais amargo. Simultaneamente,

observa-se certa tendência de deslocamento de unidades fabris para outras áreas do país, caracterizadas por menores níveis de salários e oferta de incentivos fiscais. Trata-se de problemas vivenciados — ou pelo menos acompanhados de perto — por muitos alunos, já que a UFSC é freqüentada por indivíduos originários de diferentes regiões do Estado. Desse modo, falar sobre tais questões — tão próximas quanto inquietantes — significa estimular manifestações a respeito de assuntos que, de algum modo, são conhecidos do grupo de estudantes.

A mobilização das vivências, implícita nesse tipo de prática, via de regra magnetiza a atenção dos alunos em relação à disciplina "Economia Regional e Urbana". O grupo descobre que o assunto geral de que se trata, relativo às interações entre economia e espaço, pertence ao seu arco de experiências. Após o contato inicial nos moldes descritos, quando se deixa claro que todo o programa focalizará assuntos que estão longe de ser estranhos ao cotidiano dos estudantes, as leituras de textos teóricos parece mais palatável e o andamento geral dos trabalhos, mais facilitado. As leituras são prescritas como instrumento para

embasar a compreensão e a análise/interpretação de problemas observados na realidade.

Implementar trajetórias diárias monitoradas

Se o impacto inicial é decisivo para angariar simpatia pela disciplina, o percurso do semestre deve ser programado de maneira a evitar qualquer esmorecimento ao longo da caminhada. Claro que qualquer programa de disciplina contém, implicitamente, uma seqüência; e o seu desenvolvimento deve, em si mesmo, representar evolução com claros elos internos e explícita continuidade entre os diversos segmentos. Entretanto, manifestações de alguns alunos do curso de Ciências Econômicas da UFSC indicam que nem sempre isso ocorre: parece possível dizer, a rigor, que em muitos casos o sentido de evolução, de percurso coerente e que se pode visualizar, não está presente no cotidiano da sala de aula.

Diante desse tipo de problema, um procedimento que tem se revelado eficaz envolve tratar cada encontro como algo que se completa de forma nítida, com início, meio e fim. Mesmo que as duas horas-aula que normalmente compõem cada encontro sejam insuficientes para circunscrever um tópico qualquer, o professor deve estar atento para o problema e planejar antecipadamente o encontro, de modo que, embora os assuntos focalizados sejam parte de um conjunto maior, afigure-se possível cumprir objetivos predeterminados para uma ocasião

específica. Ou seja, a trajetória de cada aula deve ser clara, com pontos de partida e chegada bem definidos, e os alunos devem tomar conhecimento sobre estes no início da aula, de modo a formar uma visão sobre o caminho a ser percorrido. Tal percepção torna-se facilitada quando o professor relaciona num canto do quadro os itens que deverão ser trabalhados, explicitando e justificando a seqüência. E a aula necessita ser conduzida de maneira a alcançar os anunciados, o que pode ocorrer através da busca de respostas para perguntas formuladas no início da aula; esta, então, é ministrada de maneira a proporcionar as respostas, à guisa de conclusão.

Naturalmente, o referido esquema não deve representar uma camisa-de-força. Acréscimos ou abreviações são possíveis, caso o professor julgue conveniente, em função do andamento dos trabalhos. Entretanto, isso será realizado se houver motivo, e não de qualquer jeito. O plano de aula — exposto no quadro e do qual os alunos têm o registro — funciona como fio condutor básico, como efetivo programa de trabalho, das atividades a serem desenvolvidas nas duas horas-aula de convivência entre professor e alunos. Depoimentos de estudantes indicam que tal forma de agir proporciona a sensação de estar "pisando em terra firme". De outro lado, sinaliza a disposição do professor de, em cada encontro, entrar em sala munido de esquema de trabalho que resultou de reflexão, efetivo planejamento e preparação, e isso parece tranquilizador para os estudantes.

Também importante para se percorrer de modo mais profícuo o "trajeto" do semestre é a prática de leituras orientadas por baterias de questões. A leitura orientada possibilita "dissecar" a bibliografia trabalhada, pois a ordem das perguntas acompanha a trajetória da argumentação dos autores. Assim, ao final de um texto, o aluno terá passado — e de forma consciente — por todas as etapas da construção analítica de que se trata: terá tomado ciência dos objetivos, acompanhado o desenvolvimento da análise e identificado as conclusões. A partir de então, torna-se possível debater, cotejar e criticar.

Em geral, a leitura orientada é prescrita de uma semana para a outra. Após a introdução (ou, quando necessário, depois de alguns desenvolvimentos) do assunto em foco, anuncia-se que certo autor será trabalhado e listam-se as questões que deverão ser respondidas ao longo da leitura, a ser efetuada extraclasses. No encontro previsto as perguntas são abordadas, pela ordem, com a participação dos alunos; ao final, as respostas encontram-se todas relacionadas no quadro, que passa a exibir uma síntese do texto. No processo de identificação conjunta das respostas, sob a coordenação do professor e ao ritmo das solicitações dos alunos, ocorrem discordâncias e algum debate, com troca de idéias e, obviamente, a intervenção do professor no sentido de esclarecer algum ponto e calibrar o avanço dos trabalhos.

Embora nas turmas do período noturno esse exercício sofra as restrições impostas pelo escasso



tempo que os alunos dispõem para leitura, tem ocorrido, de um modo geral, uma certa e alentadora participação dos estudantes. Ao que parece, vários deles sentem-se compelidos a tomar parte no jogo, o que torna os encontros mais dinâmicos e, ao que tudo indica, mais interessantes.

Claro que não é possível agir dessa forma com todas as leituras previstas, devido à limitação do tempo. Porém, se distribuídas de modo estratégico ao longo do semestre, e com incidência nos textos mais densos e importantes, a leitura orientada pode, combinada a outros tipos de procedimentos, constituir estratégia importante para angariar o interesse e o envolvimento dos alunos em relação aos trabalhos em sala de aula.

Considerações finais

Não há como tergiversar diante da necessidade de se buscar alternativas às formas tradicionais de relacionamento entre professores e alunos em cursos como o de graduação em Ciências Econômicas da UFSC. Negligência dos professores em relação a esse tipo de problema pode representar o agravamento da crítica de que tem sido objeto a Universidade enquanto instituição, como veio à tona, inclusive na imprensa de circulação nacional, durante a última greve das Universidades Federais.

O contexto atual não é propício ao menoscabo, até mesmo tendo em vista a expansão do ensino superior privado, como se observa em Santa Catarina, onde universidades regionais (como a UNIVALI – Universidade do Vale

do Itajaí – e a UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina) têm ampliado as suas respectivas áreas de atuação em diferentes regiões do Estado, abrangendo a região da Grande Florianópolis, espaço de polarização da UFSC por excelência pelo menos no que concerne à graduação em Ciências Econômicas. Diversos *campi* estão sendo estruturados nos municípios vizinhos com oferta de considerável leque de cursos, não raramente sob o signo, ao que parece, de um certo “pragmatismo” na formação e, assim, de relativo apelo junto aos estudantes.

Embora os problemas da Universidade transcendam em muito as questões referentes à sala de aula, inclusive no que toca à “herança” de dificuldades trazida pelos estudantes desde as etapas de formação de base, não parece absurdo postular que condutas docentes ao estilo das assinaladas neste artigo podem contribuir para melhorar as condições de trabalho em sala, com reflexos positivos no que concerne ao interesse e ao envolvimento dos alunos. São práticas que parecem favorecer a *performance* especialmente com relação aos itens onde tem se concentrado o maior índice de avaliações negativas nas diversas enquetes realizadas pela UFSC sobre o desempenho dos professores, ao menos no curso de Ciências Econômicas.

Em seu conjunto, as tentativas que buscam mobilizar os estoques de experiências dos alunos parecem até favorecer o estabelecimento de conexões entre teoria e questões concretas, aspecto em relação ao

qual as Ciências Econômicas, de um modo geral, têm sofrido críticas severas, seja oriundas do “exterior” do campo de conhecimento (BUNGE, 1985), seja emanadas do próprio ambiente profissional (ORMEROD, 1996). Parece que, mediante a criação de uma atmosfera propícia à participação dos alunos, pode-se estimulá-los a perscrutar a realidade sob a inspiração de certos conteúdos trabalhados nos cursos, e isso representa avanço importante em

termos de incentivo à pesquisa a partir da sala de aula.

Em suma, em cursos como o de graduação em Ciências Econômicas da UFSC, o referido feixe de “inovações” no modo de agir em sala de aula configura o que se poderia designar uma “pedagogia da sedução”, posto que visa motivar, interessar e envolver alunos. O que se espera é que, com os resultados produzidos, as iniciativas possibilitem fazer referência a uma efetiva “sedução da pedagogia”.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maria C. de, MASETTO, Marcos T. *O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos*. 8. ed. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.
- BUNGE, Mario. *Economía y filosofía*. 2. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1985.
- FLAUSINO, Elizabete S., WEYDMANN, Celso L. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Economia: análise da monografia e qualidade do ensino. *Cadernos ANGE (Série Orientação Acadêmica)*, n. 2, p. 27-32, 1993.
- GELINSKI, Carmen R. O. G. “O estágio no curso de Ciências Econômicas da UFSC: algumas reflexões”. *Texto para Discussão n. 02/98*, Florianópolis, UFSC, Depto. de Ciências Econômicas, mar. 1998.
- MASETTO, Marcos T. *Aulas vivas*. São Paulo: MG Editores Associados, 1992.
- ORMEROD, Paul. *A morte da economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WEYDMANN, Celso L., CONCEIÇÃO, Maurina de B. Desempenho no 2º grau, vestibular e abandono: caso dos alunos do curso de Economia da UFSC. *Texto para Discussão n. 01/98*, Florianópolis, UFSC, Depto. de Ciências Econômicas, mar. 1998.

Contato

hnlins@cse.ufsc.br

O ensino de pós-graduação pelas Fundações de Apoio: o exemplo da UFSC

**LUIS CARLOS CANCELLIER
DE OLIVEIRA**

Professor de Direito
Administrativo na UFSC

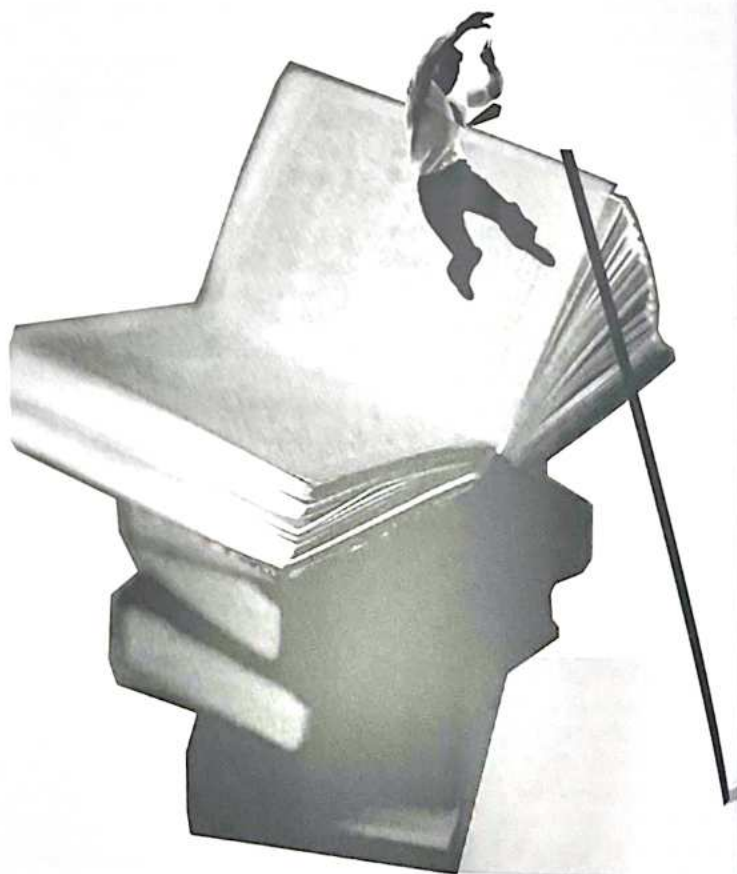
A posse do presidente licenciado da Andes-SN, professor Renato de Oliveira, na presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), conforme noticiou a edição 99 do InformANDES (abril de 2000), possibilita o início de um debate consistente sobre o papel das Fundações de Apoio no fomento ao ensino, à pesquisa e à extensão. Já não cabe mais a visão simplista e pouco conseqüente de que tais fundações são meros mecanismos indutores da privatização do ensino, que servem apenas aos interesses da política neoliberal do governo FHC para a Educação, cuja fonte inspiradora está nas recomendações do Banco Mundial ou do FMI.

Creemos que é chegado o momento de os professores

universitários, que são, efetivamente, os instituidores e os gestores de tais fundações, perceberem as infinitas possibilidades que se abrem por tais instituições, que não são públicas ou privadas, mas que se conformam naquele figurino que se convencionou definir de terceiro setor.

Dentre tais possibilidades, que vão da elaboração de projetos a consultorias, passando pela atuação enquanto agências de integração, destacamos neste debate aquele aspecto relacionado com a gerência dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, na forma de Especialização. Tomamos como situação modelar para análise as quatro fundações de apoio da UFSC – FAPU, FEPESE, FEESC e FUNJAB – que gerenciam cerca de 50 cursos atualmente oferecidos pelos departamentos, envolvendo algo em torno de mil e 500 alunos e aproximadamente 300 professores desta Universidade.

A tabela da página ao lado oferece um quadro dos cursos de Especialização titulados pela UFSC.



Pós-Graduação UFSC – Especialização

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Gestão de Empreendimentos da Saúde
Turismo Empreendedor

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA
Gestão Universitária

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Ética e Filosofia Política

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
Informática no Projeto & Desenho

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável

CENTRO DE DESPORTOS/EDUCAÇÃO FÍSICA
Atividade Física e Saúde
Educação Física Escolar

CENTRO TECNOLÓGICO
Empreendedorismo na Engenharia
Construção Civil
Ciência da Computação (Chapecó/SC)
Processamento de Alimentos (FURB/Blumenau)
Engenharia de Produção – Gestão Integrada de Processos
Gestão Empresarial
Administração de Shopping Centers
Turismo Empreendedor
Ciências da Computação
Redes em Telecomunicações
Engenharia de Segurança no Trabalho

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Administração dos Serviços de Saúde e de Enfermagem
Enfermagem Obstétrica
Terapia Nutricional
Ciência do Laboratório Clínico
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial
Enfermagem na Saúde da Família
Implantodontia
Medicina do Trabalho
Odontopediatria
Periodontia
Projetos Assistenciais de Enfermagem
Prótese Dentária
Saúde Pública

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Direito Administrativo (Curitiba/PR - Convênio IBPEX)
Direito Constitucional (Curitiba/PR - Convênio IBPEX)
Direito e Negócios Internacionais (Curitiba/PR - Convênio IBPEX)
Direito e Processo do Trabalho
Direito Processual Civil
Direito Tributário

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
Desenvolvimento Gerencial
Finanças para Executivos
Gestão de Empresas no Comércio (Brusque)
Gestão de Recursos Humanos
Gestão Empresarial (Pato Branco/PR)
Gestão Estratégica de Empresas
Gestão Tributária Municipal (Manaus/AM)
Marketing para Gestão Empresarial

CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS
Matemática do Ensino Médio

Pós-Graduação

As normas dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, no âmbito da UFSC, estão regulamentadas pela Resolução nº10/CUn/97, aprovada pelo Conselho Universitário em 29 de julho de 1997. O objetivo principal destes cursos, conforme dispõe o primeiro artigo, é a formação de pessoal de alto nível comprometido com o avanço do conhecimento para o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão e de outras atividades profissionais em instituições públicas ou privadas, nos campos das humanidades, artes, ciências e tecnologias. Esta Resolução informa que a Pós-Graduação *stricto sensu* compreende dois níveis independentes e conclusivos, a saber, Mestrado e Doutorado, não constituindo o primeiro pré-requisito para o segundo.

Já a Pós-Graduação *lato sensu*, disciplinada pelos arts. 59 a 82 desta Resolução, assume a forma de Especialização, que tem entre seus objetivos o desenvolvimento de atividades específicas na pesquisa e no ensino, visando à preparação de profissionais para as atividades acadêmicas, além de especializar profissionais em campos limitados do conhecimento, possibilitando estudos mais específicos de técnicas ou de domínio de áreas científicas.

Os cursos de Especialização terão um mínimo de 40 horas de atividade, poderão ser realizados na sede ou fora dela e se forem a distância deverão obedecer às especificações contidas no art. 80, da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Importa destacar que os cursos de Especialização serão programados pelos Departamentos interessados, devendo ser aprovados pelos seus Colegiados e pelo Conselho da Unidade e homologados pela Câmara de Pós-Graduação, conforme prevê o art. 65 da Resolução nº 10 do CUn.

Ao apresentar o projeto o Coordenador deverá indicar o nome do curso, o nome do responsável pela elaboração do projeto, local de funcionamento (com manifestação quanto à utilização de pessoal, instalações e material), objetivos do curso, organização e normas de funcionamento, período, vagas e número mínimo de alunos previstos para viabilizar o curso, pré-requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, condição de seleção e aprovação dos candidatos, disciplinas oferecidas para cada opção, com os respectivos número de créditos, ementa ou programa e indicação da bibliografia mínima, cronograma de atividades, relação completa do corpo docente, acompanhada do título acadêmico mais alto, com a indicação de seus respectivos Departamentos, currículo dos professores, sistema de avaliação dos docentes e dos alunos, indicação e cópia do convênio com a Fundação de Apoio encarregada da gerência financeira do projeto.

É necessário que conste do projeto, conforme obriga o inciso XIX do art. 67, o demonstrativo financeiro (receita/despesa), incluindo a fonte de recursos e indicando os recursos financeiros no que se refere à bolsa de estudos, à remuneração do pessoal docente, à previsão de pagamento das taxas ao FUNEVEN, ao "Programa de Bolsas de Extensão,

TABELA DE EQUIVALÊNCIA

CONCEITO	SIGNIFICADO	EQUIVALÊNCIA NUMÉRICA
A	Excelente	4
B	Bom	3
C	Regular	2
E	Insuficiente	0
I	Incompleto	0
FI	Frequência insuficiente	0
T	Transferência	0

Monitoria e Treinamento para Alunos de Graduação" e ao FUNEX.

O art. 68 especifica estes valores, da seguinte maneira:

I – 2% do total orçado ao "Fundo para Participação em Eventos" (FUNEVEN), sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, destinado a facilitar a participação de docentes e alunos em eventos científicos e tecnológicos para apresentação de trabalhos de sua autoria;

II – 1% para o "Programa de Bolsas de Extensão, Monitoria e Treinamento de Alunos de Graduação";

III – 1% para o Fundo de Extensão (FUNEX), sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, destinado a projetos de extensão.

O corpo docente destes cursos será constituído por professores da Universidade e excepcionalmente 20% da carga horária total poderá ser ministrada por professores externos ao corpo docente da UFSC. Cabe aos professores a responsabilidade de avaliação dos alunos, levando em conta os critérios de assiduidade e eficiência.

O aproveitamento dos alunos será expresso por meio de conceitos, de acordo com a Tabela de Equivalência acima, válida também para o Mestrado e Doutorado.

O aluno será aprovado se tiver frequência às atividades no número mínimo de horas e créditos estipulados, não podendo ser inferior a 360 h/a, desenvolvimento de atividades correspondente aos créditos estipulados e frequência mínima de 75% em cada disciplina.

Caberá à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, após aprovação das autoridades competentes, fornecer os certificados aos alunos que concluíram a Especialização.

Lei das Fundações

A Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as Fundações de Apoio, determinando, logo de início, no seu art. 2º, que as instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão devem ser constituídas na forma de fundações

de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil Brasileiro, sujeitas à fiscalização do Ministério Público, à legislação trabalhista e ao prévio registro e credenciamento no Ministério da Educação e do Desporto e no Ministério da Ciência e Tecnologia, o que é renovável bianualmente.

O art. 4º autoriza a participação de servidores das instituições federais nas atividades realizadas pelas Fundações de Apoio, sem prejuízo de suas atribuições funcionais. É importante ressaltar que esta participação não gera vínculo trabalhista de qualquer natureza, podendo, entretanto, a Fundação conceder bolsa de ensino, de pesquisa ou de extensão.

Aos servidores federais é vedado o desempenho de tais atividades durante a jornada de trabalho normal a que estão sujeitos, com exceção, evidentemente, da colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade. Da mesma forma é proibida à Fundação a contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestarem serviços ou atender necessidade de caráter permanente das instituições federais.

O que a lei federal permite, no seu artigo 6º, é que as Fundações de Apoio se utilizem de bens e serviços da instituição federal, mediante ressarcimento e pelo prazo estritamente necessário à elaboração e execução de projeto de ensino, pesquisa e extensão.

No caso em tela, que envolve as instituições de apoio encarregadas de gerenciar os programas de Pós-Graduação *latu sensu*, ou seja, de



Especialização, esta normatização aplica-se à FAPUE (Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária), à FEPESE (Fundação de Estudos e Pesquisa Sócio-Econômicos), à FEESC (Fundação do Ensino de Engenharia de Santa Catarina) e à FUNJAB (Fundação Boiteaux).

Todas elas são reconhecidas como Fundações de Apoio à UFSC e prestadoras de serviço de utilidade pública. Como tal recebem os privilégios previstos na Constituição Federal de 1988, sob a forma de imunidade tributária.

Dispensa de licitação

Qualquer uma destas quatro fundações pode ser contratada para realizar cursos de Pós-Graduação, com base no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações), que prevê dispensa de licitação

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental e estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada a recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

Conforme esclarecem os seus Estatutos, enquadram-se nestes requisitos tanto a FAPUE quanto a FEPESE, a FEESC ou a FUNJAB, visto serem: a) instituições brasileiras; b) voltadas para o ensino, pesquisa e extensão; c) possuírem inquestionável reputação ético-profissional, conforme atesta

o credenciamento necessário e obrigatório fornecido pelo MEC e MCT, exigido pela Lei nº 8.958/94; d) não possuírem fins lucrativos.

A Lei das Licitações, ao possibilitar a dispensa de licitação na contratação de tais instituições de pesquisa, apenas segue o mandamento constitucional pátrio inserto no art. 218 da Carta Magna nacional, assim redigido no que concerne à ciência e à tecnologia:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.
§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Finalidade não lucrativa

O art. 1º do Estatuto da FEPESE informa que a Fundação foi instituída em 26 de outubro de 1977, como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. O art. 28 estipula que aos membros do Conselho Deliberativo é vedada qualquer remuneração pelo exercício desta função.

No mesmo sentido o Estatuto da FEESC, no seu artigo 26, determina que a Fundação não tem finalidade lucrativa, não distribui dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação nos seus resultados. Aplica integralmente no País os seus recursos, na manutenção de seus objetivos institucionais, e emprega eventual superávit no desenvolvimento de suas finalidades.

Dispositivos semelhantes são encontrados nos Estatutos da FAPUE e da FUNJAB, o que demonstra obediência às determinações da Coordenadoria de Defesa dos Direitos Humanos da Cidadania e das Fundações, órgão do Ministério Público estadual encarregado de velar pela legalidade e pela moralidade da atuação destas instituições, aprovando ou rejeitando suas contas ao final de cada exercício.

As Fundações estão sujeitas a um regulamento especial desde o seu nascimento até sua extinção, prevista no Código Civil (arts. 24/30), Código de Processo Civil (arts. 1.199/1.204) e Lei dos Registros Públicos (arts. 114/120). As instruções do Ministério Público são claras quando determinam que as Fundações não poderão ter fins lucrativos e os seus dirigentes não podem exercer atividade remunerada, sendo que quaisquer formas de distribuição de lucros ou dividendos a quem as institui ou venha administrá-las são vedadas por lei.

Dizer que as Fundações atuam sem finalidade lucrativa não é reconhecer que elas devam operar com prejuízo. Ao contrário, justamente por serem administradas

por profissionais docentes qualificados, que preservam acima de tudo a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, as Fundações buscam auferir resultados financeiros positivos, que são automaticamente investidos na melhoria dos serviços prestados e na remuneração do seu quadro de colaboradores, aí incluídos docentes, funcionários e prestadores de serviços.

Pela gerência financeira e administrativa de tais cursos as fundações são remuneradas em percentuais variados, definidos com autonomia em cada entidade. Tais taxas também são cobradas quando as Fundações realizam projetos, consultorias ou serviços previstos em seus estatutos, como os de agente de integração, que visam oportunizar estágios para estudantes da Universidade nas empresas.

Regime de trabalho

A Resolução nº 55/CEPE/9.401 de dezembro de 1994, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC, definiu que o regime de trabalho dos docentes da carreira do magistério superior da UFSC contempla a dedicação exclusiva ou de tempo parcial, sendo que o docente tem a obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho no primeiro caso e 20 no segundo.

O parágrafo 2º do art. 3º desta Resolução permite que o docente em regime de 40 horas participe em órgão de deliberação coletiva relacionado com as funções de magistério, participe em comissões julgadoras ou verificadoras quando relacionadas com o ensino, a pesquisa e a extensão, perceba direitos autorais ou correlatos,

colabore esporadicamente, sendo ou não remunerado, em assuntos de sua especialidade, desde que autorizado, e ainda participe em outras atividades que venham a ser revistas em legislação superior ou de interesse da instituição.

Modelos de cursos

Definidos os parâmetros de atuação das Fundações de Apoio e a base legal que regulamenta suas atividades, podemos demonstrar como, na prática, estas entidades gerenciam os cursos de Especialização encaminhados pelos professores aos seus respectivos Departamentos. De cada Fundação tomamos um curso como referência exemplificativa.

1. FAPEU – A Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária é a entidade fundacional com maior abrangência entre as quatro que mantêm vinculação com a UFSC, visto sua não-vinculação a um específico segmento universitário. Seu Estatuto define-a como pessoa jurídica de direito privado que tem como objetivo, entre outros, colaborar com a Universidade no preparo, execução e avaliação de programas de ensino, pesquisa e extensão que sejam realizados sob a responsabilidade da UFSC, conciliando tais programas com as políticas de desenvolvimento municipal, estadual e nacional.

Dentre os vários cursos que a FAPEU gerencia, qualificados como de Especialização, pode ser citado o de “Especialização em Medicina do Trabalho”, realizado em parceria com a Associação Catarinense de Medicina (ACM). A coordenação

deste curso, bem como a definição das disciplinas e a montagem do quadro de docentes, é incumbência atribuída ao Departamento de Saúde Pública da UFSC.

A Especialização tem como público-alvo os médicos sócios da Associação, que deverão cumprir uma carga horária de 540 h/a, num período compreendido entre maio do ano 2000 e agosto do ano 2001. As aulas são ministradas às sextas-feiras, das 14 às 21 horas e aos sábados, das 8 às 17 horas. São três fins de semana seguidos e um de folga, tendo por local o auditório da ACM.

Cada aluno desembolsa 15 parcelas de R\$ 433,05 para, ao final de 15 meses, obter o título de Especialista em Medicina do Trabalho, concedido pela UFSC.

2. FEPESE – A Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas é uma Fundação de Apoio instituída pelos professores do Centro Sócio-Econômico com o objetivo de elaborar, coordenar, executar e apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão universitária e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, preferencialmente no âmbito socioeconômico e sempre em estreita colaboração com a UFSC.

Os cursos de Especialização oferecidos pela FEPESE estão mais voltados para a qualificação de técnicos, profissionais e gerentes das áreas contábeis e econômico-financeiras das empresas públicas e privadas, notadamente administradores, economistas e contabilistas de nível superior.

Exemplo típico que pode ser citado é o curso de “Especialização em Finanças para Executivos”, que

tem como objetivo fornecer aos executivos da área financeira as oportunidades existentes no mercado financeiro e de capital, para captar e aplicar os recursos disponíveis, de modo a alcançar a otimização das taxas de investimentos em conjunção com a minimização dos custos, através de interpretação, análise e decisões sobre as finanças das empresas.

A carga horária deste curso é de 360 h/a, ministrada de março a dezembro de 2000, no período noturno, sempre às segundas, terças e quartas-feiras, tendo por local as dependências da própria FEPESE, no campus universitário. Cada aluno paga dez mensalidades de R\$ 267,00, mais uma taxa de matrícula. Os certificados conferidos no final do curso são reconhecidos pelo MEC e cancelados pela UFSC. Os alunos têm direito a apostilas por matéria e material didático, assim como acesso à Biblioteca Central e acesso à Internet.

3. FEESC – A Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Centro Tecnológico da UFSC, que promove a realização de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão universitária.

Por sua vinculação ao Centro Tecnológico da UFSC, a FEESC desenvolve vários cursos a partir da própria Universidade e alguns programas especiais, como os de Ensino a Distância, baseados na aplicação de diversas mídias e tecnologias, como a Internet, a videoconferência, a teleconferência, as vídeo-aulas e a realidade virtual, que criam um novo cenário de técnicas e

processos de aprendizagem. Este programa, em quatro anos, foi responsável pela capacitação de mais de 130 mil pessoas.

Exemplo de curso de Especialização oferecido através da Fundação é o de “Construção Civil”, que tem como objetivo transmitir aos profissionais de engenharia e arquitetura, principalmente, informações atualizadas sobre estratégias de produção, tecnologia de materiais, reaproveitamento de resíduos, gestão ambiental, informática e planejamento.

A carga horária deste curso é de 360 h/a, ministrada nas dependências do CCT, nas tardes e noites de sexta-feira e aos sábados à tarde. Na matrícula o aluno paga uma taxa de R\$ 500,00 e mais 10 prestações de R\$ 300,00. O curso de Especialização sobre construção civil é ministrado no período de junho de 2000 a março de 2001.

4. FUNJAB – A Fundação Boiteaux é uma entidade instituída pelos professores do Centro de Ciências Jurídicas e leva o nome do fundador do Curso de Direito da UFSC, José Artur Boiteaux. Está localizada nas dependências do campus universitário e assume a mesma natureza jurídica das demais fundações de apoio: entidade de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

Os cursos cancelados pela FUNJAB estão todos relacionados com o ensino do Direito, como, por exemplo, o de Especialização “Pós-Graduação Lato sensu em Direito Processual Civil”. Este curso tem como objetivos oferecer oportunidade de aperfeiçoamento

aos diversos operadores jurídicos, em área não coberta por Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*; proporcionar uma análise crítica e contextualizada da teoria, da dogmática e da prática processuais; auxiliar na formação de mão-de-obra tecnicamente qualificada para o exercício das diversas profissões jurídicas; e formar, subsidiariamente, mão-de-obra qualificada para o exercício do magistério na área do Direito Processual.

São oferecidas 35 vagas, preenchidas mediante um processo de seleção que prevê análise de *curriculum vitae* documentado (é pré-requisito obrigatório a posse de diploma de Bacharel em Direito) e prova escrita tendo como base um livro jurídico pertinente à área em que está sendo oferecida a Especialização, indicado quando da inscrição e entrevista. A carga horária do curso é de 390 h/a, ministrada de maneira regular de segunda a quinta-feira, das 18h30 às 22 horas. A duração do curso é de 18 meses, de março de 2000 a agosto de 2001, tendo como custos R\$ 400,00 de matrícula e 14 mensalidades de R\$ 315,00.

Aperfeiçoamento profissional

Existe, sem dúvida, uma demanda por tais cursos de Especialização. Não são poucos os casos em que a procura é maior do que a oferta de vagas. Frequentemente as Fundações conveniam com determinadas empresas ou órgãos públicos a possibilidade de realização de cursos fechados aos seus funcionários.

As fundações de apoio estão sucumbindo aos interesses da

iniciativa privada? Não necessariamente. As Fundações de Apoio estão apenas cumprindo o que determina a Resolução nº 10 do Conselho Universitário da UFSC, que, como visto anteriormente, regulamenta e organiza os Cursos de Pós-Graduação.

A Universidade pública hoje compete em condições de igualdade com as instituições privadas de ensino superior. Basta abrir os olhos e ver a realidade: a ampliação e o agigantamento de apenas duas universidades, a UNISUL e a UNIVALI, demonstram que a "mercadoria" educação é das mais requisitadas.

Antes que a crítica seja feita, reconheça-se que educação não é mercadoria. Muito bem, mas milhares de estudantes de graduação freqüentam diariamente as salas da UNISUL nos seus variados e modernos *campi*, o mesmo ocorrendo com a UNIVALI. Por que isto acontece? Porque, felizmente, está por cair a visão elitista de que o ensino de graduação é reserva de mercado das Universidades federais. Em pouco tempo estaremos assistindo à transformação da região metropolitana da Grande Florianópolis em um centro formador de mão-de-obra superior, com a instalação de instituições de ensino superior de outros Estados, ou mesmo a autorização para que colégios de segundo grau venham a operar no mercado do terceiro grau, o que, aliás, já vem ocorrendo.

A mesma demanda também se verifica em termos de Cursos de Pós-Graduação, seja nos programas de Especialização, de Mestrado ou de Doutorado. E mais recentemente, após a

regulamentação da matéria pelo MEC, começam a proliferar os MBA – ou mestrados profissionalizantes, com ênfase para as áreas de Administração e Direito. Tais programas nas Universidades particulares são quase todos coordenados por renomados professores aposentados da UFSC.

Ao descrevermos estas situações queremos apenas alertar para o fato de que os professores da UFSC e de suas fundações não devem ficar alheios ao processo. Felizmente este é o entendimento majoritário dos docentes da Universidade, que a cada dia que passa começam a perceber que a Fundação de Apoio pode ser sua aliada no desempenho das atividades acadêmicas.

Não há dúvidas de que tanto o Mestrado quanto o Doutorado da UFSC, financiados pela CAPES e pelo CNPq, encontram-se entre os melhores do Brasil. Tais programas, gratuitos, destinam-se a formar o magistério de amanhã, qualificando os futuros professores das instituições

de ensino superior. Entretanto, em termos de Especialização, cujo objetivo principal não é a formação de docentes, mas a qualificação profissional, evidente está que as Fundações de Apoio disputam uma fatia do mercado com as instituições particulares.

Para encerrar

Ao final destas considerações destacamos que a autonomia universitária deve ser exercida de forma mais ampla possível. O papel que as Fundações de Apoio desempenham na democratização da educação e na qualidade do ensino precisa ser reconhecido, sob pena de inutilizarmos um excelente instrumental engendrado a partir da criatividade dos próprios docentes. Autonomia implica reconhecer a necessidade de formas alternativas de autofinanciamento e gestão, sem que haja comprometimento da finalidade principal da Universidade Federal, que é a de prestar um ensino público, gratuito e de qualidade.



Referências

<http://www.fepese.ufsc.br>
<http://www.feesc.ufsc.br>
<http://www.funjab.ufsc.br>
<http://www.fapeu.ufsc.br>
<http://www.reitoria.ufsc.br/prpg>
BRASIL. Constituição Federal de 1988. São Paulo: Saraiva, 1999.

Contato

olivo@ccj.ufsc.br

Globalização e exclusão social

ROSÂNGELA VERÔNICA DOS SANTOS

Mestre em Sociologia Política pela UFSC. Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSC

Tecemos neste ensaio algumas considerações preliminares relativas a globalização e exclusão social. Nosso propósito é instigar a discussão analítica dessa problemática, tanto no meio acadêmico como em outros fóruns de debate na sociedade civil. Julgamos aqui a relevância de sua análise, contemplando as suas principais implicações sociais, em um cenário que, acima de tudo, legitima a globalização, endeusando-a como se essa nova ordem mundializante somente apresentasse benesses. Essa idealização otimista, em última instância, apenas favorece os detentores do capital, excluindo sobremaneira todos os trabalhadores, esses agentes personificados do processo de trabalho que apenas dispõem de sua força de trabalho.

Entendemos que a globalização, enquanto uma nova racionalidade da sociedade capitalista, constitui um momento da

internacionalização, avançando em saltos sucessivos no processo expansionista.

A globalização inaugura um conjunto radical de transformações no seio da sociedade. Assim, estamos diante de uma nova ordem globalizante, com uma nova imagem e estrutura mundial.

Cumpre-nos nesse espaço apenas efetuar algumas digressões sobre um "novo" momento histórico que se desenvolve, em nível planetário, ultrapassando qualquer obstáculo e nem sequer se solidarizando com os povos. Podemos afirmar que estamos diante de uma nova onda, uma transformação planetária que atropela, sem qualquer justificativa, quem se obstar a seu avanço.

Percebemos, então, que a globalização se expande cotidianamente em todos os aspectos da vida. Tudo simplesmente é globalizado. A tecnologia, o marketing, a mídia, a universidade, o sexo, o consumo, a língua. O pensar, o sentir e o agir cotidianos simplesmente se globalizaram. As nossas preces, orações, encantações, há muito estão globalizadas. Até o amor, esse sentimento tão profundo, antes próximo, junto, se globalizou, se

"internetizou". *I love you. I love much you. Besides I love you. You are my life.* É um amor internauta.

Nessas breves observações, recortamos alguns exemplos mais próximos da dimensão da globalização que tudo alcança, com um poder sem igual. Todos os países do mundo se globalizaram, todos os mercados e os povos. Um ser humano que nasceu, por exemplo, em 1910, já se globalizou, e as novas gerações nem sequer questionaram a globalização. As meninas sonham em ser *top models* internacionais, os meninos, jogadores, ou astronautas globais, somando acima de tudo muitos dólares para o consumo.

Enfim, qualquer data festiva, comemorativa, lembra a globalização mais do que o nacionalismo e o regionalismo. Um presente nacional parece *démodé*. Mais apreciado talvez seria um presente globalizante, quem sabe de um sacoleiro de New York, Orlando, Paris, mesmo pagando-se ou negligenciando a taxa de bagagem. Relevante são os produtos globais, ser uma mulher global, um homem global, uma criança global. Eis aí a diferença, pois a experiência é global.

Nesse sentido, a globalização realiza o ser, enobrece a auto-estima, torna-se um alívio da depressão, da angústia, da ansiedade, da tristeza e do sofrimento. Ela simplesmente abastece a alma, mas por outro lado esvazia a existência. A nulidade da vida existencial atinge a sua plenitude. Não há um comércio global que garanta a felicidade total. O efeito das pílulas da felicidade é temporário, variando entre três e quatro horas.

Posteriormente advém o momento de tédio, de solidão, de depressão, a anarquia da alma desencontrada, a amargura, quem sabe, de ser globalizado. A globalização aparece, assim, como uma ideologia da ilusão.

Mas como lutar por um mundo onde a globalização seja solidária? Globalização e solidariedade não são antíteses? Como articulá-las, como aproximá-las, sem que se percam as suas essências?

Como argumento central, salientamos que a globalização, na forma como está sendo conduzida, não nos deixa otimistas diante das suas estratégias de avanço de poder, de supressão das fronteiras. A globalização apresenta uma outra face, não suficientemente analisada e refletida, lesando o cidadão que não tem oportunidade



de ser um homem global, excluindo-o do processo. Logo, um homem excluído socialmente está à margem de qualquer benefício social com relação a saúde, trabalho, moradia, alimentação, segurança, educação, lazer e felicidade.

Procuramos, então, neste estudo, em um primeiro momento, refletir mais sistematicamente sobre o processo da globalização, o seu sentido, quais os seus reais propósitos, o seu alcance. Em um segundo momento, tencionamos resgatar o processo de conscientização desse amplo fenômeno da globalização, repensando as estruturas de poder, dando ênfase ao processo de desterritorialização. Em um terceiro momento, realçamos algumas das suas implicações mais cruciais, como a exclusão social.

Cientes da extrema complexidade que a problemática envolve e da sua importância histórica-social, nos esquivamos aqui de examiná-la em toda a sua amplitude e profundidade. Orientamo-nos aqui para organizar algumas idéias que nos afligem, possibilitando-nos ver com mais clareza os conteúdos e contornos que a globalização assume em

nosso momento histórico.

Em nível metodológico, empreendemos uma análise teórica, valendo-nos de alguns estudos já consagrados ao tema. Tecemos nosso estudo sob a ótica da sociologia crítica por entendermos que o processo de conscientização não se faz sem um olhar crítico da realidade que nos envolve.

O fenômeno da globalização – um novo modelo de racionalidade

Nesta seção, nos propomos a efetuar algumas considerações preliminares relativas à globalização, com o intuito de apresentá-la enquanto um novo modelo de racionalidade. Na realidade, a globalização é freqüentemente proferida, mas a sua dimensão real é muitas vezes abstrata. Como se perceber num contexto globalizante? Como definir a sociedade global, as suas representações sociais?

A globalização aparece, então, como uma palavra da moda. Constitui a expressão de um momento histórico específico, do pós-moderno. Mas como pensar a globalização desconhecendo a sua real conotação, os seus efeitos

principais, as suas implicações e adversidades mais diversificadas?

A globalização configura uma nova era, inaugurando um novo discurso, um novo paradigma de análise, uma nova racionalidade econômico-político-social-cultural-espacial. A globalização é sinônimo da "ocidentalização do mundo", constituindo um novo ciclo desse processo.

A onda globalizante simplesmente suprimiu fronteiras, universalizou o mundo, acessou a comunicabilidade planetária, facilitou serviços e selecionou a um preço muito alto o poder aquisitivo da população, dicotomizando os incluídos no sistema e os excluídos. Os excluídos estão à margem, portanto fora, não interessam ao sistema, nem tampouco como exército industrial de reserva. Simplesmente são letais ao sistema porque não consomem.

Otávio Ianni, em sua obra *A sociedade global* (1994), analisa sistematicamente a dimensão do fenômeno da globalização, apontando com riqueza de detalhes o perfil desse processo no tempo e no espaço. O autor enfatiza que a globalização constitui um jogo de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e contradição, soberania e hegemonia, configurando uma totalidade em movimento, complexa e problemática.

Segundo o autor, a globalização é definida como um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vêm acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa "aldeia global", explorada e

marcada pela expansão mundial das grandes corporações internacionais.

Com o processo de globalização, as atividades econômicas e industriais se desenvolvem em escala global e não mais regional. Na percepção de Ianni, esse processo significa, ademais, que existe um certo grau de reciprocidade e interdependência das demais atividades espalhadas por diversas áreas internacionais. Assim, a globalização se apóia, em grande parte, na economia e no conhecimento.

A globalização, enquanto um processo e crescimento de todos os povos e países da superfície terrestre, configura-se em uma aldeia global. Apresenta-se como uma revolução do fim do século, e com ela a conjuntura social e política das nações passa a ser menos importante na definição dos investimentos, onde o indivíduo se torna uma peça na engrenagem da corporação.

Ianni resume a história da globalização do capitalismo em três fases. A primeira fase assinala o início das grandes navegações, levando à descoberta de regiões do planeta ainda não conhecidas pelos europeus, nos séculos XV e XVI. O capitalismo expandiu-se geograficamente por todo o mundo, integrando-o num sistema de produção e consumo de mercadorias. É o período da expansão da colonização marítima europeia.

A segunda fase registra o advento da Revolução Industrial, no século XVII na Grã-Bretanha, quando o capitalismo europeu já consolidado contava com mercados

Estamos diante de um mosaico de destruição das condições que tornam possível a construção e o funcionamento do regime democrático, e nem sequer arregimentamos as nossas forças numa luta em comunhão pela solidariedade.

consumidores em todo o mundo. O desenvolvimento de tecnologias permitiu aumentar a produtividade do trabalho humano e, conseqüentemente, alcançar maior produção de mercadorias, com um número menor de trabalhadores, preços mais baixos e maiores lucros.

O terceiro momento vivenciamos atualmente, caracterizando-se pelo domínio completo das multinacionais. Essas grandes corporações tomaram impulso a partir dos anos 1950, no pós-guerra, com a política de investimento da reconstrução da Europa, destruída pelo conflito. Hoje as transnacionais já detêm o controle dos mercados de todo o mundo.

Assim, através de uma constante evolução na eletrônica e na informática, o capitalismo mundial, com empresas que operam em todos os países, produz bens, serviços e meios de comunicações impensáveis há apenas cinquenta anos. Controlando a maior parte dos capitais existentes, essas empresas dispõem do que há de mais avançado em ciência e tecnologia, para submeterem à sua dominação Estados e regiões, países e povos, em busca do máximo de lucratividade.

As empresas transnacionais promovem transações financeiras e comerciais entre as filiais ou entre estas e a matriz. As multinacionais, além disso, operam fabricando partes de um mesmo produto em unidades industriais localizadas em diferentes países, onde encontram mais vantagens.

Logo, com o processo de globalização, as nações perdem importância política, deixando de controlar as economias locais, em

razão do fortalecimento das corporações transnacionais que comandam a economia mundial.

O domínio das novas tecnologias

Na nova organização mundial, o domínio das novas tecnologias e do fluxo de informações passa a ser fundamental. No passado, era o poderio militar que representava o fator mais importante para a definição das relações entre os países. Hoje, com o fim da Guerra Fria, essa situação foi radicalmente modificada. O poder atualmente é de quem detém as novas tecnologias. De acordo com Praxedes e Piletti (1997), segundo dados do Departamento de Comércio dos EUA, 90% das mais avançadas tecnologias estão concentradas nos EUA, no Japão, na Europa e nos novos países industrializados da Ásia, os chamados Tigres Asiáticos, como Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul. Não obstante, quem controla as inovações tecnológicas não são os governos desses países, mas as corporações transnacionais que neles atuam.

Entre as novas tecnologias, a microeletrônica, com seus novos materiais, e a biotecnologia ocupam uma posição de destaque. A microeletrônica vem sendo aplicada na produção de computadores para uso em fábricas, bancos ou escritórios. Nas fábricas, seu emprego tem levado à automação da produção, responsável pela substituição dos trabalhadores qualificados e por fechamentos de postos de trabalho. A biotecnologia consiste na

aplicação de princípios científicos e técnicos ao tratamento de matérias através de microorganismos, células animais, vegetais e enzimas, podendo ser aplicada nas indústrias de alimentação, bebidas, medicinais, farmacêuticas. Atua em diversos campos.

A globalização e o processo de conscientização

Neste momento, teorizamos sinteticamente o processo de conscientização no contexto da globalização, por entendermos que a temática remete a uma discussão inquietante.

Assim, somos bombardeados pela globalização e não atuamos conscientemente contra a apresentação dos seus aspectos e efeitos negativos, na medida em que não dispomos dos instrumentos de luta que só o regime democrático popular poderia nos proporcionar. Estamos diante de um mosaico de destruição das condições que tornam possível a construção e o funcionamento do regime democrático, e nem sequer arregimentamos as nossas forças numa luta em comunhão pela solidariedade.

Não podemos aceitar que essa competição universal, envolvendo todos contra todos, em qualquer ponto do planeta, avance sobre nós e nos torne estreitamente fisiológicos, egoístas, alheios ao respeito e às normas sociais, nos corporativismos impenetráveis, onde quem alcança os postos mais elevados não são necessariamente os mais aptos, diante dos critérios políticos da avaliação.

Mas debater a conscientização é uma tarefa complexa. A conscientização constitui, segundo seu maior teórico brasileiro, Paulo Freire, uma teoria e prática de liberdade. A conscientização, segundo o autor, implica, pois, que ultrapássemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica, na qual a realidade se dá como objeto cognoscível, e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

A conscientização é, neste sentido, um teste da realidade. Quanto mais conscientização, mais se "desvela" a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto. (...) A conscientização não consiste em "estar frente à realidade" assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da "práxis", ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica, é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhe oferece. A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão e por causa da radiação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. O trabalho humanizante não poderá

ser outro, senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo, a conscientização é o olhar mais crítico, possível da realidade (Freire, 1980, p. 26-29).

Expostas algumas considerações relativas à conscientização na sua dimensão mais ampla, voltemo-nos à análise dando destaque às estruturas de poder e à desterritorialização, que, em última instância, configuram a sociedade global. Assim, percebê-las, aprofundá-las e romper a "pseudo-concreticidade" é o propósito do processo de conscientização.

A globalização e suas estruturas de poder

Ianni salienta que a globalização não apaga as desigualdades e contradições do tecido da vida social nacional e mundial. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-as em outros níveis, com novos ingredientes. Assim, as mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração alimentam as desigualdades e contradições em âmbito tribal, regional, nacional, continental e global.

O mundo se forma como um vasto e complexo caleidoscópio de nações, nacionalidades, etnias, minorias, grupos e classes, reproduzindo-se diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais em distintas gradações e múltiplos arranjos.

A globalização, segundo profere, não é jamais um processo histórico-social de homogeneização. Nesse sentido, o

poder perpetua-se ao longo da história, em que governantes de países potencialmente mais poderosos desenham a face e o destino de outros, numa relação de dominador e dominado.

A formação da sociedade global também aprofunda e generaliza a interdependência das nações, povos, classes, grupos, indivíduos. A distância e o isolamento se tornam cada vez mais ilusórios. Logo, em todos os recantos, os indivíduos são alcançados pelas relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, de antagonismo e integração que tecem a anatomia da sociedade global. Essa interdependência é complexa e contraditória, simultaneamente integrativa e antagonista. Os centros de mando e decisão dispersam-se em distintas instituições, organizações, agências, empresas, corporações internacionais, multinacionais, transnacionais. Quanto às estruturas de poder da sociedade global, Ianni tece alguns comentários.

Em primeiro lugar, coloca que a Organização das Nações Unidas (ONU), com as suas diversas ramificações de cunho político, econômico, social e cultural, legítima e respalda as posições e atuações de países dominantes.

Em segundo lugar, evidenciam-se poderosas instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ou Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que dispõem de legitimidade, recursos e capacidade para agir em todos os países membros. Todavia, as políticas ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial acentuam as

disparidades sociais entre as nações e no seu interior, camufladas por uma ciência econômica global.

Em terceiro lugar, aparecem as empresas, corporações, conglomerados nacionais e transnacionais, responsáveis pela formação, funcionamento e transformação do shopping center global.

Em quarto lugar, encontramos o poder da indústria cultural, onde se reúnem todos os recursos imagináveis da mídia impressa e eletrônica. Em escala crescente, as audiências mundiais são alcançadas pelas mensagens que criam a ilusão de uma aldeia global, de um vasto simulacro da realidade da vida social.

Assim, se produz e reproduz a multidão de solitários povoando o silêncio de milhões. A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. A indústria cultural configura-se como uma técnica social de poder, trabalhando mentes e corações com uma eficácia sem igual.

Todas as principais estruturas de poder global prevalentes no mundo contemporâneo estão articuladas segundo os princípios da economia de mercado, da apropriação privada, da reprodução ampliada do capital, da acumulação capitalista em escala global.

Na análise de Ianni, um outro aspecto relevante diz respeito ao neoliberalismo, enquanto uma expressão da economia política da sociedade global. O neoliberalismo enraiza-se diretamente no mercado mundial, no fluxo de capital, na tecnologia, na força de trabalho, no lucro, na mais-valia. Lança-se

diretamente num mundo sem fronteiras, obstáculos e tarifas alfandegárias. O neoliberalismo sintetiza a ciência econômica global, consolidando sua hegemonia ideológica no plano internacional.

A democracia suposta pelo neoliberalismo mantém e afirma as condições do livre jogo das forças do mercado, onde a ideia da liberdade econômica é o fundamento da liberdade política.

A desterritorialização

O processo de desterritorialização constitui uma característica essencial da sociedade global em formação. As estruturas do poder econômico, político, social e cultural internacionais não apresentam uma localização nítida em um lugar, região ou nação, mas estão presentes em muitos espaços, parecendo flutuar sobre Estados e fronteiras, moedas e línguas, grupos e classes, movimentos e partidos.

O conceito de desterritorialização aplica-se não apenas às corporações transnacionais e mercados, mas também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos. A desterritorialização os tem afetado em diásporas. O debilitamento dos vínculos entre os povos, riqueza e territórios tem alterado as bases de muitas interações globais.

A desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia como da política e da cultura. Todos os níveis da vida social são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência. As relações, os processos e as estruturas globais

fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias. Com o processo de desterritorialização dissolvem-se o tempo e o espaço, as formas de sociabilidade e as culturas, o real e o imaginário, implicando a perda de algumas determinações essenciais.

Por outro lado, Ianni ressalta que a desterritorialização pode permitir a descoberta de determinações insuspeitadas, de espaços e tempos desconhecidos e fundamentais.

Na sociedade global, ao contrário do que se verifica na sociedade nacional, a desterritorialização é um processo cada vez mais intenso e generalizado. Vivemos em um mundo desterritorializado, cuja dinâmica apenas vagamente compreendemos. A desterritorialização afeta as lealdades dos grupos, as manipulações das moedas, tanto quanto das identidades, alterando as noções de espaço e de tempo. Mesclam-se, confundem-se e articulam-se povos e culturas, signos e significados, realidades e imaginários. A localização torna-se irrelevante.

Ianni sublinha que o processo de desterritorialização tem acentuado e generalizado as condições da solidão. Assim, desenvolvem-se as condições de alienação e, em consequência, evidencia-se a solidão. No âmbito da sociedade global, a solidão do indivíduo lança-o em dimensões talvez jamais alcançadas devido à revolução dos quadros de referência.

Todavia, o autor profere que a desterritorialização apresenta novas possibilidades de ser, agir, sentir, pensar, sonhar, imaginar, diante dos horizontes abertos com novas perspectivas a serem visualizadas.

Mas com a desterritorialização muita coisa muda, desloca-se, flutua, adquire outro significado,

dissolve-se. Ao lançar-se além de territórios, fronteiras, sociedades nacionais, línguas, dialetos, bandeiras, moedas, hinos, aparatos estatais, regimes políticos, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas, a sociedade global desterritorializa quase tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se, rompendo-se os quadros geográficos e históricos.

A exclusão social na sociedade global

Neste tópico, examinamos algumas das implicações sociais mais prementes no quadro da sociedade global, a exclusão social.

A exclusão social configura-se em um afastamento das oportunidades dignas de qualidade de vida, trabalho, moradia, saúde, educação e lazer. A exclusão social implica que os sujeitos históricos não tenham acesso às condições favoráveis de uma vida humana feliz e criativa, ou seja, implica que eles não tenham acesso aos bens e serviços que garantam a existência social.

A exclusão social, em última análise, visa à expropriação da cidadania, dos seus direitos sociais conquistados e garantidos. Assim, democracia e exclusão social aparecem enquanto antíteses, como uma relação de contrários.

A exclusão social é sinônimo de pobreza, de desigualdades sociais e sofrimento humano. E qual é o cenário social atual, como se apresenta? Vivenciamos um contexto com uma força de trabalho pauperizada, desempregada, faminta, miserável,

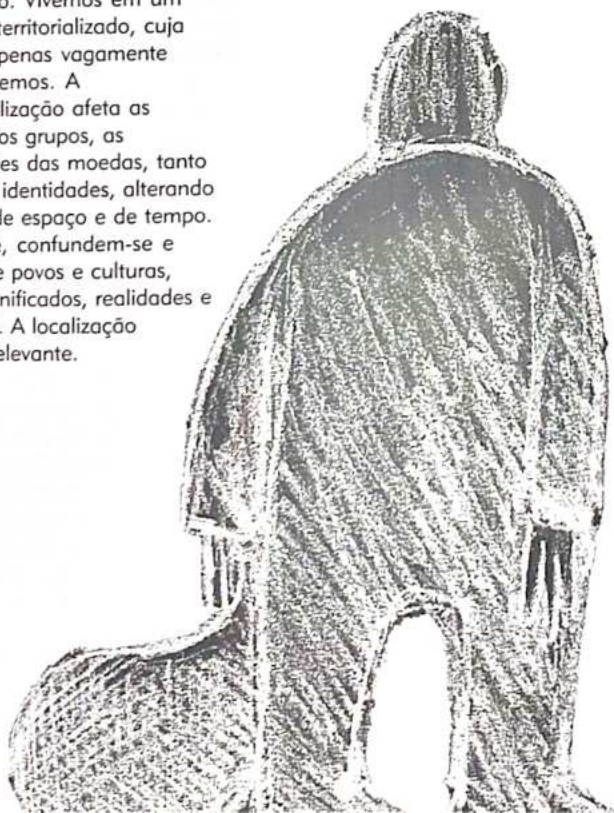
cada vez menos educada, carente de uma adequada atenção sanitária, mal vestida, pior alojada, convivendo com níveis crescentes de violência, criminalidade, anomia e desorganização social.

Esse modelo neoliberal apresenta uma racionalidade de espoliação social, sem qualquer preocupação com a justiça social e a ética, priorizando apenas a sua hegemonia capitalista no plano internacional. A globalização obedece aos desideratos dos grandes grupos industriais e dos detentores de vastos recursos financeiros.

Na análise de Martins (1996), a globalização apresenta um grande potencial de legitimação, mas por outro lado acumula fontes de deslegitimação. Assim, quanto maior se torna a abrangência e predomínio do sistema econômico, mais amplas e avassaladoras têm sido as manifestações da exclusão social. Logo, quanto mais elevado o PIB mundial, mais disparidades se fazem presentes entre os países, regiões e classes sociais.

O paradoxo se revela na velocidade da circulação das informações e no crescente aumento da alienação social, do desinteresse e da ignorância. Então, quanto mais abundante é a oferta de alimentos, mais incompreensível se torna a existência de famintos.

Na perspectiva do autor, o movimento globalizador ostenta duas faces: de um lado, a liberdade que significa liberação; de outro, a desproteção. Para liberar é necessário desproteger; privatizar; desregulamentar; flexibilizar as relações de capital e trabalho, abolindo a segurança dos



direitos conquistados; terceirizar e dessocializar os indivíduos.

Eis a face sórdida do capitalismo, conforme assinala Luttwak, citado por Martins (1996), manifestando-se na forma de competição selvagem, na busca da eficiência econômica como o bem final de uma sociedade. A globalização da economia, na ótica de R. Barnett e J. Cavanagh, citados por Martins (1996), produz e acumula problemas sociais que esta, não obstante, é incapaz de resolver. Em termos sociais, o fenômeno típico do mundo atual é a exclusão. Passaremos, neste momento, a efetuar algumas ponderações relativas ao desemprego e à miséria, enquanto uma das implicações sociais mais agravantes desse complexo processo da globalização.

Desemprego e miséria

O crescimento do desemprego e da miséria, na apreciação de Praxedes e Piletti (1997), constitui um efeito extremamente perverso da globalização, baseada no crescente poder das transnacionais através dos avanços tecnológicos.

Assim, as taxas de desemprego elevadas passaram a ser comuns

em quase todos os países. Os desempregos estruturais são decorrentes não de flutuações temporárias do ciclo econômico, mas de determinações constitutivas da ordem econômica contemporânea. As empresas buscam novas e mais avançadas tecnologias, procurando aplicá-las à produção com a finalidade de liberar a força de trabalho e alcançar maior produtividade, aumentando a qualidade para vencer a concorrência.

Os economistas apontam no desemprego estrutural um paradoxo do sistema de globalização. Tal sistema se ergueu para produzir coisas boas e baratas, vendidas numa escala planetária, fabricadas em grande parte por robôs, orientados por computadores. Mas, por cortar o emprego das pessoas e sua renda, não terá para quem vender seus carros reluzentes e seus computadores multimídias.

Desempregar tornou-se um ideal buscado por todas as organizações públicas e privadas, como um símbolo de sucesso, enquanto prova definitiva da aplicação bem-sucedida de estratégias racionais de ajustamentos às condições de mercado. O desemprego estrutural é uma temática recorrente na história econômica. Karl Marx já teorizou a respeito da tendência de o capitalismo produzir o desemprego ao lado do excesso de mercadorias. Também se preocupou com a questão o economista John Maynard Keynes, que criou o conceito de "desemprego tecnológico". Assim, sempre que uma tecnologia nova é

empregada, ela toma o emprego de alguém. Neste fim de século XX, é difícil imaginar mutirões de trabalhadores quebrando os computadores e robôs a marretadas, como fizeram os ludditas, predecessores de um movimento em prol da defesa do direito ao trabalho e à vida.

Esse processo de modernização do capitalismo implica, então, a eliminação do trabalho menos qualificado, em razão de uma maior qualificação, levando à marginalização de um imenso contingente de trabalhadores. Os trabalhadores expulsos do processo de produção acabam expulsos também do mercado consumidor, por não estarem aptos a comprar as mercadorias produzidas.

Alguns dados ilustram a gravidade da situação. Segundo Adam Schaff, citado por Praxedes e Piletti (1997), os empresários japoneses pretendem eliminar completamente o trabalho manual em suas indústrias até o final do século XX. No Canadá prevê-se que 25% dos trabalhadores perderão o emprego, e nos Estados Unidos as previsões apontam a eliminação de 35 milhões de empregos no mesmo período. Em 1985, as estatísticas mostraram que, em New York, uma em cada três pessoas em idade de trabalhar estava desempregada, e, em Chicago, uma em cada duas pessoas não dispunha de emprego.

Na Europa, o problema do desemprego não é menor. Em setembro de 1993, considerando-se a população em idade de trabalhar, o desemprego alcançava 7% na Alemanha, 10% na França e

na Itália, 11% no Reino Unido, 12% na Bélgica e na Dinamarca, 18% na Irlanda e 22% na Espanha. Segundo dados do DIEESE, o desemprego medido no Brasil, especialmente em São Paulo (capital), Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Brasília e Salvador, aponta 17,2%. Segundo dados do IBGE, que utiliza metodologias diferentes, o desemprego no Brasil alcança 7,9% (revista Época, 1998).

Uma das consequências do crescente número de desempregados nos países centrais capitalistas é a pressão de movimentos organizados, dentro de cada país, impedindo a entrada dos imigrantes vindos dos países pobres. Num mundo cada vez mais globalizado, essa ação soa como uma ironia. Assim, em flagrante contraste com o gigantismo das corporações transnacionais, já passou de um bilhão o número de pessoas que vivem em estado de pobreza absoluta no mundo, isto é, sem o mínimo indispensável à sobrevivência.

O processo de globalização está evoluindo em ritmo acelerado, sendo difícil detê-lo. A primeira denúncia, portanto, é que a globalização econômica está decepando velozmente os empregos também em escala global. No fim da linha, afirmam os críticos, haverá uma crise social de proporções nunca vistas. Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma espécie de clube de países ricos, existiriam atualmente 35 milhões de desempregados nos países desenvolvidos. O desemprego atinge hoje os níveis mais elevados desde a grande depressão dos anos 1930,



conforme afirma Jeremy Rifkin, em sua obra *O fim do emprego*. Entre desempregados e pessoas alojadas em subempregos precários, existiria no planeta, em 1996, um contingente de 800 milhões de trabalhadores. Essa massa de desempregados seria produto do processo de globalização.

No mundo do trabalho internacionalizado, o que mais há é desemprego, e quem fica à margem desse novo processo do capitalismo está condenado ao atraso e à miséria. O que está provocando todo esse misto de ansiedade e ressentimento se chama globalização. Um processo inovacionista que temeriza os cidadãos mais frágeis, numa corrida avassaladora jamais vista na história humana.

Assim, os excluídos socialmente, diante da sua condição de carência e miserabilidade, deixam de participar e de usufruir desse processo.

Considerações finais

A globalização está associada a uma aceleração do tempo. Tudo muda, se transforma mais rapidamente, drasticamente, na atualidade, e os deslocamentos se tornam instantâneos. A globalização constitui um processo de aceleração capitalista. A cultura da globalização é a racionalização do mundo, a sua ocidentalização, a progressiva universalização. A lingüística, os valores, os costumes da ideologia capitalista, da cultura dominante, da hegemonia dominante, inculcam e impõem os seus valores. Assim, desde as missões civilizatórias,

ocorre a quebra das estruturas nacionais no conjunto das transformações em geral.

Atualmente, todos os cidadãos estão globalizados porque, de alguma forma, participam da sociedade global. E os excluídos socialmente também, porque estão no âmbito da globalização, sofrendo as suas adversidades.

Não obstante, podemos afirmar que, em sua grande maioria, todos os cidadãos têm, de alguma forma, um ônus muito elevado nesse processo de globalização. Se a globalização é controversa, nefasta e letal para aqueles que não dispõem dos meios para garantir a sua sobrevivência, menos do que simplesmente viver, com qualidade de vida e garantia da felicidade, ousamos aqui desafiar os estudiosos otimistas, que se baseiam somente em dados técnicos, promissores, esquivando-se do real compromisso com a sociedade em geral. E também é nossa intenção incitar o debate sobre essa onda globalizante, que somente oferece benefícios e privilégios a quem dispõe de muito, muito lucro.

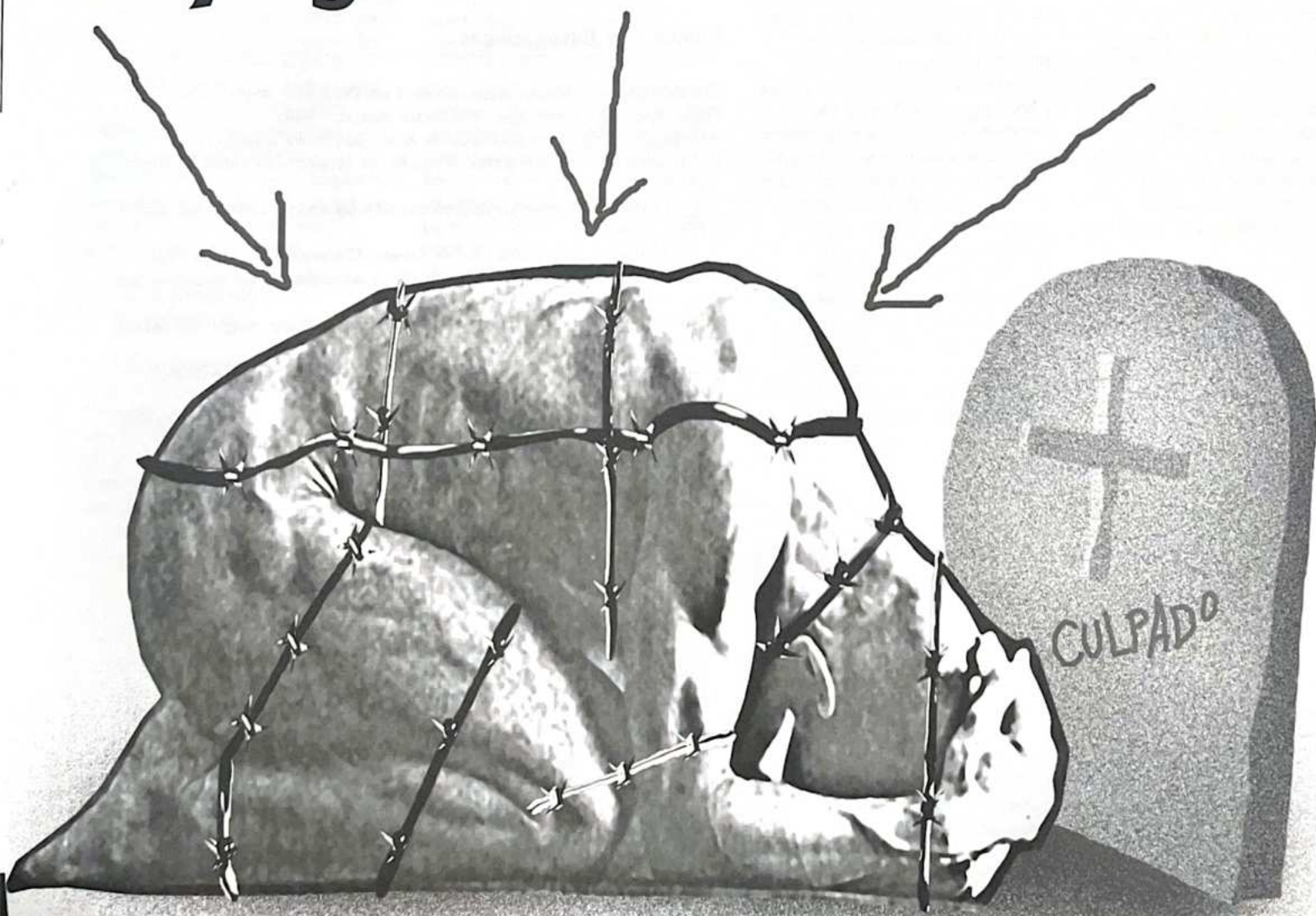
Portanto, acreditamos que estamos inseridos num contexto histórico do qual não podemos retroceder. Todavia, as nossas ações, atitudes e, acima de tudo, a ética e a dignidade não podem esmorecer e entrar nesse rol da famigerada globalização atropelante. Caso contrário, nossos princípios, por mais sensatos que julgamos, fazem de nós um proxeneta. E não é isso que a globalização faz de nós, cidadãos proxenetas do mundo, vazios, sem essência, subjetividade e alegrias?

Referências Bibliográficas

- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 6.ed., São Paulo: Loyola, 1996.
- IANNI, Otávio *A sociedade global*. 3.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. Estudos Avançados, 8(21), 1994.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARTIN, Hans Peter et SHUMANN, Harold. *A armadilha da globalização*. São Paulo: Globo, 1998.
- MARTINS, Carlos E. *Globalização e democracia*. São Paulo: Nação em Revista, 1996.
- NASCIMENTO, Elmar P. *Globalização e exclusão social...* In.: DOWBOR, Ladislau. *Desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- OLIVEIRA, João Batista A. et alii. *Globalização, tecnologia e emprego*. Brasília: Instituto Brasil Século XXI, 1996.
- PRAXEDES, Walter & PILETTI, Nelson. *O mercosul e a sociedade global*. São Paulo: Ática, 1997.
- REVISTA ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 5, 22 jun. 1998.
- REVISTA VEJA. *A roda*. São Paulo: Abril, 3 abr. 1996.
- RIBEIRO, Ana C. T. *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Nação em Revista, 1996.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim do emprego*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SADER, E. & GENTILI (org). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, M. et alii. *O novo mapa do mundo: fim do século, globalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHELING, Paulo R. *Brasil, a pior distribuição de renda do planeta, os excluídos*. São Paulo: Koinomia, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

MST:

o julgamento das vítimas



MARIA IGNEZ S. PAULILO

Professora titular do
Departamento de Ciências
Sociais da UFSC

Dois fatos ocorridos com três anos e quatro meses de intervalo entre um e outro abalaram não só a opinião pública brasileira como a internacional. O primeiro deu-se em 19 de abril de 1999, na Rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás, quando dezenove sem-terra foram mortos de maneira atroz por soldados. Diante de tamanha demonstração de violência oficial, torna-se difícil manter a ilusão de que o Brasil se democratizou com a Nova República. Mas esta é uma crença cuja perda nos é muito dolorosa. Então, as explicações de sempre: falta de preparo das tropas, incompetência de alguns e desentendimentos de última hora. E a crueldade do Estado fica reduzida a um incidente, lamentável, é claro, mas não rotineiro. Desta cômoda justificativa somos arrancados em 16 de agosto de 1999, quando se inicia o julgamento dos três comandantes da operação massacre. Eles são absolvidos. Dura pouco o impasse, pois logo a impunidade começa a ser minimizada, culpando-se alguns membros do júri ou do poder local pelo ocorrido. As consciências se acalmam com a esperança de um novo julgamento, como se não fosse

nossa democracia que estivesse em jogo, mas apenas um acontecimento isolado.

A alegação de que era preciso desobstruir a rodovia que os sem-terra tinham bloqueado (numa tentativa de chamar a atenção para suas duras condições de vida e a morosidade dos processos de assentamento) como justificativa para a presença e a ação dos soldados já era pouco convincente na época. Menos convincente ainda se tornou quando, cerca de dois anos depois, um movimento de caminhoneiros parou o país por vários dias e o impasse foi resolvido com negociações e não com tropas de choque. A extrema violência do Estado brasileiro contra qualquer reivindicação por terra vinda de grupos dela excluídos é histórica. Temos Canudos, Guerra do Contestado, Formoso e Trombas, Ligas Camponesas e outras lutas das quais pouco se sabe. Do mesmo modo que na Idade Média se queimavam os infiéis para que deles e de seus atos não ficasse registro e nada permanesse nem mesmo como lembrança, assim massacres ficaram sem memória; foram exterminados muitos dos "infiéis" à crença de que a posse e o uso do solo brasileiro são para "poucos e escolhidos". Índios, negros e brancos pobres formam multidões de desaparecidos. Deles se tirou não só a vida, mas também o nome e qualquer traço de dignidade. São "os fanáticos", "os bandidos" e por aí vai. Depois do massacre, não foi fácil para os militantes do Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra (MST) saberem quem e quantos tinham morrido. Sem corpo não há homicídio. Durante o julgamento, os réus foram tratados por sua patente pelo juiz que os designava por "coronel", "capitão" e "major". Para os sem-terra era suficiente o epíteto de "elemento" (1).

Não deixa de ser surpreendente que em um país onde diariamente se fala da violência urbana, onde se teme a massa de desempregados que lotam as favelas das grandes cidades, tolere-se a força da repressão que se abate sobre quem precisa de terra para viver e permanecer no campo. Surpreende mais ainda quando se sabe que pesquisas de opinião pública revelam que a população em geral apóia a Reforma Agrária (pesquisa *Vox Populi*). Indicador conspicuo desse apoio é o tratamento simpático que o MST recebeu em novela levada ao ar pela onipresente Rede Globo. Talvez este aparente paradoxo possa começar a ser desvelado pelo teor do prêmio concedido pelo rei da Bélgica ao MST em novembro de 1996. Esta distinção não é um reconhecimento dado aos que levam avanti lutas democráticas ou defesa de direitos humanos, embora isso possa acontecer, mas sim aos que trabalham em prol do desenvolvimento, daí seu nome - "Prêmio Internacional Rei Balduino para o Desenvolvimento". Então os sem-terra lutam por desenvolvimento? E desenvolvimento não é aquele

conceito mágico que sempre aparece nos momentos de dificuldades?

É este o ponto-chave. Desenvolvimento, no Brasil, sempre foi um conjunto de medidas implementadas de cima para baixo. São planos traçados sem participação popular, que se baseiam em tese central que considera a sociedade um todo de tal forma integrado que, em se desenvolvendo alguns de seus grupos, toda ela se beneficia. Para justificar ações de exclusão, faz-se um discurso de inclusão: se as barragens vão desalojar muitos pequenos produtores, vão trazer energia para todos; se os subsídios governamentais são dados para poucos, estes vão criar muitos empregos... Falar em desenvolvimento sempre foi prerrogativa dos poderosos neste país, a quem é permitido pensar pelos outros. Como então aceitar que um contingente de excluídos tenha como objetivo de sua luta a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa? Poder-se-ia perguntar por que não reivindicam só terra ou, no máximo, reforma agrária? Porque as três lutas não se dissociam é a resposta.

Quando a história nos mostra com que violência foram sempre abafadas as reivindicações por terra, entendemos que estas lutas, por mais locais que tenham sido e por menos consciência que seus protagonistas tenham tido do seu alcance, terminaram fatalmente por sacudir um dos pilares que sustentam nossa sociedade desigual e autoritária: a exclusão, e uma exclusão tão ilegítima que não pode suportar a

menor contestação, por não ter como se defender dela a não ser pela força.

Em um momento em que se diz a todo instante que devemos ser educados como os habitantes do Primeiro Mundo, competitivos e eficientes como eles, poderíamos também analisar por que nunca fizemos a reforma agrária que os países hoje desenvolvidos levaram a cabo, alguns já em séculos passados. Tomando como exemplo os Estados Unidos, a Guerra de Secessão (1861-1865) não teve só a ver com libertação dos escravos, mas, também, com a decisão de como as terras consideradas desocupadas do Oeste (apesar da presença dos índios) seriam utilizadas. Havia dois projetos em discussão: a venda de extensas glebas feitas à vista, defendida pelos grandes proprietários escravagistas do Sul, e a venda de pequenos lotes com financiamento a longo prazo, defendida pelos nortistas partidários de um modelo de ocupação ligado à agricultura familiar. Em 1862, foi promulgada a *Homestead law*, lei agrária que fixava em 65 hectares os lotes distribuídos aos colonizadores. Sabemos que o Norte saiu vencedor nesta guerra e, com isso, a agricultura patronal sofreu

sério revés. Depois da Segunda Guerra, os Estados Unidos levaram para outro continente seu modelo agrário, fazendo uma reforma profunda na distribuição de terras no Japão. Entre abril de 1947 e dezembro de 1948, um terço da área agrícola japonesa (1,9 milhão de hectares) foi desapropriada, passando a exploração familiar a ser predominante no país (2).

França e Inglaterra, embora tenham imposto o sistema de *plantation* em suas colônias, não o quiseram para si. A Revolução Francesa abriu o futuro para a exploração familiar em seu país. Na Inglaterra, embora o peso da grande propriedade seja maior que na França, depois do auge da grande exploração ocorrida na metade do século XIX e tão citada por Marx na obra *O capital*, houve desmembramento de terras e, hoje, a agricultura familiar tem grande importância. Marx esperava que o socialismo surgisse de uma revolução no país mais capitalista da época em que escreveu, ou seja, a Inglaterra. Com a nova forma de produção, as grandes áreas de agricultura patronal seriam exploradas coletivamente. Se isso não aconteceu em terras inglesas, foi este o modelo implantado nos países socialistas como União

Soviética, China e Cuba. Mas é interessante como, mesmo aí, a agricultura familiar permaneceu em algumas áreas ou ligada a algum tipo de produto mais exigente em termos de cuidados, como é o caso do charuto cubano.

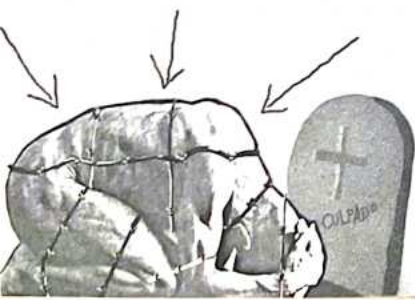
Nem todas as revoluções que propunham uma distribuição mais democrática da terra foram vitoriosas ou, mesmo o sendo, conseguiram levar tal ideal até o fim. A América Latina nos traz muitos exemplos do quanto esta é uma conquista difícil, mas o que importa assinalar é que a reforma agrária é uma questão sempre presente nas nossas inúmeras tentativas, violentas ou não, de superar a extrema desigualdade. Em 1910, temos a Revolução Mexicana. Cuba se subleva em 1959. Colômbia e Venezuela no começo dos anos 60. Chile, de 1964 a 1973, e Peru, de 1969 a 1978. O Brasil cumpre sua triste sina de de ser um resistente baluarte das forças conservadoras. Do mesmo modo que foi, juntamente com Cuba, um dos últimos países a libertar seus escravos, fato ocorrido em 1888, apenas na década de 80 do século XX iniciou um movimento significativo na direção do uso mais democrático de seu solo. Acompanha-o historicamente a Nicarágua, que,

somente após a revolução sandinista de 1979, pôde dedicar-se a mudanças deste tipo (3).

O Brasil, colonizado pelos portugueses, herdou de Portugal a distribuição da terra em sesmarias, ou seja, havia donos mas não proprietários porque o Rei poderia exigir a terra de volta. Na primeira tentativa de colonização, tivemos as capitânias hereditárias, regime que punha nas mãos de um único responsável glebas maiores que alguns países europeus, cabendo a eles distribuir as sesmarias. Como a Coroa portuguesa não pretendia usar seus próprios recursos para povoar matas onde os metais preciosos tardavam a aparecer, foram escolhidos donatários que pudessem financiar os custos da ocupação. Fracassou o sistema de capitânias mas não o de sesmarias, que perdurou até a Lei de Terras de 1850. Se a primeira forma foi excludente, a segunda não o foi menos. Para ser sesmeiro era preciso ser branco (negros, índios e mestiços não poderiam receber doações) e estar entre os poderosos, ou seja, ter recursos próprios e gozar das boas graças do rei ou de quem o representasse. A Lei de Terras, embora tenha extinguido a possibilidade de se obter glebas através da posse (as sesmarias), passa a exigir a compra, isto é, só pode almejar propriedades quem tiver dinheiro para comprá-las, condição inexistente entre os tradicionalmente excluídos.

Com tanta concentração, pode-se entender por que a

Nem todas as revoluções que propunham uma distribuição mais democrática da terra foram vitoriosas ou, mesmo o sendo, conseguiram levar tal ideal até o fim.



reforma agrária é um tema muito presente no Brasil nos momentos de mudanças sociais. Quando da abolição da escravatura alguns abolicionistas já diziam que, sem distribuição de terras, haveria miséria. E houve. Durante o governo de João Goulart o assunto voltou à baila. Causou enorme reação entre os conservadores o anúncio de que o governo pretendia desapropriar 15 km ao longo das estradas. Caiu o governo mas não o número de miseráveis. No que parece quase uma ironia, o governo militar acabou por desapropriar não 15 mas 100 km e tocou na intocável questão agrária através do Estatuto da Terra de novembro de 1964, que justificava a intervenção do Estado para fins de reforma agrária. Embora tenha ficado aquém das exigências dos defensores de uma reforma profunda, o aparecimento do Estatuto mostra o quanto a situação no campo estava desesperadora. Membros conservadores da Igreja Católica, apavorados com a idéia de uma revolução comunista como a havida em Cuba, alertavam senhores de terra e governantes para o perigo que grandes contingentes de miseráveis nas áreas rurais representavam em termos de avanço das idéias subversivas (4).

A criação do Estatuto da Terra não foi a única medida adotada

pelo governo militar. Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito, ou seja, foram instituídas linhas de crédito subsidiado para a agricultura, e os serviços de extensão rural cobriram todos os estados do Brasil. Baseada no modelo da revolução verde, a extensão incentivou o uso de máquinas e outros insumos modernos: adubos químicos, agrotóxicos, etc. Embora os incentivos financeiros tenham criado uma classe de produtores familiares tecnificados e perdurasse até 1979, poucos foram os beneficiados, pois 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros não tiveram acesso ao crédito facilitado e 1% dos maiores mutuários receberam 40% do montante disponível (5). Não é de estranhar, portanto, que dados de 1996 revelem que, no Brasil, 1,4% de proprietários detêm 50% das terras e mantenham boa parte delas improdutiva (6).

No bojo deste quadro de concentração de terras e exclusão de grandes contingentes populacionais, surge em 1979 o MST, que, ao longo dos últimos 20 anos, tem se mantido presente e atuante no cenário nacional. Seus próprios dirigentes dividem, grosso modo, as fases do MST em três. A primeira vai de 1979 a 1984 e tem como bandeira de luta a frase "Terra para quem nela trabalha". De 1985 a 1988 o movimento adquire caráter nacional e tem como lema a idéia "Sem reforma agrária não há democracia". Já a partir de 1986 começa a tomar vulto a decisão de ocupar terras improdutivas como estratégia para

forçar os assentamentos. De 1989 em diante, a palavra de ordem passa a ser "Ocupar, resistir e produzir". O ano final da segunda fase, 1988, é marcado pela promulgação de uma nova Constituição, durante cuja elaboração houve intenso confronto de forças sociais. Os contrários à reforma agrária uniram-se em um movimento intitulado União Democrática Ruralista (UDR) e seus dirigentes chegaram a defender, em um claro desafio aos poderes oficialmente constituídos, o uso das armas através da criação de milícias particulares, ligadas aos grandes proprietários de terra, para impedir as ocupações.

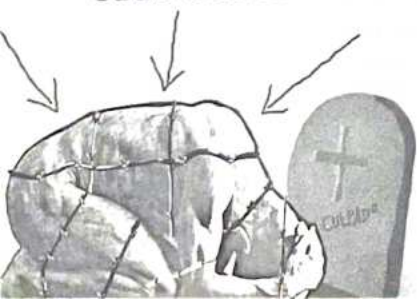
Uma questão-chave a ser decidida era se as desapropriações deveriam se restringir a terras improdutivas ou não. A posição vencedora na Constituição foi que sim, o que se constituiu numa derrota para os defensores de mudanças mais profundas. Embora propriedades improdutivas no Brasil existam e sejam muitas, o ponto central a ser discutido não deveria ser se há terras abandonadas para todos os que dela necessitam, mas sim qual o destino mais democrático e mais justo a ser dado à terra no Brasil, cultivada ou não. Se reforma agrária significa mais que distribuir "terras que sobram" a "brasileiros que também sobram", ela deixa de ser um capítulo das políticas sociais e passa a ser uma questão nevrálgica, pois levá-la adiante significa desafiar as bases do modelo de desenvolvimento rural hoje vigente no Brasil: produtivista, competitivo e

excludente. Este é um modelo que vem resistindo há cinco séculos e que foi causa de tantas atrocidades, por um lado, e impunidades, por outro — que o massacre de Eldorado do Carajás e a absolvição de seus responsáveis se banaliza. A morte dos dezenove sem-terra, muitos dos quais foram executados depois de subjugados, ganhou grande visibilidade, mas, se compararmos essas mortes com as que ocorrem diariamente no meio rural brasileiro, em virtude da miséria, da exploração, da falta de direitos e do abandono, vemos que, se é importante punir os responsáveis pelo crime em Carajás, é tão importante quanto mudar as condições que permitiram tal acontecimento, e essas condições estão encravadas no nosso modelo de desenvolvimento.

Mesmo correndo o risco da simplificação excessiva, podemos dizer que no campo brasileiro há os incluídos e os excluídos e que esses dois grupos não estão funcionalmente integrados e que, portanto, o bem de um não significa o bem de outro. Desde a crise no Leste europeu, há como que um receio de usar a palavra "classe" e o conceito de "sociedade de classes", mas é disso que se trata. Se hoje enfrentamos riscos ecológicos que ameaçam ricos e pobres, nem por isso desapareceram aqueles que afetam muito mais os segundos que os primeiros. Mesmo quando pensamos em modelos alternativos, é a idéia de "todo integrado" que dá seu fundamento. Hoje se fala em



"Sustentabilidade" tornou-se um termo quase mágico. A única ressalva que muitos fazem a ele é que lhe falta uma conceituação mais precisa e universal. Porém, quando se busca precisão e universalidade, percebe-se a fragilidade de um conceito ao qual não se pergunta "sustentabilidade do quê" ou "para quem"? Não é o caso de negar a grande importância que as preocupações com o meio ambiente tomaram neste final de século, mas estabelecer os limites próprios a cada conceito.



"agricultura familiar", "agricultura sustentável" e "novo rural" como possibilidades que rompem com a agricultura produtivista, fruto da revolução verde. Mas, do mesmo modo que esta forma tecnicizada de produzir foi elitista, tendo ficado fora dela grande parte dos agricultores brasileiros, as alternativas propostas também o são.

O conceito de agricultura familiar tornou-se hegemônico nos anos 90. Ele traz consigo um alto grau de concordância ao mesmo tempo eficiente e ilusório. Eficiente porque, quando se fala em agricultura familiar, consegue-se não só grande simpatia popular, como dar identidade a grupos diferentes, o que facilita a união em torno de algumas bandeiras de luta. Ilusório porque pressupõe secundárias diferenças que são profundas. Quando analisamos os documentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que propõem um fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, documentos que estão tendo grande repercussão nos órgãos de extensão rural, vemos que os agricultores são divididos em três grupos: consolidados, em transição e periféricos. As políticas propostas voltam-se, principalmente, para os dois primeiros grupos, mesmo que o maior deles seja o terceiro, que, em 1996, agrupava 2.168.000 unidades, enquanto do primeiro faziam parte 1.150.000 e do segundo, 1.020.000 (7).

"Sustentabilidade" tornou-se um termo quase mágico. A única ressalva que muitos fazem a ele é que lhe falta uma conceituação

mais precisa e universal. Porém, quando se busca precisão e universalidade, percebe-se a fragilidade de um conceito ao qual não se pergunta "sustentabilidade do quê" ou "para quem"? Não é o caso de negar a grande importância que as preocupações com o meio ambiente tomaram neste final de século, mas estabelecer os limites próprios a cada conceito. Os termos científicos são construções heurísticas e não reproduções da realidade. Se concebemos a ciência como uma forma de explicação e não como verdade, é compreensível que haja sempre sombra em torno de uma área cuja visibilidade é fruto de um recorte artificial (8). O que não é compreensível é que luz e sombra se imobilizem e se pressuponha que, por nada ser visto na zona escura, nada lá existe. Ou que, numa tentativa impossível de integração, cubram-se verdadeiros abismos com uma tecitura resistente de fios conceituais. Conceituar a sociedade atual como uma "sociedade de risco", pressupondo uma democratização do que há de negativo na modernidade, ou que sejamos todos iguais diante dos mesmos perigos, é correr o risco da cegueira.

O conceito de "novo rural", assim como os anteriores, trouxe grandes contribuições às tentativas de entendimento da agricultura brasileira hoje. Pensar em um rural não agrícola abre a possibilidade de criação de novos empregos no campo. A idéia de pluriatividade tirou do agricultor

em tempo parcial a pecha de ineficiente, permitindo que se pense positivamente a integração campo-cidade. Mas é preciso não esquecer que existe um rural agrícola que não está desaparecendo. Qualquer política que crie empregos é bem-vinda num país com muitos desempregados, desde que se leve em conta que o modelo urbano-industrial está se esgotando. Temos, hoje, 8% de desempregados nos Estados Unidos e 10% na Comunidade Européia, quando a teoria econômica keynesiana considerava tolerável 2% (9). Em plena era dos computadores, muitos dos nossos trabalhadores rurais são praticamente analfabetos. Disso tem plena consciência o MST que, entre suas preocupações principais, coloca a educação.

O julgamento dos responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás se transformou no julgamento e condenação do MST. A absolvição dos responsáveis é a condenação não só da nossa justiça, mas do nosso modelo de desenvolvimento produtivista, concentrador e elitista. É fácil defender a reforma agrária quando se a concebe apenas como uma forma de distribuir terras improdutivas. Se nem isso é feito, se muito se fala e pouco se faz, somos levados a entender que qualquer modelo concentrador pressupõe a existência de espaços em aberto. O que "sobra" não está sobrando, é parte constitutiva da estrutura principal. O que é

acumulado é tirado de algum lugar, até mesmo do corpo dos assassinados. Ademar Bogo, membro da direção do MST-Regional Nordeste, usa uma imagem interessante

que representa a realidade atual como se fossem esqueletos de pessoas deterioradas, como se fossem ossos humanos que a gente [o MST] está resgatando, acrescentando a eles estrutura física, de carne, músculo, e num segundo momento todo o conhecimento que o ser humano deve ter para ter dignidade (10).

Numa sociedade de classes como é a nossa, dificilmente haverá ganhos sem perdas, concentração sem alijamento. Não há modelo de desenvolvimento que possa ignorar tantos interesses contraditórios. É preciso levá-los em conta, desnudá-los e enfrentá-los. Se é importante que exista um consenso popular de que a reforma agrária é fundamental, esse consenso não pode se basear na falsa premissa de que ela pode ser realizada sem afetar os fundamentos da nossa organização econômica.

Os corpos mutilados dos sem-terra são o outro lado da busca de competitividade e eficiência econômica, segundo rígidos padrões monetários. As moedas... Há um pejo em se falar da dor onde se discutem conceitos, em colorir de sangue as aparentemente assépticas construções teóricas. Diante do horror estampado no rosto dos que viram tantos corpos dilacerados, entendemos o que um poeta como García Lorca diz sobre pessoas "cambaleando insones como se houvessem saído de um naufrágio de sangue", não só porque homens se matam mas porque "as moedas, como enxames, devoram os recém-nascidos"; só ele para revelar que a aurora de Nova York, cidade-símbolo de um Ocidente materializado, faz adivinhar que "não haverá paraíso nem amores desfolhados; só números, leis e o lodo de tanto esforço baldado" (11). Se todo o esforço que fizemos for para criar números que representem riquezas concentradas e defender leis que favoreçam a impunidade, que sonho nos desenterrará do lodo de uma crescente miséria mundial?

Os corpos mutilados dos sem-terra são o outro lado da busca de competitividade e eficiência econômica, segundo rígidos padrões monetários. As moedas...

Notas da autora

Este texto foi escrito em fevereiro deste ano, antes, portanto, dos últimos acontecimentos envolvendo o MST. Prefiro não alterá-lo porque foi publicado pela Revista *Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*, do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação, Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Agradeço a seus editores, principalmente a Elizabeth Rondelli, a permissão para enviá-lo à revista Plural. Ela compreendeu que eu não poderia me calar diante da reportagem de capa da revista *Veja* "A tática da baderna" – publicada na edição nº 1.648, onde uma visão deturpada do MST é apresentada e se recorre a um pensador do porte de José de Souza Martins para legitimá-la. O professor Martins divulgou nota criticando o uso indevido de afirmações suas desvinculadas do contexto que lhes dava sentido, mas não está sendo fácil reverter o impacto da reportagem, embora a montagem ultrajante da foto de João Pedro Stédile segurando uma arma ao estilo James Bond diga bem do grau de parcialidade e preconceito dos autores.

1. Revista *Caros Amigos*, n. 5, nov. 1999, p. 22.
2. Ver, entre outros, José Eli da Veiga – *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica* (São Paulo: Edusp/ Hucitec, 1991); Ricardo Abramovay – *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas, SP: Unicamp, 1992); Hugues Lamarche (coord.) – *A agricultura familiar* (Campinas, SP: Unicamp, v. I, 1993, e v. II, 1998); e Ruth Gasson e A. Errington – *The farm family business* (Wallingford: CAB Internacional, 1993).
3. Ver, entre outros, Jacques Chonchol – *Sistemas agrários em América Latina* (Chile: Fondo de Cultura Económica, 1994; e Otávio Ianni – "Revoluções camponesas na América Latina". In: Tavares dos Santos (org.) – *Revoluções camponesas na América Latina* (Campinas, SP: Unicamp, 1985).
4. José de Souza Martins – *Caminhada no chão da noite* (São Paulo: Hucitec, 1989).
5. L. Carlos Guedes Pinto – "Notas sobre a política de crédito rural" (Campinas, mimeo, 1981).
6. Maria da Glória Gohn – *Os sem-terra, ONGs e cidadania* (São Paulo: Cortez: 1997).
7. FAO/INCRA – *Perfil da agricultura familiar no Brasil* (Brasília, 1996).
8. Idéias baseadas principalmente em obras de Max Weber, Gaston Bachelard e Boaventura de Souza Santos.
9. Domenico di Masi – "Em busca do ócio". In: *Veja. Reflexões para o futuro* (São Paulo: Ed. Abril, s/d).
10. Caderno CRH (Salvador, n. 28, p. 269-280, jan./jun. 1998).
11. Citamos a tradução de Ferreira Gullar do poema *La aurora*, de Federico García Lorca.

Sindicato, arte e civilização

CÍRIO SIMON

Professor de História das Artes Visuais do Departamento de Artes Visuais da UFRGS. Mestre em Métodos e Técnicas de Ensino. Doutorando em História

O presente texto está datado e foi escrito para os docentes de uma associação que sempre estiveram mais próximos da arte do que aqueles de outras associações congêneres: os docentes da APUFSC, capazes de provocar sonoras gargalhadas com o seu antológico *Manual do Capa Preta*¹. No início do atual movimento docente, eles já previam o que poderia acontecer na busca do "ISO-sindical" que se instalou no lugar do generoso movimento original. O objetivo deste artigo é o de colaborar para que o sindicato encontre a sintonia do movimento com a instituição universitária através da arte. Entende-se a instituição como base e estrutura de uma civilização.

Para a interrogação de se o sindicato defendeu a instituição, a resposta é mais do que positiva no seu conjunto. Ela é positiva de modo particular no sindicalismo que se organizou ao redor da instituição universitária posterior à abertura política brasileira. O sindicato docente entendeu o seu

papel civilizatório não quando criou uma cultura sindical vinda do Estado Novo, mas quando apostou tudo para que a universidade, como instituição, pudesse gozar de toda a liberdade e ter meios para cumprir os seus desígnios. E para isso era necessário que o docente pudesse gozar de todas as liberdades e competências inerentes a sua função. Nessa tarefa teve de enfrentar o autoritarismo e, especialmente, a cultura do poder endêmico no Brasil, incluindo o sindicalismo. Possuímos uma cultura, mas não gozamos ainda de uma civilização. Não gozamos de uma civilização porque as suas instituições são dominadas pela cultura endêmica do poder, poder esse em que os militares foram apenas um episódio. Agora infelizmente os próprios sindicatos criados contra o sindicalismo do Estado Novo vão sendo sombreados pela mesma cultura endêmica do antigo poder residual e tornam-se incapazes de fazer distinções.

Como evidência da emergência dessa antiga cultura residual, do antigo poder sindical, são as reações dos jovens docentes recém-ingressos na universidade. Encontram no sindicato algo esclerosado e deslocado, deparando-se com uma nomenclatura que não faz o menor sentido no seu mundo.

Para a nova geração, as gloriosas lutas passadas pela democratização da velha (outros querem do velho) ANDES não dizem mais nada. Assim o "tirano nasce de pai democrata" como avisava o velho Platão.

Passamos a ter uma cultura de um poder sindical seguindo os mesmos paradigmas de outros organismos do sistema público do mundo capitalista. Levantam-se grandes interrogações sobre o futuro do sindicalismo que lutou na abertura política, na medida em que se vai congelando num *habitus*, num ritualismo e numa busca de eficiência específica. O sindicato está entrando para uma institucionalização e um procedimento gerencial que fazem lembrar escritórios altamente qualificados do capitalismo com as suas competências específicas e a busca do ISO-sindical. Traduz-se e se reproduz em lutas de classes pelo poder, com ferozes antagonismos de quem ganhou tripudiando sobre aqueles que perderam. Precipita assim rapidamente um processo de esquecimento total do seu propósito diante da instituição na época da abertura política.

Para tentar afastar essa ameaça da sombra do poder que vai tomando conta, inclusive do nosso sindicato, desejo escrever sobre algo que é positivo: a arte. Ela, como sempre, pouco se

importa com as vítimas dos atropelos e das guerras pelo poder. É a sua maneira de agir. A arte cria um espaço de suspensão de juízo, uma *epokhé* ou uma escola que era o lugar do ócio para o grego em vez do horror natural. Nessa suspensão de juízo, nessa *epokhé* e lugar do ócio, a arte não se nega a representar e a refletir sobre o horror, sobre a luta pelo poder e sobre as suas vítimas. Estão ali o teatro grego, Shakespeare ou a *Guernica* de Picasso fazendo esse processo civilizatório institucionalizado.

Como sempre, a cultura foi, e continua sendo, a inimiga da arte. Especialmente uma cultura cujo último horizonte é a eficiência e o gerenciamento de qualidades que se esquece da natureza da criatura humana. Aristóteles (1973, p. 343)² já proclamava: "Toda a arte está em quem produz, e não naquilo que é produzido". Para Arendt (1983, p. 228)³, mesmo se insistirmos no que é produzido na arte, essa produção é diferente da utilidade, pois "a produtividade específica da obra reside menos na utilidade que na sua capacidade de produzir significado".

Uma das tarefas da arte, por sua vez, é a de também questionar a cultura das instituições, distinguindo nelas significado da sua utilidade. Esse questionamento e distinção transforma em inimigas da arte



aquelas instituições cujo horizonte é apenas a utilidade. Isso é nítido nas universidades brasileiras que possuem por princípio o gerenciamento, a utilidade e o mercantilismo do saber, mesmo naquelas que estetizam o seu produto com o artigo 207 da Constituição Brasileira, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Trocaram o ócio pelo neg-ócio.

O reitor (1994-1998) da UFMG, prof. dr. Thomás A. da Motta Santos, conseguiu verbalizar de uma forma muito experiente a função dos líderes que são portadores da visão de um significado da universidade diferente da utilidade. No meio de um forró junino, que a Escola de Belas Artes promoveu, declarou: "A liderança universitária não deve ser confundida com um simples e primário gerenciamento".

Está carregado de toda a sabedoria essa liderança que consegue romper com o gerenciamento utilitarista,

simplório e, algumas vezes, perverso que se filia ao que existe de mais desumano no capitalismo, que se aterra ao controle numérico da cultura humana, preservando apenas os ritos do passado e riscando qualquer valor humano de sua folha quadriculada de cálculo.

Em contraposição, resultado dessa visão civilizatória do reitor Thomás, abrigava-se ali num belo prédio a instituição da Escola de Belas Artes da UFMG. Todos sabem que ela é uma das referências de um projeto civilizatório para Minas Gerais e para o Brasil. E no meio disso, os seus agentes cultivando algo muito mais significativo para eles: um vivo e animado forró de São João. Aliás, a ANDES ressaltava o que de mais significativo haviam produzido os docentes da Escola de Belas Artes, da UFMG, durante o último ano.

Ali pertinho está a Pampulha de Juscelino, na qual ele provou a sua capacidade de acompanhar os

vãos da instalação de uma nova estética identificadora brasileira. Foi um passo importante para uma sintonia com a inteligência criadora nacional quando criou Brasília. Evidentemente, não podemos deixar de incluir ali o Mineirão, onde na época a alma de chuteiras das Alterosas levava para casa o título brasileiro do ano.

Só garantem esse espaço os personagens generosos que possuem essa visão e sintonia humana. Assim o Brasil teria ainda o Rio de Janeiro como capital se não tivéssemos tido um presidente visionário e sintonizado com os artistas para criar um novo imaginário brasileiro.

Essa visão é necessária e universal para todas a lideranças que desejam trocar a utilidade pelo sentido das instituições que dirigem.

Os papas foram acusados de perdulários declarados pela cultura utilitária e funcional da época, cultura essa que tentavam romper. Com a funcionalidade e utilidade que a Igreja Católica na

época praticava, corria sérios riscos de ser vendida no bric das instituições obsoletas medievais. Esses papas do Renascimento não tiveram dúvidas em convocar os melhores artistas da época, como Miguel Ângelo, Rafael e Caravaggio, para criar o imaginário e o sentido que lhes permitiu estabelecer uma identidade diferente da medieval. Foram líderes que souberam tratar o artista generosamente com a autonomia do nome e da fama; que, com as obras de arte, transformaram a instituição. Miguel Ângelo era categórico quando afirmava, numa entrevista, em 1540, para Holanda (1955, p. 64)⁴, que a arte italiana era superior à portuguesa porque os italianos sabiam colocar a mão no bolso para pagar os seus artistas, ao contrário dos portugueses, que admiravam a pintura mas não pagavam por ela.

No espaço da arte não funciona o mito da fala despolitizada que se imagina eterna. Se essa fala não busca um sentido humano, se não é capaz de declarar o sentido para o que veio, além de sua utilidade, ela apenas continua se imaginando eterna. No cortejo dessa fala despolitizada que se quer eterna, evidenciam-se as figuras da onipotência e da onisciência. Assim se concretiza a pedantocracia na universidade, contra a qual os positivistas já advertiam o regime republicano brasileiro. A moeda dessa "pedantocracia" não vale nada para além dos umbrais acadêmicos, além de um prato



O que a arte não quer nesse momento é uma cultura de um mirabe. Ou seja, um nicho vazio para o qual é necessário prostrar-se cinco vezes ao dia. Essa rotina é a cultura de muitas universidades brasileiras que nasceram para o puro utilitarismo. O útil ficou obsoleto: só restam as cinco prostrações ritualísticas diárias, que nada possuem de arte.

cheio para a caricatura. A resposta da arte a essa caricatura é uma sonora gargalhada. A arte vem declarar que o rei está nu.

Diante dessa força de verdade da qual a arte é portadora, pergunta-se qual a instituição que possui potência e é capaz de cultivá-la. Isso vale para qualquer instituição ou entidade que deseja demonstrar sintonia com o seu tempo, na medida em que consegue manter em seu seio uma atividade tão incontrollável. Mas também é seu teste de competência. Se a instituição consegue garantir a permanência da arte, na medida em que ela for capaz de implementar um projeto civilizatório que terá a permanência da arte, quem de fato irá permanecer para a história será a própria instituição.

O que a arte não quer nesse momento é uma cultura de um mirabe. Ou seja, um nicho vazio para o qual é necessário prostrar-se cinco vezes ao dia. Essa rotina é a cultura de muitas universidades brasileiras que nasceram para o puro utilitarismo. O útil ficou obsoleto: só restam as cinco prostrações ritualísticas diárias, que nada possuem de arte.

Evidentemente todos sabem para que existe uma universidade. As universidades confessionais se agarram a fins últimos e colocam no vértice dos seus valores o seu curso de Teologia. Já as leigas colocam nesse espaço a arte que produz o significado maior da sua origem — as obras as transcendem e lhes garantem um lugar no projeto continuado de uma civilização humana. As universidades que insistem na

utilidade negam o ócio e fazem do saber um negócio. Nada de novo em vender o saber, como já praticavam os sofistas na Grécia.

O exercício da crítica continuada e competente depura as instituições de seus rituais mortos; o saber crítico da arte foi e continuará sempre contra a cultura e o hábito. Se o homem não tivesse exercido essa capacidade crítica, ele não teria saído da floresta primordial da África.

A arte não está a serviço do sindicato: não existe arte pela arte nem arte para o povo. A arte não é valor de troca; ela dialoga com que tem o sentido através dos sentidos.

O sentido da arte, no espaço sindical e universitário, é essencial no seu papel de recusa de entrar no sistema. O artista pode ser apoiado, receber garantia de voz e de vez, mas, se é autêntico na sua atividade criadora, esse fato não vem modificar o seu papel crítico. Fora ou dentro do sistema, do sindicato ou da universidade ele continuará a questionar.

É o artista que produz o novo e a história. Leva o mérito, nessa produção do novo e da história, a instituição que lhe garante o exercício crítico à cultura já existente. A arte é o parâmetro de competência de uma instituição.

Evidentemente, para ter essa visão e especialmente poder conviver com o espírito crítico, necessita-se do mais alto grau de civilização. Assim, é melhor manter fora da iniciativa, para garantir espaço para a arte, qualquer liderança ingênua, mal-intencionada ou absolutamente

subjugada pelo espírito gerenciador.

A cultura do gerenciamento da arte deixa de sobreaviso qualquer artista no Brasil. O artista, do mais ingênuo ao mais erudito, é cioso de sua autonomia. Razão pela qual uma liderança, somente depois de uma evidente amostra de sua competência e de uma visão ampliadora e de dar provas da sintonia fina com o sentimento de autonomia com o campo artístico, consegue penetrar nesse espaço e lograr algum consenso coletivo na comunidade de criadores de arte.

Um novo sindicalismo autônomo e distinto do modelo pelego gerenciador capitalista de um Estado brasileiro (apesar de todos os protestos em contrário) sabe tomar iniciativas que conseguem instalar um processo

civilizatório onde a voz e vez é da inteligência criadora, que se pode assim considerar-se fora de qualquer heteronomia.

Quem se habilita para esse jogo perigoso? O sindicalismo possui a competência de garantir esse caminho para os sindicalizados? Uma classe erudita de docentes possui tal potência? Ou nem sabe, e nem quer saber, do que se está falando quando se introduz o tema da arte no sindicato como processo civilizatório?

Do outro lado duvidem de todos os quiserem vender ISO-arte. (Ou seja: ISSO é ARTE). Mas como o melhor negócio hoje é vender futuro... nunca se sabe... se alguém não seria capaz de institucionalizar, com fala despolitizada, preventivamente o futuro.

Notas do autor

1. Esse "livrinho" deveria ser proibido, ou melhor, queimado em praça pública. O seu crime é o de ter previsto tudo que se está realizando no mundo sindical na virada do milênio!
2. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 329 p.
3. ARENDT, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Londres: Calman-Levy, 1983.
4. HOLANDA, Francisco. *Diálogos de Roma: da pintura antiga*. Lisboa: Sá da Costa, 1955. 158 p.



LITERATURA

Seja feita a vossa vontade

NADIR FERRARI

Professora do
Departamento de Biologia
Celular, Embriologia e
Genética da UFSC

Comentários

Uma resenha no jornal Folha de S. Paulo chamou minha atenção para este livro, que é na realidade uma biografia de Nelson Rockefeller, porque um de meus interesses de pesquisa hoje é a história da genética humana no Brasil. Desde que comecei minha formação de geneticista, confrontei-me com relatos de que o desenvolvimento da genética humana em nosso país se devia em grande parte à Fundação Rockefeller e isto me intrigava. Pertencço à geração que, na juventude, conviveu com a ditadura militar, nutriu um forte sentimento antiamericano e anticlerical, sonhou com a solução das desigualdades sociais através do socialismo, e foi fruto de uma educação cristã dualista.

Um projeto de pesquisa é normalmente elaborado a partir de perguntas que se deseja responder e, neste caso, havia duas. Uma delas era: quais os fatores que influenciaram a trajetória dos homens que se tornaram os pioneiros da genética humana brasileira, que no período de 1960

a 1970 atingiu uma posição de liderança na América Latina? A outra era: por que, ou com que objetivos, a Fundação Rockefeller financiou os laboratórios brasileiros?

Em *Seja feita a vossa vontade* não encontrei informações sobre a relação do grupo Rockefeller com a Genética, mas um olhar profundo e educativo sobre a História. Os atores dessa história são apresentados em suas dimensões humanas, com suas complexidades e contradições. O ponto de vista dos autores nos surpreende em alguns retratos, revelando facetas novas de alguns personagens.

O que trago aqui não é propriamente uma análise, mas apropriações a respeito desse criterioso trabalho de jornalismo investigativo, fruto de dezoito anos de entrevistas e de pesquisas.

John Rockefeller, avô de Nelson, é um personagem mítico, próprio da cultura norte-americana: um guarda-livros que fundou a maior fortuna do mundo. O pai de Nelson, John Rockefeller Junior, herdou a liderança da dinastia, que se dividia em duas vertentes: negócios e filantropia. A rígida religião protestante, assim como a fé no capitalismo e posteriormente também na ciência, como baluartes a serem levados a todos os lugares do mundo pelos americanos, impulsionou os membros dessa dinastia e seus aliados. A descrição que os autores

fazem do contexto em que Nelson cresceu é muito reveladora de suas atitudes futuras. Contando uma viagem de férias de Junior com os três filhos, John, Nelson e Laurance, escrevem: "Enquanto a caravana Rockefeller se afastava velozmente de Taos, Nelson só compreendeu vagamente a capacidade dos mais velhos de lucrar com o desespero alheio". Parece que ele desde cedo recusou-se a entrar no mundo dos negócios, preferindo a política. Foi um garoto fascinado pela cultura indígena, com a qual conviveu durante a infância, e se tornaria um grande colecionador de "arte primitiva". O encontro do jovem Nelson com Ghandi é considerado um marco em sua vida. As humilhações por parte dos britânicos consolidaram sua antipatia pelo colonialismo, alimentando nele a convicção de que os americanos, com suas origens anticoloniais como nação e sua riqueza e poder militar incomuns, tinham algo singular a oferecer ao Terceiro Mundo. Em outra página não muito distante, é mencionado o trecho de um discurso de John Rockefeller Junior em uma reunião da Associação Cristã de Moços na Universidade de Brown, em que ele compara a eliminação de pequenas empresas competidoras com a poda que tornou possível a grande rosa vermelha americana batizada de *American Beauty*.

A primeira geração, a dos velhos irmãos Rockefeller, ficou conhecida por sua crueldade competitiva. No século XIX, durante a conquista do Oeste, "a América branca atravessava num galope implacável o que Helen Hunt Jackson chamou de século da desonra". Em 1924, as torres de perfuração de petróleo cobriam as terras de reserva indígena em Oklahoma e a reserva navajo do Novo México. Os missionários foram aliados poderosos na coleta de informações sobre rebeliões no Oeste e ajudaram a desencorajá-las. Nelson cresceu ao lado do avô já velho, que não parecia uma figura poderosa. Embora o admirasse profundamente, foram os passos do avô materno, impetuoso político, figura poderosa do Senado americano, que resolveu seguir. Depois da catástrofe no sul do Colorado, Junior tentara construir uma nova imagem pública dos Rockefeller. Na mina de Ludlow, uma rebelião de trabalhadores da companhia de petróleo Standard Oil havia sido violentamente reprimida, resultando na morte de quarenta mineiros em greve e um número infindável de feridos. Este fato forçou os primeiros passos vacilantes dos Rockefeller rumo ao liberalismo corporativo. O velho John Rockefeller, antes pintado como um vilão bigodudo, de capa preta e cartola, amarrando inquietas as rédeas diante de

trens, era agora fotografado como uma velha alma gentil e sorridente que distribuía moedas para transeuntes e milhões para educadores, médicos e cientistas. Paralelamente, os Rockefeller passaram a se distanciar dos missionários fundamentalistas, alheios às contradições de uma Bíblia intocada pela Ciência, e passaram a desviar seus recursos para instituições científicas. Os assessores e aliados, em sua maioria de religião batista, mas modernista, professavam uma fé baseada na ciência e na tolerância liberal em relação às demais culturas do mundo.

Uma quantidade enorme de informações consistentes se espalham em inúmeras páginas do livro, que a gente vai lendo em um só fôlego, sobre a complexidade das relações entre a política interna e externa dos Estados Unidos e as atividades empresariais e filantrópicas dos Rockefeller, e o que nos interessa sobretudo são suas ações na América Latina. Idéias que hoje nos fazem estremecer e que eram hegemônicas na época, como a do mito da superioridade nórdica, defendido pelo movimento eugênico, moldaram as esperanças políticas na América Latina. Depois da Primeira Guerra Mundial, as medidas dos Rockefeller parecem preferíveis à política do *Big Stick*, de Roosevelt. Os métodos de intervenção dos EUA mudam da diplomacia das canhoneiras para a diplomacia do dólar.

O missionário William Cameron Townsend, conhecido como Cam, é descrito como um dissidente e como o maior paradoxo

fundamentalista. Ele percebeu a riqueza lingüística dos índios e tentou preservar a cultura indígena ao publicar traduções do Novo Testamento em suas línguas. Defendia a autonomia dos índios, no sentido de que eles deveriam (podiam) ter suas próprias lideranças. Ao mesmo tempo, aliou-se a vários ditadores e serviu inadvertidamente aos interesses de Nelson Rockefeller. Fundou uma cooperativa de café na Guatemala e participou da campanha contra a febre amarela promovida pela Fundação Rockefeller. Na Nicarágua, implantou um projeto aéreo que possibilitou à missão levar a palavra de Deus aos índios, mas também a invasão americana contra as forças sandinistas. Este projeto foi depois ampliado, sempre atendendo a ambos os interesses, para a Amazônia e para o México, com a criação do SIL (Instituto Summer de Lingüística).

Sob a influência da mãe, amante das artes e fundadora do MOMA (Museum of Modern Art), e para escapar da rigidez e das limitações do escritório, Nelson se elege para o conselho do museu e conhece o já famoso Diego Rivera, artista mexicano indicado para pintar um mural para o Centro Rockefeller, uma série de edifícios construídos em plena Grande Depressão. A origem indígena de Rivera, suas idéias a respeito dos direitos dos trabalhadores e a influência da arte pré-colombiana em seu trabalho ficam evidentes demais no mural. Considerado comunista pela imprensa novaiorquina, ele causou muito mal-estar e acabou sendo destruído, na calada da noite, um

ano depois de concluído. Cameron Townsend se encarregaria mais tarde de melhorar a imagem dos Estados Unidos no México e confrontaria a revolução indígena liderada por Zapata.

Em 1937, quando o Japão invadiu a China, o prenúncio de outra guerra mundial chegou aos EUA quando a crise atingia seu mais alto nível de desemprego e era apelidada de "Depressão de Roosevelt". Como a formação calvinista do presidente o impedia de dar qualquer passo na direção socialista, proposta por alguns assessores, e como a economia americana não poderia voltar a ser como no século XIX, com pequenos investidores, os mercados externos tinham que ser expandidos. O Comitê sobre Cooperação com a América Latina se voltou desesperadamente para intercâmbios culturais, como forma de angariar apoio público para tratados de paz.

Ao inspecionar suas propriedades petrolíferas na América Latina, Nelson, ao contrário dos agentes americanos, percebeu que, mais do que a influência marxista, o que realmente ocupava as mentes dos trabalhadores era a melhoria das condições de vida. Ele desagradou seu pessoal ao pedir que lessem um livro que denunciava os abusos da Standard Oil (Creole) na Venezuela. Só quando um derrame de óleo provocou o incêndio do lago Maracaibo, a morte de centenas de famílias e um escândalo mundial é que os gerentes da companhia aceitaram as reformas propostas por Nelson. As cercas de arame farpado

caíram. Clínicas de saúde pública foram erguidas e professores foram enviados de Nova Iorque para ensinar espanhol aos executivos da Creole.

Depois disso, Nelson tenta organizar uma exposição sobre os 20 séculos de arte mexicana no MOMA e criar assim o ambiente propício para negociar também a crise do petróleo mexicano, provocada pelas nacionalizações. Porém, a determinação mexicana em controlar suas riquezas naturais e a preocupação do presidente Cárdenas com as populações indígenas impediram negociações em termos que deixassem as empresas americanas com controle majoritário. Além disso, a tentativa de construir uma ponte cultural com o governo Cárdenas, através da exposição mexicana, foi repelida pelo governo americano. Com o embargo americano, Cárdenas começou a vender petróleo para a Alemanha, atitude que foi apoiada por Cam em um panfleto intitulado "A verdade sobre o petróleo mexicano". Nelson foi derrotado, mas não diminuiu o passo. O fato de ter nascido mais rico do que a maioria dos príncipes da terra, de ser apoiado pela família e pelas empresas Rockefeller, dava a ele um poder que seus rivais em Washington não tinham e isto garantiria sua longevidade na administração democrata. Da mesma forma que Cameron Townsend, ele continuou a defender a necessidade de se preservar a amizade da América Latina como um contrapeso à influência do Eixo.

Política e prosperidade

Em 1940, a preocupação dos EUA em assegurar a prosperidade da América Latina era ligada à defesa de sua posição internacional após o desfecho da guerra, fosse ele com a vitória dos alemães ou dos aliados (lembramos que as projeções eram no sentido de uma vitória nazista). A única empresa aérea da Bolívia era alemã, o que dava a Hitler controle sobre estações de reabastecimento e aeródromos num ponto estratégico de intersecção das rotas da América do Sul. Além disso, os índios eram suspeitos de serem susceptíveis tanto aos fascistas quanto aos comunistas. Os índios das Américas haviam sido declarados arianos honorários pelos nazistas, como parte de uma campanha de propaganda de Hitler entre os trabalhadores dos Andes e da América Central.

Nelson defendia que a segurança e a posição política e econômica dos EUA no hemisfério dependiam da tomada de medidas imediatas para assegurar a prosperidade na América Central e na América do Sul, estabelecendo cooperação econômica e

dependência. Ele tinha em mente um papel de liderança da Fundação Rockefeller nos programas de intercâmbios culturais, científicos e educacionais e previa que as grandes empresas americanas correriam para a América Latina.

No Brasil, Vargas havia subido ao poder em 1930, com uma aura de intenso nacionalismo. Após 1934, a Alemanha havia feito do Brasil seu principal parceiro comercial na América do Sul, substituindo os Estados Unidos. A Itália também passara a ser fonte de comércio exterior. Em 1934, o filho de Mussolini partira da Itália em um vôo transatlântico e, ao descer no Rio, doara seu avião ao Estado Novo. O romance de Vargas com as forças do Eixo só azedaria em 1938, com uma tentativa de golpe por parte do Partido Integralista. Depois disso, Vargas decidiria reviver a produção de borracha na selva amazônica e, para isso, os dólares americanos logo se mostrariam uma fonte de relações aquecidas. Nelson passou a interessar-se pelo desenvolvimento da Amazônia e propôs ao governo brasileiro um levantamento dos recursos e

problemas da bacia amazônica, a ser efetuado através de patrocínio conjunto, mas sob controle norte-americano. O pacto da borracha então firmado previa uma ajuda dos EUA para o desenvolvimento da indústria e a interrupção, pelo Brasil, de venda de borracha para as forças do Eixo. O Brasil forneceria ferro e outros minerais estratégicos em troca de vinte milhões de dólares para a construção do projeto siderúrgico de Volta Redonda.

Depois do ataque japonês a Pearl Harbor, entretanto, Washington começou a ver o desenvolvimento econômico como um luxo e que havia outras prioridades, advindas da guerra. No Brasil, crescia a preocupação com o controle americano sobre os territórios amazônicos e com o fato de Nelson ter autorizado operações de espionagem na região. O povo brasileiro ainda se ressentia com o contrabando britânico de sementes de borracha, na virada do século, para as colônias britânicas do Extremo Oriente.

Nelson via a borracha como uma cunha para penetrar na Amazônia. Ele enviou para a região o vice-presidente da Johnson & Johnson, que conhecia a Amazônia, fonte da maioria das plantas usadas no preparo de remédios, para chefiar as equipes de economistas e de especialistas em agricultura, colonização tropical, doenças tropicais, transporte, nutrição e trabalho. Os representantes brasileiros nas negociações, entretanto, descartaram a idéia de perder controle sobre o desenvolvimento de seu país. Nelson firmou posição

e tinha o trunfo de cem milhões de dólares em créditos americanos oferecidos ao Brasil, mas isso não convenceu os patriotas brasileiros do governo Vargas.

Como líder político, Nelson era acusado de ter seus programas econômicos muito orientados para os negócios americanos, de encarar os problemas sempre do ponto de vista empresarial. Embora a CIAA (Coordenação de Assuntos Interamericanos), sob sua coordenação, fosse uma burocracia glamourosa, com exposições de arte, professores universitários, dançarinos, cantores e escritores excursionando por quase todos os países do hemisfério, essas atividades eram mantidas porque havia interesses empresariais.

Borracha, doença e guerra

Ao participar dos programas de alimentos e saúde nas selvas do Peru, e viajar pela Amazônia distribuindo remédios para seringueiros doentes, entre 1943 e 1944, Nelson pensava no aumento de produtividade desses trabalhadores e também em sua imagem perante Roosevelt, num período de mudanças de ministério. Campos de pouso e estações de rádio foram instalados em pontos-chave da bacia amazônica para unificar as áreas de produção de

Ao inspecionar suas propriedades petrolíferas na América Latina, Nelson, ao contrário dos agentes americanos, percebeu que, mais do que a influência marxista, o que realmente ocupava as mentes dos trabalhadores era a melhoria das condições de vida.



borracha do Brasil, Peru, Bolívia e Colômbia. Manaus foi escolhida como centro deste sistema integrado de comunicações e transporte, mantendo comunicação regular com Washington via Nova Orleans. As seringueiras e outros recursos naturais foram entregues à máquina industrial americana. Os índios da selva amazônica recebiam os micróbios do homem branco e os andinos recebiam a sílicose e outras doenças dos pulmões.

Em 1942, dois grande eventos tiveram impacto sobre as relações de Nelson com a América Latina: um deles foi o Primeiro Congresso de Língua Quichua dos índios andinos, onde os delegados confrontaram todo o mundo industrial branco com exigências democráticas básicas; o outro foi o massacre de Catavi, onde a morte de centenas de mineiros bolivianos e suas famílias em greve contra a situação de sobrecarga de trabalho e expectativa de vida de 40 anos produziu manchetes em todo o mundo — o diretor da Companhia Patiño era um dos principais assessores de Rockefeller.

No Brasil, no mesmo ano, ocorreu a decisão brasileira de declarar guerra, mas a lua-de-mel de Washington com Vargas só duraria um ano, pois as preocupações do governo americano, de ganhar a guerra, se deslocariam para os esforços no sentido de defender seus interesses no período pós-guerra. Nelson acreditava, como sempre, que o abandono da política de boa vizinhança prenunciaria um desastre para os interesses empresariais na América Latina,

incluindo os da Standard Oil.

O relato das negociações em torno da Grande Aliança, que se estendia pelo Atlântico envolvendo a cooperação anglo-americana com a União Soviética, é muito educativo, pois deixa antever, aliás como em muitas outras passagens no livro, que as questões políticas e ideológicas são as mais aparentes, mas o cerne da questão é sempre econômico, com a prioridade nos "negócios". A relação entre empresariado e governo, defendida por Roosevelt, estreitou-se ainda mais com o advento da guerra. Vários executivos que trabalharam com Nelson acabaram renunciando, decepcionados ao perceber que os projetos de saneamento e alimentação, os programas de educação, informação e ciência tinham de ser orientados para a máxima extração de recursos da América Latina.

Ao final da II Guerra, Nelson, com apenas 36 anos, foi escolhido como secretário de Estado assistente para a América Latina. Suas atitudes independentes, impulsivas, agressivas, durante o início da Guerra Fria, resultaram em alguns embaraços diplomáticos para Roosevelt. Após a guerra, o presidente se preocupava em manter a confiança entre as grandes potências na construção de uma Organização das Nações Unidas. Nelson não acreditava nessa cooperação, pois avaliava que as mãos russas iriam substituir as alemãs por trás de cada revolta de mineiros ou resistência a estradas para escoamento de borracha cortando florestas. Ele levou esta visão para a conferência interamericana da Cidade do

México, usando o poder de seu dinheiro para convencer seus amigos latino-americanos a aceitar uma política de portas abertas para os produtos americanos e rejeitar as resoluções de tarifas de proteção. Confrontando a posição firmada pela delegação americana na conferência da Organização das Nações Unidas, Nelson defendeu a presença da Argentina de Perón na conferência inaugural das Nações Unidas e um pacto militar que considerasse um ataque a qualquer país americano como um ataque contra todos, o que violaria acordos anteriores de encaminhar todos os conflitos internacionais para a ONU e desagradaria à União Soviética. Sua presença na conferência, em São Francisco, foi marcada pelos esforços em cabalar votos dos latino-americanos oferecendo prazeres fora do trabalho, como banquetes e um show com Carmen Miranda. Ele conseguiu introduzir a Argentina na ONU, mas

esta sessão inicial não foi um bom prenúncio para a futura eficácia prática das Nações Unidas como um órgão de manutenção da paz. Se a organização não podia controlar o comportamento de um único homem, como poderia controlar nações inteiras?

O Brasil tinha sido um forte aliado no esforço de guerra, não apresentava os riscos políticos atribuídos à Argentina de Perón, tinha um enorme potencial industrial com recursos inexplorados nos estados da Amazônia e oferecia uma base financeira sólida em São Paulo e Minas Gerais. Por estas razões,

tornou-se o foco do programa de desenvolvimento de Nelson para o hemisfério. O nome Rockefeller simbolizava riqueza e progresso econômico no Brasil. O MOMA, de Nelson, proporcionara repercussão mundial para os artistas brasileiros. Os brasileiros tinham lutado com os exércitos aliados na Itália. Seus navios foram afundados por submarinos alemães, geralmente direcionados por rádios alemães clandestinas funcionando na Argentina. A Pan American Airways substituíra linhas alemãs e dominara suas rotas aéreas. Os projetos de "desenvolvimento industrial" haviam ajudado a canalizar grandes somas do governo dos EUA para subsidiárias de empresas americanas. Os brasileiros supriram a máquina de guerra americana com um grande percentual de quartzo, manganês e ferro, café e borracha. Milhares de agricultores, doutrinados por filmes do CIAA, foram transportados para a Amazônia, onde colheram borracha para fábricas dos EUA. Entretanto, a confiança dos brasileiros nos americanos despencou quando os planos americanos para o desenvolvimento do Brasil foram gradualmente abandonados no fim da guerra. Em 1944, uma onda de indignação varreu o país e espalhou-se por toda a América Latina, quando terminou a lua-de-mel de Washington com o governo Vargas.

Para Nelson, havia dois grandes trunfos no Brasil, em 1945. A Standard Oil controlava a distribuição de petróleo no país e ele contava com a estreita amizade do embaixador brasileiro Adolf



Berle, cuja diplomacia talentosa desempenhara um papel central no desfecho da conferência interamericana.

Para Nelson, o capitalismo era a mais revolucionária força social da história e seu avô tinha sido um dos grandes pioneiros. Os Estados Unidos eram a única grande potência com parque industrial intacto, o único capaz de, como líder do capitalismo mundial, enfrentar o comunismo.

O Brasil de Vargas precisava de petróleo e Berle sabia que a alternativa para os brasileiros obterem petróleo rápido era abrir o país à exploração por empresas privadas. O dilema para Vargas era que, se a nação perdesse o controle sobre seu petróleo, também perderia o controle sobre seu destino. Vargas se opunha ao controle estrangeiro sobre os recursos da Amazônia, mas teve que fazer concessões. O próprio general Eurico Gaspar Dutra, que havia escolhido como seu sucessor, conseguira poder e prestígio nas forças armadas graças a empréstimos e ajuda militar de Rockefeller. O major Juracy Magalhães, que havia sido interventor na Bahia, apesar do proclamado patriotismo, era informante do FBI em um estado do Brasil onde se encontrara petróleo em quantidades comerciais.

Apesar das advertências feitas pelo presidente Truman a Berle

para que não interferisse nos assuntos internos do Brasil, o embaixador participou ativamente da oposição a Vargas durante a campanha de eleições presidenciais, que culminou na mobilização do exército, paralisação de seu governo e em seu exílio na fazenda do Rio Grande do Sul, ao final do ano de 1945. Ele logo voltaria ao Rio de Janeiro, como senador eleito por seu estado natal, à frente de um PTB que, com o Partido Comunista, formaria um bloco de oposição contra a política de portas abertas às corporações americanas.

O apoio de Nelson ao governo Dutra concentrou-se no estado de Minas Gerais, rico em petróleo e em depósitos de minerais importantes, e com uma alta taxa de imigração de agricultores para as favelas do Rio de Janeiro. Ele tratou do problema de fazer funcionar a produção rural nas pequenas propriedades de Minas através da IBEC (Corporação Internacional de Economia), que implantou empresas de suinocultura, de ração para aves, de sementes híbridas, de fumigação de pesticidas e herbicidas e de tratores americanos. Repetiu-se na América do Sul o que a Comissão Sanitária Rockefeller e a Junta Geral de Educação tinham feito no Sul e Meio-Oeste americanos: promoção de fertilização, rotação de colheitas, irrigação, saneamento e agricultura mecanizada.

A autopromoção das empreitadas de Nelson no Brasil e na Venezuela não foi suficiente para esconder seus fracassos e reaproximá-lo de Washington. O

presidente, os congressistas, a imprensa e, portanto, o povo americano não queriam ouvir falar sobre ajuda para a América Latina. Curiosamente, foi uma tentativa de assassinato de Truman, por nacionalistas porto-riquenhos, que aproximou os dois homens e trouxe Nelson de volta à Casa Branca, como presidente da Junta de Assessoria do Desenvolvimento Internacional. Sua política incluiria ajuda financeira maciça ao Terceiro Mundo e centralização de todos os programas de ajuda estrangeira, incluindo o Plano Marshall, pois a questão era oferecer desenvolvimento econômico para neutralizar a subversão. Ele não ficaria muito tempo no poder e só retornaria com a eleição de Eisenhower, que sucedeu a Truman na presidência.

Em outubro de 1952, surgiu o projeto da transamazônica e Adolf Berle arquitetou a queda de Jacobo Arbenz, presidente eleito da Guatemala, que tinha embarcado num programa de redistribuição de terra que incluía a expropriação de terras improdutivas, a maior delas sendo de uma empresa com laços firmes com o comando de Eisenhower e cujo sucesso era vital para uma série de amigos de Rockefeller no meio empresarial e no governo.

Durante a invasão que derrubou Arbenz, ironicamente, um jovem médico estrangeiro simpatizante de Arbenz, chamado Ernest Lynch Guevara, foi poupado por um agente da CIA, talvez porque se inscrevera para trabalhar na United Fruit ou porque vinha de uma família respeitada na Argentina e com parentes nos EUA. Ele voltaria

para confrontar a CIA em Cuba como Che Guevara.

No Brasil, Getúlio Vargas havia sido eleito em 1950 e era novamente presidente do Brasil, cinco anos depois do golpe que o removera do poder. Sua campanha tinha o tema "o petróleo é nosso" e em 1952 era criada a Petrobrás, com todos os direitos de exploração, utilização e novo refino. As empresas americanas, lideradas pela Standard Oil, reagiram e tinham gerais e almirantes brasileiros, como Juarez Távora, do seu lado. O empresariado brasileiro também se descontentou com as pressões de Vargas sobre o governo do Mato Grosso para a anulação de títulos privados sobre 8,4 milhões de hectares de terras indígenas, vendidos ilegalmente. Carlos Lacerda, líder da UDN e aliado de Adolf Berle na derrubada de Vargas em 1945, liderou uma campanha de *impeachment*. Ao mesmo tempo, os empréstimos americanos foram suspensos até que Vargas se rendesse na questão do petróleo. A renda das exportações de café diminuíram, a situação financeira se deteriorou, os preços subiram e Lacerda conseguiu forçar o ministro do Trabalho, João Goulart, a renunciar. As pressões para que Vargas renunciasse culminaram com seu suicídio e com a divulgação na imprensa mundial de sua última carta ao povo brasileiro.

A morte de Vargas representou o fim de uma era e uma queda abrupta do prestígio de Washington no Brasil. Não houve meio de pintar Vargas como simpatizante comunista, como fora feito com Arbenz, e ficou claro que o

problema fundamental que Washington enfrentava na América Latina era a luta pela independência econômica e soberania nacional.

A visão que o governo brasileiro tinha das relações americano-brasileiras seria bem mais favorável em 1956, com Juscelino Kubitschek no poder. Como governador de Minas Gerais, ele já tinha recebido, em 1948, um bem-sucedido programa de crédito supervisionado da AIA (Associação Internacional para o Desenvolvimento Social e Econômico). Agora buscava empréstimos e investimentos, inclusive para seu "sonho brilhante" de conquista da Amazônia. Nelson adquire, do amigo banqueiro Moreira Salles, parte da fazenda Bodoquena, considerada a maior extensão única de propriedade privada no oeste do Mato Grosso, para criar um dos maiores rebanhos do mundo. Estas terras continham significativos depósitos de cobre, que Rockefeller iria explorar através de concessões, e

constituíam também um portão brasileiro para o petróleo boliviano, através da ferrovia que ia de Santa Cruz a São Paulo.

Em 1958, Nelson foi eleito governador de Nova Iorque. No Brasil, enormes programas de gastos e empréstimos de Kubitschek, sem um crescimento concomitante na receita de exportações, pioraram a inflação que a remoção militar de seu predecessor, Vargas, deveria supostamente controlar, mas Kubitschek era visto como um trunfo, para os Estados Unidos e para os Rockefeller. Em Cuba, Fulgêncio Batista era deposto por Fidel Castro. Em Manaus era criada a Zona de Livre Comércio.

Em 1957, enquanto Rockefeller tomava posse da fazenda Bodoquena, outra organização americana chegou para trabalhar com os índios, o SIL (Instituto Summer de Linguística), que levaria a Bíblia traduzida em língua terena aos índios. O antropólogo Darcy Ribeiro viu em William Cameron Townsend uma

alternativa à corrupção crescente do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e à militarização pelo Exército brasileiro. Ribeiro acreditava que o tempo estava se esgotando para os índios brasileiros — mais de setenta tribos tinham perecido desde 1900 e em 1959 foi assinado um contrato entre o SIL e o Museu Nacional da Universidade do Brasil.

Em 1960, durante a campanha presidencial para sucessão de Eisenhower, Kennedy recebeu o apoio dos assessores mais próximos de Nelson, inclusive Kissinger, e venceu Nixon na disputa. Mas ele teria em Nelson um sério oponente, interessado na eleição presidencial de 1964. No Brasil, o presidente Jânio Quadros não compartilhava do entusiasmo de seu antecessor pelos investimentos americanos, mas queria financiamento dos Estados Unidos, sem o ônus político de ter que se alinhar com a política externa americana em relação a Cuba. Na Colômbia, a manutenção da muralha tarifária americana, para proteger a indústria têxtil da Carolina do Norte, deixou o centro têxtil de Medellín sem alternativa e alguns empreendedores encerrados da cidade passaram a investir num novo produto de exportação mais lucrativo, a cocaína. Os irmãos Rockefeller não haviam previsto este novo cultivo comercial, nem a violência trágica que isto traria para Medellín, para a Colômbia e também para os Estados Unidos.

Kennedy preferia governos eleitos no Terceiro Mundo que oferecessem alguma esperança de reforma agrária e progresso

econômico para além da estagnação da ditadura das velhas aristocracias. Governos eleitos não apenas eram mais palatáveis ao seu gosto, mas também ofereciam um benefício que qualquer especialista em guerra psicológica ambicionava: legitimidade. Ele enfrentaria o mesmo problema que os empresários americanos enfrentavam havia um século: o nacionalismo latino-americano, político e econômico, tinha sua própria agenda para o desenvolvimento.

Se Kennedy estava preocupado com o uso da ajuda militar americana para sustentar ditaduras militares na América Latina, estava ainda mais apreensivo com insurreições comunistas. Seus desejos de ver pelo menos os rudimentos da democracia caírem sob as rodas do poderoso monstro industrial militar dos EUA. Nos anos que se sucederam, aconteceriam vários golpes militares no hemisfério, entre eles o que derrubou Goulart no Brasil, e tentativas de assassinato de líderes políticos, algumas frustradas, como as contra Fidel Castro, e algumas bem-sucedidas, como a que deu cabo da vida de Kennedy. O livro deixa claro o envolvimento da CIA e dos Rockefeller nesses acontecimentos.

Em 1964, John III, o irmão mais velho de Nelson, diretor do Conselho de Desenvolvimento Agrícola e do Conselho de População, seguiu o caminho do pai, que tinha sido influenciado por teóricos da eugenia que, apesar do desprezo pelo racismo, adotavam os argumentos malthusianos sobre a pobreza causada pelo

O relato das negociações em torno da Grande Aliança, que se estendia pelo Atlântico envolvendo a cooperação anglo-americana com a União Soviética, é muito educativo, pois deixa antever, aliás como em muitas outras passagens no livro, que as questões políticas e ideológicas são as mais aparentes, mas o cerne da questão é sempre econômico, com a prioridade nos "negócios".

crescimento da população como um foco curioso nas populações pobres, especialmente no Terceiro Mundo. Os Rockefeller se preocupavam com os perigos criados pela inquietação social, que estava levando maiorias em todo o mundo a apelar a comunistas locais ou a líderes nacionalistas. Em 1965, cerca de 35% das mulheres de Porto Rico em idade de procriar tinham sido esterilizadas. A assistência médica inadequada era o argumento básico para a esterilização, como meio de promover uma saúde melhor e evitar uma queda ainda maior dos rendimentos. John III pediu a formação de uma comissão presidencial para investigar as implicações dos números populacionais para ajudar aos países do Terceiro Mundo. Ele esperava que o dispositivo intra-uterino pudesse ser o começo da "solução definitiva do problema da população". Ele também pretendia aumentar a produtividade dos agricultores, através de técnicas modernas, sementes e inseticidas e, para convencê-los a isso, promover estudos de comportamento e uma abordagem interdisciplinar, que considerasse o homem econômico com seu lado psicológico, social e cultural.

Relato da exploração

O livro apresenta passagens objetivas, que mostram o contexto político, econômico e histórico dos acontecimentos, e também relatos emocionantes sobre o estado de miséria, de exploração e de abandono das populações indígenas e camponesas da

Amazônia, e sobre as atrocidades que vêm sofrendo há muito tempo — havia mais ou menos dois milhões de índios no Brasil quando Colombo chegou às Américas e, em 1900, noventa por cento deles haviam "desaparecido", atraídos por missionários portugueses ou arrastados do interior para limpar florestas ou trabalhar nas plantações costeiras de açúcar e algodão, morrendo de doenças, maus-tratos, escravidão e desespero. Foram sendo substituídos por escravos negros e a escravidão continuou até hoje, apesar da abolição. Paradoxalmente, homens como John Collier, com grande talento de organizador motivado pela implantação de uma democracia social européia na América através do índio, e muitos cientistas sociais dispostos a promover o indigenismo com entusiasmo ideológico eram oriundos de universidades endossadas pelos Rockefeller.

Onipresença

Chega-se ao final do livro com a sensação de que a influência Rockefeller é onipresente na história mundial do século XX. Isto soa exagerado, mas as evidências documentais levam realmente a essas conclusões. Sabemos que o mundo é movido a dinheiro, mas conhecer os detalhes de como esse princípio guia os acontecimentos é chocante. Defensores e opositores desse sistema estão todos dentro dele. O perfil traçado do personagem principal da história, Nelson Rockefeller, nos mostra um homem que defendeu, incansável e

emocionalmente, durante toda a sua vida, idéias nas quais acreditava. A Fundação Rockefeller financiou empreendimentos de pessoas e instituições que defenderam uma idéia de mundo diferente, em que não vale mais quem tem mais. Em alguns casos, os interesses empresariais eram beneficiados, outras vezes não.

Os exemplos de dissonância entre decisões de alta cúpula, e de assessores, embaixadores, etc., mostram o contínuo jogo de braço em que, às vezes, um passo acontece, no rumo de um mundo mais igualitário, e, às vezes, um retrocesso. Um desses exemplos é o momento em que Rockefeller discorda de Truman sobre a entrada da Argentina na ONU. Outro é quando Truman discorda da interferência dos EUA nos assuntos internos do Brasil, na época em que Adolf Berle, embaixador no Brasil e amigo de Rockefeller, queria impedir a candidatura de Vargas. As conversas de Eisenhower, que acreditava que necessidades econômicas e sociais reais impulsionavam as revoluções do Terceiro Mundo, com Nikita Kruchev não levaram a colaborações efetivas entre EUA e URSS por interferência de seus assessores. Kennedy tentou confrontar a CIA no episódio da Baía dos Porcos e não conseguiu,

entre outras coisas pela pressão dos interesses da Máfia em Cuba. Ele tampouco conseguiu vencer Nelson, que era contra o acordo de banimento de testes com os soviéticos e contra a retirada do Vietnã, ou manter a autoridade constitucional sobre a CIA e evitar o assassinato do presidente Diem do Vietnã, ou o apoio aos militares na América Latina.

Neste momento, em que alguns insistem em defender apenas a história oficial do Brasil e comemorar seus últimos quinhentos anos, e outros tentam mostrar a importância de uma reflexão mais crítica, recomendo a leitura de *Seja feita a vossa vontade*. Especificamente na Universidade, neste momento em que seus objetivos passam a ser cada vez mais empresariais, é importante saber o que aconteceu ao longo da história em função de ideais liberais.

"...a voz dos povos nativos e seu respeito pelo valor sagrado da terra como uma entidade viva oferecem valores alternativos para o desperdício imoderado e a destruição. A invasão européia das Américas, iniciada por Colombo e prosseguida por Rockefeller e Townsend, deixou pouca coisa sustentável como modo de produção sempre que ficou sem controle."

Seja feita a vossa vontade

Livro escrito por Gerald Colby e Charlotte Dennett. Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 1999, 1.059 p.

Em busca de um perfil

**EDNA GARCIA
MACIEL FIOD**

Diretora de Política
Sindical da APUFSC

A apresentação dos resultados desta pesquisa não poderia ser feita sem determinadas considerações que orientaram tal iniciativa.

Preocupada com mudanças sociais que afetam trabalhadores do setor público, sobretudo os das universidades, esta Diretoria realizou num primeiro momento um Seminário, em 1999, destinado a discutir o sindicalismo atual. As formulações teóricas desse evento estimularam-na ainda mais a aprofundar reflexões sobre desafios na condução política deste sindicato. Era necessário não só compreender certas condições objetivas mas, também, condições subjetivas, nas quais se move o sindicato, porquanto realidades inseparáveis.

A curta, porém expressiva, história sindical de boa parte dos sindicatos de servidores públicos precisa ser devidamente considerada para o entendimento da crise que atinge tais entidades. Caso contrário, corre-se o perigo de cair na armadilha das análises reducionistas.

As grandes questões que desafiam o movimento docente não passam ao largo do movimento sindical de modo geral. Por isso mesmo, não é demais lembrar aqui algumas constatações.

Até praticamente a década de 80, não existiam sindicatos no setor público brasileiro. O movimento sindical na área dos trabalhadores do serviço público é, portanto, algo novo. Diferentemente dos outros, ele emerge vigoroso, mais livre, com base na adesão e com grande capacidade de luta.

Os sindicatos do setor público foram organizados por indivíduos que trouxeram experiências de movimentos de contestação ao Estado ditatorial, por professores da rede pública estadual e superior. A

ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), com sua organização peculiar, sobressaiu em meio à expansão do sindicalismo nesse setor.

A fase áurea do movimento sindical que abrange a década de 78 a 89 evidenciou que os trabalhadores públicos foram responsáveis pela grande maioria de jornadas não trabalhadas. Desde esse tempo vão ficando claras dificuldades de negociação com o Estado. Os resultados econômicos praticamente inexistentes não arrefeceram a luta política. O movimento sindical compreendeu que as grandes questões não poderiam ser resolvidas através de lutas setorializadas. Assim, um novo sindicalismo precisava ser criado. Sua expressão mais significativa surge na forma da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que passou a agregar um número elevado de servidores públicos de áreas como saúde, educação, funcionários federais, antes organizados em associações.

A transformação das associações em sindicatos e o

surgimento da CUT configuram mudanças de fundo no sindicalismo. Derivam da necessidade de unificação da classe trabalhadora, desta força social até então dispersa em lutas localizadas.

Atualmente, o movimento sindical, cuja maior expressão foram certos setores do serviço público, por serem os mais combativos ideologicamente, enfrenta uma contradição fundamental: ainda que liderado pela esquerda, apesar de sua herança combativa, enfrenta uma espécie de conservadorismo em grande parte de sua base, o que inclui a ANDES. Assim, de uns tempos para cá, houve um descolamento, uma espécie de distanciamento entre lideranças e base sindical.

Além dessa dificuldade interna, muitas outras, como o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, as alterações advindas dos processos de trabalho, a reforma do Estado que o transformou em Estado-empresa com características gerenciais, deram origem a uma crise nos

sindicatos públicos jamais antes vivida. O governo passou a tratar os trabalhadores com mãos de ferro. O caso mais contundente foi a greve dos petroleiros, um marco importante no processo de ações deliberadas do governo, ações cuja finalidade era desmontar sindicatos.

Ao mesmo tempo, o governo retira dos funcionários públicos a estabilidade e garantias históricas, aprofundando, desse modo, uma fase dura para o movimento sindical. O governo FHC impôs ao setor público um programa de demissões voluntárias, privatizou empresas estatais, impediu a disponibilidade de funcionários para trabalharem no sindicato e criou programas que acabaram atingindo-os em vários aspectos, sobretudo no que tange às ações coletivas.

O declínio do movimento sindical no setor público desde a década de 80 foi inevitável. Nesses tempos duros de transição, os sindicatos estão sendo compelidos a enfrentarem um enorme desafio: o que fazer com homens que estão deixando de ser

servidores públicos sem serem ainda outra coisa? O que fazer com a expansão de professores temporários em todos os níveis? Como enfrentar a terceirização, o trabalho precarizado, o subemprego e o desemprego vindos no bojo da privatização dos serviços públicos? Como têm respondido os sindicatos públicos a esta e outras situações que tornam indefinidas a vida dos antigos profissionais públicos e praticamente inviabilizam a unidade dos trabalhadores?

Nas universidades também não é diferente. O processo crescente de privatização do ensino superior e alterações entre a relação Estado e universidades públicas, aliadas aos poucos recursos financeiros a elas destinados, vêm modificando as relações de trabalho nessas instituições. Impregnadas pela lógica empresarial, tais instituições compelem os professores a buscar soluções individuais. E o sindicato, como fica?

As lutas dos servidores públicos e também das universidades não conseguem aglutinar interesses

gerais. Não há movimento de massas. Vale lembrar, por exemplo, que a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade não mobiliza forças sociais, nem mesmo os que participam dessa condição. Parece que as greves no setor público hoje, quando muito, têm impacto político, nada mais.

Desse modo, a pesquisa A APUFSC na Visão dos Associados, feita com professores da Universidade Federal de Santa Catarina, foi uma tentativa no sentido de evidenciar, neste momento, o grau de informação, de participação, de sugestão de lutas a serem empreendidas, de expectativas políticas e econômicas, de formas de mobilização, enfim, de críticas em relação às atividades conduzidas por esta entidade que, semelhante a outras, precisa discutir os rumos do movimento docente para, pelo menos, tentar recuperar sua capacidade de luta.

Os resultados fornecidos por este estudo, ainda que preliminares, expressam sentimentos, intuições e avaliações dos associados sobre a atual

gestão. Mas, muito mais do que isso, configuram, até certo ponto, o mundo subjetivo sem o qual não pode existir movimento docente.

A crise que vem dilacerando o movimento sindical no Brasil foi, sem dúvida, o motivo mais geral que orientou a consecução desta investigação. Mas, além desse, outros igualmente importantes precisavam ser considerados, como a divisão interna no sindicato dos professores do ensino superior, o distanciamento entre dirigentes sindicais e base, as dificuldades de unificação das lutas internas e externas ao sindicato e a perda do poder de luta política e econômica, entre tantas causas que corroem organizações dessa natureza. Portanto, foram muito mais as dificuldades que envolvem o movimento sindical nestes últimos tempos o que levou a Diretoria da APUFSC – gestão 1988/2000 – à realização desta pesquisa.

Os dados desta pesquisa que ora se tornam públicos constituem ricas informações para aqueles que se interessam seriamente pelo tema: eis a importância deste estudo.

PESQUISA DE OPINIÃO – APRESENTAÇÃO

APUFSC na visão do associado

Os objetivos da presente pesquisa estão relacionados às preocupações da Diretoria da APUFSC-SSIND com o interesse, o grau de informação e a participação dos associados em relação ao papel da entidade no atual momento político. Também o levantamento das definições acerca das lutas mais urgentes da categoria e as formas de mobilização e motivação para a defesa das principais bandeiras do Movimento Docente constituíram-se em objeto de estudo. Um dos principais objetivos foi a avaliação da APUFSC-SSIND na percepção dos associados, o levantamento da satisfação e das críticas em relação às atividades conduzidas pela atual Diretoria. A análise contemplou, secundariamente, as formas de comunicação entre a Diretoria e a base, avaliando seus instrumentos.

A relevância do presente trabalho parece evidente para a categoria, uma vez que permitirá reavaliar as metas da Associação a partir do conhecimento ampliado das expectativas e críticas dos seus associados.

Finalmente, a caracterização do público complementa o presente trabalho.

Metodologia

- A – Estudo Descritivo
- B – Abordagem Semi-Qualitativa
- C – Instrumento de Coleta de Dados: Questionário Semi-Estruturado
- D – Amostragem Probabilística, estratificada por Centro de Ensino

Modo de Procedimento:

Entrevista pessoal nos locais de trabalho (ativos) e nos domicílios (inativos).

Mercado-Alvo: Professores da UFSC, ativos e inativos, residentes na Grande Florianópolis, Santa Catarina, conforme listagem fornecida pela APUFSC-SSIND.

Plano Amostral: Universo
Total Professores Ativos: 1.568*
Total Professores Inativos: 846
Número Total: 2.414

Margem de erro: $\pm 5\%$
Coeficiente de confiança: 95,5%

* Foram excluídos da amostra 280 professores afastados para Mestrado ou Doutorado e os professores substitutos (256).

As entrevistas foram pré-testadas em situação real de ocorrência e previamente aprovadas pela APUFSC-SSIND. A coleta de dados foi realizada entre os dias 05/05 e 23/05/2000 por agentes pesquisadores com treinamento e acompanhamento específico de supervisores.

LOTAÇÃO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CCS – Centro de Ciências da Saúde	40	17,3%	21	20,6%	61	18,3%
CDS – Centro de Desportos	6	2,6%	7	6,9%	13	3,9%
CED – Centro de Ciências da Educação	25	10,8%	12	11,8%	37	11,1%
CSE – Centro Sócio-Econômico	14	6,1%	8	7,8%	22	6,6%
CTC – Centro Tecnológico	48	20,8%	7	6,9%	55	16,5%
CCE – Centro de Comunicação e Expressão	19	8,2%	10	9,8%	29	8,7%
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas	9	3,9%	7	6,9%	16	4,8%
CCA – Centro de Ciências Agrárias	10	4,3%	4	3,9%	14	4,2%
CCB – Centro de Ciências Biológicas	17	7,4%	5	4,9%	22	6,6%
CFM – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	24	10,4%	9	8,8%	33	9,9%
CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas	19	8,2%	12	11,8%	31	9,3%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

Capítulo I O MOVIMENTO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

1.1 Situação do Movimento

TABELA Nº1 – MOVIMENTO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Necessário/oportuno/importante/coerente	16	6,9%	27	26,5%	43	12,9%
Atuante/engajado/organizado/articulado	12	5,2%	13	12,7%	25	7,5%
Dividido/desarticulado/desmobilizado	116	50,2%	29	28,4%	145	43,5%
Falta liderança/isolamento Diretoria x base	18	7,8%	4	3,9%	22	6,6%
Falta integração dos professores	15	6,5%	6	5,9%	21	6,3%
Político-partidário/manipulado pela minoria	18	7,8%	1	1,0%	19	5,7%
Falta autonomia/sufocados pelo governo	10	4,3%	8	7,8%	18	5,4%
Reorganizar/ampliar o debate/mudar	12	5,2%	4	3,9%	16	4,8%
Não acompanha/não tem opinião	6	2,6%	5	4,9%	11	3,3%
Outros	8	3,5%	5	4,9%	13	3,9%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

Fonte: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

líticas e não com questões do dia-a-dia dos professores."

Há aqueles (5%) que consideram, no entanto, que são os fatores conjunturais do governo FHC que impedem o fortalecimento do movimento:

"Considero o Movimento Docente desarticulado, sem unidade das diversas Universidades Federais, o que reflete um pouco a situação de todos os movimentos sociais, menos o MST, e é isso que falta em parte, uma melhor coordenação por parte do sindicato."

A visão positiva do Movimento Docente, caracterizando-o como necessário, importante, atuante, articulado, é maior significativamente entre os inativos do que entre os ativos (20,4%).

"Movimento atuante, trabalham bem na medida do possível. Estão engajados nos mesmos objetivos, que é a luta pela defesa da classe."

"É um movimento de luta, que cresceu muito nestes últimos dez anos."

"Estão lutando por melhores salários para todos e um ensino de qualidade."

"Vejo positivamente. O movimento está fazendo o que pode para se manter."

"Mais organizado, já se sabe quais são os caminhos e como as coisas acontecem; só que não tem mais o impacto que se gostaria."

A percepção dos professores da UFSC acerca do movimento docente é de que este se acha dividido, passando por uma fase de intensa desmobilização (43,5%).

"Um pouco desmotivado pelo fracasso das últimas greves."

"Enfraquecido, desgaste dos servidores com as últimas greves."

"O movimento docente está fraco, sentindo-se em parte impotente e dividido. Uma parte aceita a lógica do governo e tenta negociar, a outra parte busca soluções privadas, a terceira parte, mais à esquerda, está sem orientação definida..."

"O movimento está apático. Cada vez mais difícil mobilizar os professores."

"Desmobilizado e sem rumo."

"Desarticulado e realmente só tem força quando mexe com salário, caso contrário..."

Para alguns há falta de liderança (6,6%) apontando para o isolamento da Diretoria, que não consegue integrar/mobilizar os professores. Para outros (6%) a questão se prende à condução político-partidária do movimento, não pluralista e manipulado por uma minoria.

"Em declínio, falta de liderança, objetivos questionáveis, interesses políticos não nascidos das necessi-

dades dos professores. O movimento não é representativo."

"Muito ligado à política partidária. Com isso perde identidade com os professores."

"Existe uma questão de política. O Movimento Docente ficou enfraquecido quando confundiu política partidária com política universitária."

"Não representa a heterogeneidade de política dos professores das universidades, ou seja, enquanto na universidade se tem a maioria conservadora (direita e centro-direita) no Movimento Docente a maioria é de esquerda (centro-esquerda e esquerda). O Movimento Docente está preocupado com questões po-

1.2 Mudanças no Sindicalismo

TABELA Nº 2 – MUDANÇAS NO SINDICALISMO BRASILEIRO E O MD

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Enfraquecimento dos sindicatos/perda de força	72	31,2%	27	26,5%	99	29,7%
Encaminhamento político-partidário/radicalismo	10	4,3%	8	7,8%	18	5,4%
Falta representatividade das bases/pouca adesão	25	10,8%	2	2,0%	27	8,1%
Falta de bandeiras unificadas/apatia/descrença	42	18,2%	6	5,9%	48	14,4%
Menos político/mais moderado/mais realista	15	6,5%	14	13,7%	29	8,7%
Mais organizado/mais forte	24	10,4%	15	14,7%	39	11,7%
Outros	6	2,6%	7	6,9%	13	3,9%
Politicagem/interesses pessoais	16	6,9%	7	6,9%	23	6,9%
Não tem opinião/não sabe	21	9,1%	16	15,7%	37	11,1%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

1.3 Principais Bandeiras

TABELA Nº 3 – PRINCIPAIS BANDEIRAS – 1ª OPÇÃO (ESPONTÂNEA)

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Reposição de perdas salariais	84	36,4%	46	45,1%	130	39,0%
Melhoria das condições de trabalho	11	4,8%	11	10,8%	22	6,6%
Ensino público, gratuito e de qualidade	73	31,6%	19	18,6%	92	27,6%
Valorização do professor	8	3,5%	5	4,9%	13	3,9%
Autonomia da universidade	8	3,5%	3	2,9%	11	3,3%
Ensino de qualidade/verbas para pesquisa	22	9,5%	8	7,8%	30	9,0%
Outros	2	0,9%	4	3,9%	6	1,8%
Não sabe/não tem opinião	23	10,0%	0	0,0%	23	6,9%
Sem resposta	0	0,0%	6	5,9%	6	1,8%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Para os professores da UFSC, as principais bandeiras de luta devem ser a reposição das perdas salariais (39%) e a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade (27,6%).

A análise dos professores da UFSC acerca das mudanças no sindicalismo brasileiro e dos aspectos em que estas mudanças afetam o Movimento Docente (Tabela nº 2) dá conta do enfraquecimento do poder dos sindicatos (30%), especialmente provocado pelo desemprego e pela política governamental que dificulta tanto a manutenção de direitos quanto a possibilidade de serem feitas reivindicações.

• "Mudou para pior. O governo dividiu os sindicatos e estes perderam a força."

• "Há um processo de individualismo... estamos cansados de lutar."

• "Enfraqueceu muito nos últimos cinco anos. Na verdade o presidente FHC conseguiu refrear todas estas iniciativas."

• "O sindicalismo brasileiro por estratégia política foi esvaziado. Afeta o Movimento Docente, e ainda é o Movimento Docente a massa crítica dentro do governo FHC."

• "Hoje os sindicatos não estão brigando por bons salários, mas sim pela preservação do emprego."

• "O que se vê é que há carência de empregos e o movimento está assustado, tentam garantir o emprego. O emprego tornou-se prioridade, enfraquecendo assim os movimentos, as lutas, as bandeiras."

• "O desemprego é tão grande que desuniu a classe trabalhadora."

• "O sindicalismo está enfraquecido. O Movimento Docente, ao se sindicalizar, passou a acompanhar a tendência geral."

TABELA Nº 4 – PRINCIPAIS BANDEIRAS – SEGUNDA OPÇÃO (ESPONTÂNEA)

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Reposição de perdas salariais	45	19,5%	19	18,6%	64	19,2%
Melhoria das condições de trabalho	27	11,7%	4	3,9%	31	9,3%
Ensino público, gratuito e de qualidade	33	14,3%	14	13,7%	47	14,1%
Valorização do professor	10	4,3%	7	6,9%	17	5,1%
Autonomia da universidade	14	6,1%	2	2,0%	16	4,8%
Ensino de qualidade/verbas para pesquisa	23	10,0%	18	17,6%	41	12,3%
Outros	6	2,6%	1	1,0%	7	2,1%
Não identificou outra opção	73	31,6%	37	36,3%	110	33,0%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº5 – VIABILIDADE – BANDEIRAS (ESTIMULADA)

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Reposição de perdas salariais	68	29,4%	33	32,4%	101	30,3%
Redução da jornada de trabalho	9	3,9%	0	0,0%	9	2,7%
Melhoria das condições de trabalho	43	18,6%	9	8,8%	52	15,6%
Ensino público, gratuito e de qualidade	62	26,8%	24	23,5%	86	25,8%
Valorização do professor	32	13,9%	30	29,4%	62	18,6%
Sem resposta	17	7,4%	6	5,9%	23	6,9%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Apesar das dificuldades da conjuntura, os professores acreditam na viabilidade do movimento em prol da reposição das perdas salariais (30%).

· "É uma bandeira justa; estamos há 5 anos sem aumento. O governo mente ao dizer que não há inflação."

· "A reposição salarial é a bandeira que mexe mais com o governo. Em consequência as demais melhorias, tudo está interligado, pois

melhorando os salários se obtêm condições mais favoráveis."

· "Mais simples e atualmente a mais viável. É preocupação geral e terá o apoio da comunidade."

· "Ter uma relação de comprometimento com o direito dos trabalhadores."

· "Todos os avanços dependem dela."

· "É a única maneira de unir os professores de imediato."

· "Viabilidade, porque é público e notório que o salário está desvalorizado. Teria apoio da classe em geral."

· "Estão relacionadas, interligadas, não se pode separar. Com bons salários se tem professores mais atuantes e motivados."

· "Lutar por condições salariais dignas."

· "Estamos perdendo a nossa dignidade por causa das perdas salariais."

· "De forma geral é a que se pode lutar com maior objetividade. As demais são lutas indefinidas."

E na luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade (25,8%).

· "A bandeira ensino público, gratuito e de qualidade, na conjuntura atual, é a bandeira que consegue maior apoio da sociedade e de seus representantes legais."

· "Uma luta histórica em defesa da universidade pública. Esta é a maior bandeira, é de grande importância e defendendo essa se defende as demais."

· "Acredito que é isto que está sendo ameaçado com a atual política do governo. Tanto está ameaçado que isto pode acontecer; as demais são decorrência."

· "Porque combater o desmantelamento do serviço público é a única bandeira que resta, a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade."

· "Para atender a camada da população que não tem acesso à universidade particular com boa qualidade de ensino."

· "Dar chances a todos de ter uma educação digna e de qualidade."

· "A manutenção de ensino gratuito. Dar a todos o direito de uma educação de qualidade, com acesso à maioria que não tem condições econômicas."

· "Este é o ponto de convergência de todas as lutas, é o nosso fim último e, portanto, premissa para as outras bandeiras."

Luta mais viável a ser encampada pelo Movimento Docente – Razões da opção

REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS

	Ativos	Inativos	Geral
Salário puxa o resto (melhorias no ensino)	17	03	20
5 anos sem reajuste de salários	08	11	19
Luta mais viável/direta	10	03	13
Professores estão desmotivados	06	03	09
Forma de os professores se atualizarem	03	05	08
Dignidade	06	01	07
Intransigência do Governo Federal	05	02	07
Dificuldade de manter dedicação exclusiva	04	02	06
Baixo poder aquisitivo	03	02	05
É o único item que interessa	03	01	04
Comunidade está apoiando	03	00	03
TOTAL	68	33	101

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

	Ativos	Inativos	Geral
Luta mais viável	04	00	04
Benefício caso seja privatizada	03	00	03
Menos custo para o governo	02	00	02
TOTAL	09	00	09

ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE

	Ativos	Inativos	Geral
Educação dá melhores chances à população	11	11	22
Universidade aberta a todos/democrática	16	03	19
Luta em conjunto com a sociedade	11	04	15
Desinteresse do governo	04	03	07
Já existe, é mais fácil manter	07	00	07
Ensino atual é de baixa qualidade	03	03	06
Luta mais difícil	04	00	04
Interesses de grupos econômicos	04	00	04
Envolve menos recursos	02	00	02
TOTAL	62	24	86

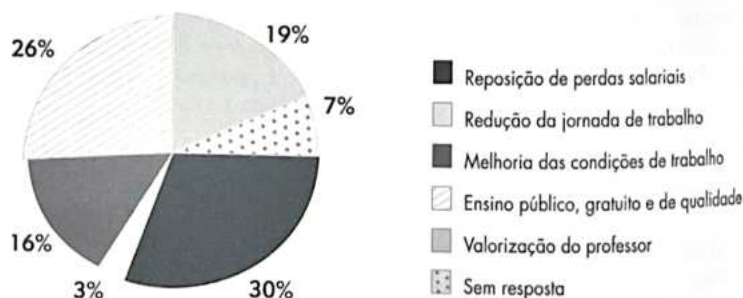
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

	Ativos	Inativos	Geral
Equipamentos defasados/sucateados	10	02	12
Afeta o rendimento dos professores	03	05	08
Mais verba para pesquisas	07	00	07
Benefícios para todos	06	00	06
Faltam investimentos	05	00	05
Luta mais viável	04	00	04
A que envolve menos recursos	04	00	04
Investir em informática	03	00	03
Universidade forma maus profissionais	00	02	02
Apoio da sociedade	02	00	02
TOTAL	44	09	53

VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

	Ativos	Inativos	Geral
O resto é consequência (melhoria do ensino)	15	13	28
Professores são desvalorizados	05	04	09
Salários irrisórios	04	05	09
Deveria haver aumento diferenciado	00	01	01
Professores ganhando menos que servidores	00	02	02
Falta ânimo/incentivo aos docentes	05	05	10
GED não é valorização do docente	02	00	02
Governo tem interesse	01	00	01
TOTAL	32	30	62

Viabilidade – Bandeiras (estimulada)



FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 6 – PRINCIPAL OBJETIVO DA APUFSC/SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Reposição de perdas salariais	36	15,6%	25	24,5%	61	18,3%
Melhoria das condições de trabalho	24	10,4%	8	7,8%	32	9,6%
Valorização do professor/reconhecimento	21	9,1%	7	6,9%	28	8,4%
Ensino público gratuito e de qualidade	36	15,6%	13	12,7%	49	14,7%
Mobilizar/unir/unificar a categoria	25	10,8%	3	2,9%	28	8,4%
Luta política/enfrentamento	31	13,4%	9	8,8%	40	12,0%
Menos política partidária	4	1,7%	4	3,9%	8	2,4%
Luta pela categoria/defesa dos direitos	28	12,1%	22	21,6%	50	15,0%
Integração/lado social/lazer	20	8,7%	3	2,9%	23	6,9%
Outros	0	0,0%	4	3,9%	4	1,2%
Sem resposta	6	2,6%	4	3,9%	10	3,0%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

1.4 Forma de Condução

TABELA Nº 7 – COMO A APUFSC-SSIND TEM CONDUZIDO AS BANDEIRAS

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Satisfatoriamente/adequadamente	48	20,8%	41	40,2%	89	26,7%
Condução equilibrada/moderada	7	3,0%	1	1,0%	8	2,4%
Razoável/correta, mas pouca participação	26	11,3%	15	14,7%	41	12,3%
Desmobilizada/desatualizada/desmotivada	20	8,7%	0	0,0%	20	6,0%
Sem liderança/sem credibilidade/burocrática	17	7,4%	3	2,9%	20	6,0%
Político-partidária/sem representatividade	39	16,9%	11	10,8%	50	15,0%
Pouco atuante/insatisfatória	22	9,5%	7	6,9%	29	8,7%
Outros	4	1,7%	11	10,8%	15	4,5%
Precisa mudar as estratégias	23	10,0%	2	2,0%	25	7,5%
Não tem opinião/não acompanha	25	10,8%	9	8,8%	34	10,2%
Sem resposta	0	0,0%	2	2,0%	2	0,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

As opiniões estão divididas quanto à forma de condução das bandeiras. Boa parte, cerca de 40%, considera que tem sido adequada e igual proporção considera que tem sido apática, desmobilizada, pouco atuante, sem representatividade.

• "Sempre atuante, mobilizada, fazem um grande esforço para mobilizar os professores, pelos boletins, os delegados constantemente indo a Brasília."

• "De uma maneira eficiente e esclarecedora."

• "De forma ponderada, racional, tomando as medidas passo a passo, progressivamente."

• "Cada direção que passa pelo sindicato procura fazer o melhor... fazer o que pode dentro da conjuntura."

• "Tem trabalhado bastante, são pessoas dedicadas e de alguma forma fazem o que podem."

• "Da maneira que é possível, com as dificuldades da conjuntura..."

• "Tem conduzido de forma débil, desarticulada, sindicato descolado da base."

• "Acho que a APUFSC poderia se determinar mais, no sentido de mobilizar a categoria, permitindo a efetiva participação."

• "Esperava mais. Muito dispersiva, sem grandes ousadias de confrontos. Falta pulso firme."

• "A APUFSC não tem identidade. É movida pela ANDES."

• "Conduz pessimamente. Só pensa na política partidária e não no professor."

• "Não escuta todos os professores; escuta apenas uma parcela que tem opinião dirigida."

Capítulo II IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DA APUFSC-SSIND

2.1 Associação: Vantagens e Desvantagens

TABELA Nº 8 – ASSOCIADO APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	210	90,9%	91	89,2%	301	90,4%
Não	21	9,1%	11	10,8%	32	9,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

RAZÕES DE NÃO SER ASSOCIADO

	ATIVOS	INATIVOS	GERAL
É sócio de outro Sindicato/Associação	07	03	10
Não tem interesse	05	05	10
Está há pouco tempo na UFSC	05	00	05
Custo da mensalidade/Custo X Benefício	03	01	04
Sindicato está enfraquecido	01	01	02
Pouca afinidade com o Sindicato	00	01	01
TOTAL	21	11	32

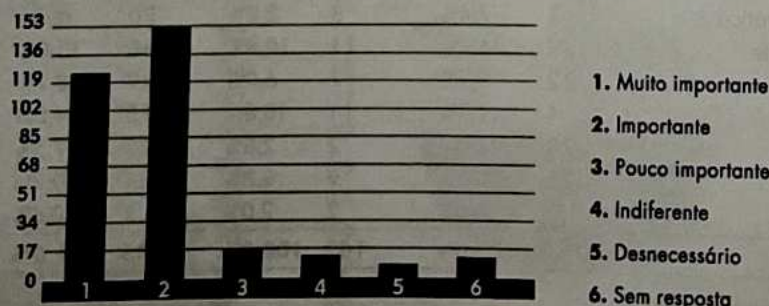
Reconhecidamente, os professores entrevistados da UFSC são na sua maioria (90%) associados da APUFSC-SSIND (Tabela Nº 8) e percebem a sua importância, já que para 83,7% ser associado da APUFSC-SSIND é muito importante ou importante (Tabela Nº 9).

TABELA Nº 9 – IMPORTÂNCIA DE SER ASSOCIADO À APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito importante	91	39,4%	34	33,3%	125	37,5%
Importante	104	45,0%	50	49,0%	154	46,2%
Pouco importante	15	6,5%	3	2,9%	18	5,4%
Indiferente	11	4,8%	3	2,9%	14	4,2%
Desnecessário	8	3,5%	1	1,0%	9	2,7%
Sem resposta	2	0,9%	11	10,8%	13	3,9%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Importância de ser associado à APUFSC-SSIND



FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 10 – VANTAGENS DA APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ter um órgão de representação	91	39,4%	33	32,4%	124	37,2%
Defesa dos interesses da categoria	80	34,6%	35	34,3%	115	34,5%
Plano de saúde/Unimed	29	12,6%	4	3,9%	33	9,9%
Outras vantagens/informação	5	2,2%	10	9,8%	15	4,5%
Não tem opinião	16	6,9%	12	11,8%	28	8,4%
Não tem vantagens	8	3,5%	7	6,9%	15	4,5%
Sem resposta	2	0,9%	1	1,0%	3	0,9%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Reconhecem na entidade o papel da representação, na defesa dos interesses da categoria (71,7%). Apenas 4,5% não vêem vantagens.

TABELA Nº 11 – DESVANTAGENS DA APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não tem desvantagens	124	53,7%	51	50,0%	175	52,6%
Mensalidade/descontos/pouco retorno relação custo	23	10,0%	5	4,9%	28	8,4%
Participação pouco democrática/político-partidária	40	17,3%	8	7,8%	48	14,4%
Falta de integração/atividades sociais	3	1,3%	4	3,9%	7	2,1%
Outras desvantagens	3	1,3%	2	2,0%	5	1,5%
Não tem opinião	11	4,8%	12	11,8%	23	6,9%
Sem resposta	27	11,7%	20	19,6%	47	14,1%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

A maioria só vê vantagens na entidade (52,6%). Para os que apontam desvantagens, a mais significativa é a participação pouco democrática de caráter político-partidário (14,4%) e os descontos das mensalidades (8,4%).

2.2 Grau de Satisfação com a APUFSC-SSIND

TABELA Nº 12 – GRAU DE SATISFAÇÃO COM A APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito satisfeito/luta interesses categoria	15	6,5%	23	22,5%	38	11,4%
Fazendo o que pode/satisfatória/esforçada	72	31,2%	46	45,1%	118	35,4%
Razoável/regular/falta competência e organização	24	10,4%	5	4,9%	29	8,7%
Fraca/não cumpre o seu papel/falta objetividade	70	30,3%	10	9,8%	80	24,0%
Ruim/má gestão/sem representatividade	25	10,8%	2	2,0%	27	8,1%
Péssimo/excesso gastos políticos	7	3,0%	1	1,0%	8	2,4%
Indiferente/sem posição/sem opinião	18	7,8%	15	14,7%	33	9,9%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Na visão dos professores da UFSC a associação é percebida positivamente pela maioria (46,8%), com avaliações que vão desde a total satisfação até ao reconhecimento do esforço que vem sendo feito na manutenção da defesa dos interesses da categoria, não obstante a situação.

Aqueles que não estão plenamente satisfeitos com a entidade, que consideram sua atuação apenas razoável ou fraca (31%), afirmam que há falta de competência e organização, que falta objetividade à Diretoria na condução do Movimento Docente.

· "Bom. Estão se empenhando em fazer seu papel de associação, lutando pelos objetivos de seus associados."

· "Bom, tem divulgado os informes e se esforçado em chamar os docentes para as assembléias."

· "Estão lutando para garantir melhores condições de um modo geral a seus associados."

· "Tem desempenhado sua função. Só poderia ser mais forte se houvesse uma participação maior dos docentes."

· "Bom, dentro do possível. Porém um pouco distanciado dos problemas cotidianos dos docentes."

· "Satisfeito com o sindicato em geral. A atual gestão deixa a desejar na falta de entusiasmo na condução dos propósitos."

· "Pouco satisfeito. Deveriam abrir mais o leque de conversação no âmbito acadêmico."

· "Estou moderadamente satisfeito em decorrência dessa falta de agressividade nas batalhas travadas."

· "Indiferente. Não acho a APUFSC representante da classe dos professores. É voltada para outros interesses políticos."

· "Deixa muito a desejar comparando com as anteriores e enquanto sindicato. Não se mobiliza e não respeita as bases."

· "Insatisfeito. Falta coordenação e clareza nos objetivos."

· "Insatisfeito com a inércia do sindicato, com o excesso de formalismo, com o alinhamento da APUFSC e com a direção da ANDES. Se o sindicato fosse mais ligado à sua base social não precisaria nem de pesquisas como esta."

· "Médio. O Sindicato não pode mais ficar fixo em questões ideológicas e salariais. Não se deram conta de que o sistema sindical mudou e ficam com as mesmas palavras de ordem."

· "Fraco. Muito envolvida com política partidária. É importante as pessoas da APUFSC entenderem a universalidade da universidade."

· "Regular. Não existe imparcialidade na defesa de seus ideais."

· "Insatisfeito. Não há investimento para melhoria da qualidade de vida dos associados. Gastos excessivos com as atividades políticas."

· "Estou insatisfeito com a maneira errônea com que as bandeiras vêm sendo conduzidas. Vão mais para o lado político."

2.3 Avaliação da Atual Diretoria

TABELA Nº 13 – AVALIAÇÃO DA ATUAL DIRETORIA APUFSC/SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito boa/melhor que as anteriores	12	5,2%	11	10,8%	23	6,9%
Boa/esforçada/satisfatória/coerente	46	19,9%	37	36,3%	83	24,9%
Regular/razoável	20	8,7%	3	2,9%	23	6,9%
Fraca/sem liderança/distante/isolada	58	25,1%	8	7,8%	66	19,8%
Precisa inovar/promover eventos	16	6,9%	0	0,0%	16	4,8%
Sem opinião/sem conhecimento	79	34,2%	43	42,2%	122	36,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

Fonte: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

No tocante à avaliação da atual Diretoria percebemos 3 posições distintas:

PRIMEIRA (32%)

Os que reconhecem o esforço, a boa atuação da atual Diretoria, comparada com outras gestões, e a coerência das posições do grupo.

SEGUNDA (32%)

Os que consideram a atuação da Diretoria apenas razoável, regular, sem liderança e sem bases.

TERCEIRA (36%)

O grupo mais representativo é dos que não opinam. Não opinam por estarem alheios, indiferentes, ou por não tomarem conhecimento efetivo das ações da Diretoria ou por receio de revelarem suas verdadeiras posições.

Como o Sr(a). avalia a atuação da atual Diretoria da APUFSC-SSIND?

ATIVOS

- "Muito boa e sabendo conduzir bem a administração."
- "Têm sido ponderados nas decisões em relação aos mais extremistas. A questão da Assembléia Geral tem que ser revista."
- "Atuantes. Sérios, fazem as coisas na medida do possível."
- "Antenados aos acontecimentos, estão se mexendo, mas de forma razoável."
- "Estão coerentes e sintonizados com todas as opiniões."
- "Tentou mudar a feição do sindicato. Isso foi um mérito."
- "Boa, tem conciliado as questões... uma Diretoria precisa de seus associados."
- "As últimas Diretorias estão no mesmo nível, não vejo diferenças, está satisfatória."
- "Está equilibrada e em defesa da universidade, por isso considero uma boa Diretoria."
- "Está enfrentando o primeiro grande desafio, que é o atendimento das reivindicações."

· "Boa, são pessoas experientes nas questões do movimento, está boa."

· "Satisfatória, desempenha as funções adequadamente."

· "Boa atuação. Precisa de mais força para as decisões do governo."

· "Dentro da atual conjuntura estão tentando melhorar bastante. Não estão tendo apoio dentro da UFSC."

· "Razoável, não conseguiu conciliar as duas facções do Movimento Docente."

· "É uma Diretoria que não trouxe grandes inovações. Gerencia o passivo das gestões passadas. Deveria procurar outros atrativos para mobilizar a categoria e até de caráter associativo."

· "Razoável devido à pouca mobilização. Joga todo o trabalho no jornal. Precisa de um trabalho mais corpo a corpo, contínuo depois das eleições."

· "Regular, pois não consegue o objetivo de mobilizar os professores."

· "Regular, despolitizou o Movimento Docente, não preparou a greve, faltou encarar com mais dinâmica."

· "Vejo algumas deficiências pessoais mas não em nível de Diretoria."

Estão confusos para orientar e conduzir uma assembléia. Deve haver uma direção mais firme e mais organizada."

· "Atuação apagada, medrosa e sem muita clareza dos reais problemas. Políticas diferentes."

· "A Diretoria não está muito clara, falta coordenação e propostas mais abertas e objetivas."

· "Não tem atuação. Não é convincente, sem carisma para reunir as pessoas. A Diretoria deve ser carismática para que seus associados possam querer se aproximar."

· "Considero um tanto distante das questões do cotidiano dos professores da UFSC."

· "Não estão conseguindo sensibilizar os membros, não unem os professores."

· "Médio, tem que aparecer mais, provocar mais discussões nos departamentos."

· "Precisa de mais combate. Está isolada. Os docentes estão individualizados."

· "A atual Diretoria não está compondo com as diferenças de pen-

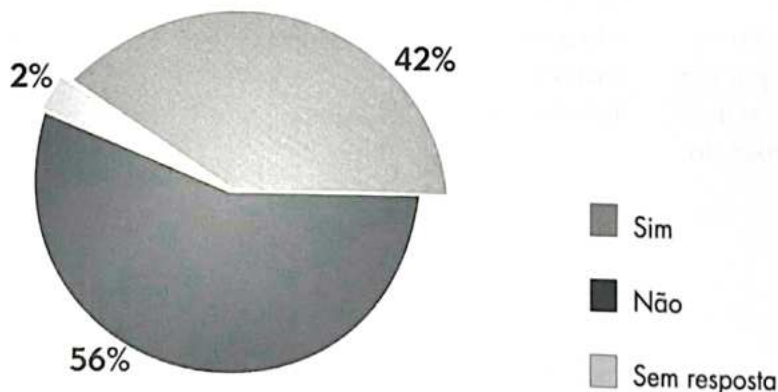
samento existentes dentro da universidade."

· "Péssima, desmobilizadora, cada vez mais distante dos professores, freia o movimento docente jogando a despolitização."

· "Diria que isso não é uma Diretoria e sim um ajuntamento organizado em função de uma eleição sem a menor capacidade de atualizar as forças do M.D. e operá-lo politicamente."

· "Não mudou nada. Está se comportando como as anteriores. Muita acomodação ao que o governo quer."

Participação nas assembléias e reuniões da APUFSC



FONTE: LUPPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

"Não organiza de fato o movimento, apenas manda informativos. Muito distanciada dos professores."

"A atual Diretoria me parece um pouco isolada da universidade. Dificuldade em manter negociação e diálogo com outros segmentos da universidade."

"Uma atuação muito isolada, onde fica difícil propor e participar de todas as atividades."

"O sindicato não tem mais grupos de trabalho, conselho de representação de oposição. A Diretoria é conivente com o reitor, está esquisito isso aí! Muito preocupante."

"Não teve sucesso nas propostas partidárias anteriores. Poderia ter pulso mais firme com o governo."

"Frac. Por ter contribuído na greve de 98 pela aceitação da GED achei que seria boa, mas está muito acomodada."

"Sua maior ousadia foi ter lançado um panfletinho."

"Têm sido autoritários, infelizmente fecharam o espaço de participação daqueles que não concordam com eles. Não acreditam no movimento e estão ideologicamente derrotados."

"Atitudes muito extremistas de esquerda. Abrir mais os horizontes

e lutar pela classe deixando a política partidária de lado."

"Precisa de um trabalho constante e de pessoas mais hábeis em atrair os sindicalizados."

"Desarticulada. Esperava mais de um sindicato. Falta mais estímulo para os professores."

"Um desempenho relativo, precisa inovar em termos de comunicação, realizar eventos e construir espaços institucionais diversificados dentro do M.D. Poderiam criar convenções internas ou fazer encontros anuais com os professores em caráter de congresso, para conversar sobre universidades, etc."

"Falta promover mais eventos para mexer com os associados. Com a estrutura que tem deveria realizar eventos para reunir os associados fora do contexto das assembleias para que possam conhecer-se melhor."

INATIVOS

"Dos últimos anos parece a mais eficiente, a menos autoritária, a mais tolerante."

"Está muito bem, a chapa foi muito bem constituída."

"Está muito boa porque ela tem lutado muito por todos. Tem atuado bem em Brasília com todas as pendências jurídicas."

"Parece-me mais ativa e menos radical do que as anteriores."

"Acho muito ativos, todos foram professores que dedicaram a vida à UFSC."

"Acho que ela tem se portado de modo correto e merece todo respaldo."

"Atualmente estão tentando fazer um bom trabalho, mas o apoio em geral é pouco."

"Bastante atuante, sempre defendendo os direitos dos professores."

"Boa, cumpre todos os compromissos com os quais se comprometeu na posse."

"Boa, eles estão sendo incansáveis na luta dos direitos dos aposentados, bem como da universidade pública e gratuita."

"Boa, porque sinto que se preocupa com a situação dos aposentados."

"Conheço alguns e acho que eles lutam pelo que queremos e têm que continuar com esse interesse."

"É bastante atuante. Sente-se que ela está buscando melhorar as condições da classe."

"Está atingindo seus objetivos, lutando pela classe."

"Eles têm se reunido periodicamente e têm mostrado trabalho através de suas bandeiras."

"A atual Diretoria está continuando a fazer o que os outros faziam."

"Estou meio por fora, mas não acrescentaram nada de novo. Só viajam e não trazem retorno nenhum para o associado. Vão à Brasília só para passear e não resolvem nada."

"Não vejo diferença desta e da antiga, pois não melhorou nem piorou."

"Acho muito acanhada e dá também a visão de que existe uma divisão interna entre a Diretoria."

"Diretoria preocupada, trabalhando, atuante. Participam de movimentos, mas não aparecem os resultados, não conseguem detectar os problemas dos professores. Têm que ser mais atuantes nas reivindicações."

"Está muito fraca, deveria ter argumentos, se é hora de fazer greve."

"Está um pouco defasada devido à falta de união e gastos desnecessários."

"Não dou crédito à APUFSC, pois preocupam-se apenas com política partidária."

Capítulo III PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO DOCENTE

3.1 Processo Eleitoral

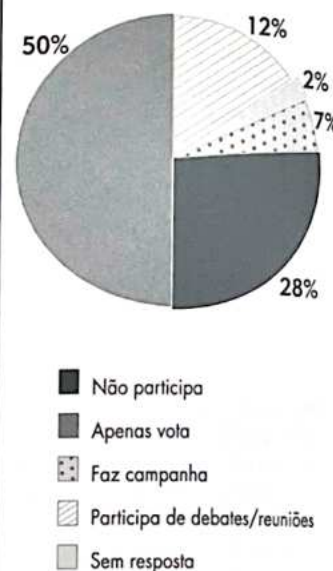
TABELA Nº 14 – PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL DA APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não participa	36	15,6%	58	56,9%	94	28,2%
Apenas vota	131	56,7%	37	36,3%	168	50,5%
Faz campanha	19	8,2%	5	4,9%	24	7,2%
Participa debates/reuniões	38	16,5%	2	2,0%	40	12,0%
Sem resposta	7	3,0%	0	0,0%	7	2,1%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Metade dos professores restringe sua participação no processo eleitoral ao voto. Fazem campanha ativamente 7,2%, e 12,0% participam dos debates e reuniões de campanha.

Participação no processo eleitoral da APUFSC



FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Forma de participação no processo eleitoral – Razões da opção

NÃO PARTICIPA

	Ativos	Inativos	Geral
Não é associado	16	06	22
Falta de interesse	03	18	21
Falta de tempo	03	11	14
Está afastado/Perdeu vínculo	00	08	08
Não quer se envolver	05	00	05
Muita politicagem/protestos	02	03	05
Problemas de saúde	00	05	05
Está há pouco tempo na UFSC	04	00	04
Falta objetividade ao Sindicato/Está dividido	01	03	04
Esquecem os aposentados	00	04	04
Não se sente obrigado a participar	02	00	02
TOTAL	36	58	94

APENAS VOTA

	Ativos	Inativos	Geral
Falta de interesse	46	06	52
Falta de tempo	28	12	40
Excesso de politicagem	17	03	20
Votar é o suficiente	11	00	11
Votar é um direito	07	04	11
Está desmotivado com o Sindicato	07	02	09
Não quer se envolver	04	04	08
Debates são vazios	07	00	07
Pouco espaço para aposentados	00	04	04
Falta estímulo à participação	03	00	03
Boletim chega sempre atrasado	00	02	02
Reuniões em horários inadequados	01	00	01
TOTAL	131	37	168

FAZ CAMPANHA

	Ativos	Inativos	Geral
Forma de obter conquistas/garantir direitos	08	02	10
Fortalecimento do Sindicato	05	01	06
Participação é importante/fundamental	04	01	05
Forma de manifestação	02	01	03
TOTAL	19	05	24

PARTICIPA DE DEBATES/REUNIÕES

	Ativos	Inativos	Geral
Conhecer propostas/Candidatos	16	01	17
Aumentar/Garantir representatividade Sindicato	10	00	10
Atualização	06	00	06
Ato de cidadania	04	01	05
Hábito/Gosta de participar ativamente	02	00	02
TOTAL	38	02	40

3.2 Assembléias e Reuniões

TABELA Nº 15 – PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES DA APUFSC-SSIND

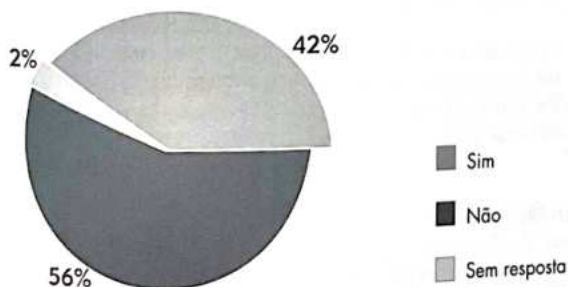
	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	127	55,0%	13	12,7%	140	42,0%
Não	98	42,4%	87	85,3%	185	55,6%
Sem resposta	6	2,6%	2	2,0%	8	2,4%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

A participação dos professores nas assembléias e reuniões da APUFSC-SSIND é de 42,0%,

restringindo-se basicamente aos professores ativos — apenas 13% dos inativos participam.

Participação nas assembléias e reuniões da APUFSC



FONTE: LUPPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

3.3 Opinião: Assembléias

Há um descontentamento generalizado dos professores com as assembléias da APUFSC-SSIND, pois 67% têm fortes críticas (Tabela 16). Caracterizam as assembléias como enfadonhas, cansativas, esvaziadas, pouco produtivas e são recorrentes as questões da falta de representatividade, pela baixa participação docente ou pelo direcionamento político-partidário.

Destacam-se também críticas à forma de condução das assembléias, conforme podemos ver nas seguintes afirmações feitas pelos professores. Estas narrativas permitem-nos entender mais claramente o posicionamento.

Qual sua opinião sobre as assembléias?

ATIVOS

- "São morosas e fogem muitas vezes dos aspectos discutidos."
- "São enfadonhas, intermináveis, as pautas são longas. Estabelecer unidades de mobilização. O pessoal não sai da 'trincheira'."

- "Muitos falam a mesma coisa, ficando cansativas. Deve-se cuidar disso."
- "Um pouco cansativas. Poderiam ser mais objetivas e mais frequentes."
- "Muitas vezes há discussões intermináveis, o que gera a insatisfação e a não-participação do pessoal."
- "Posições padronizadas, cansativas e demoradas."
- "Demoradas, sem limite de tempo para cada assunto. A votação deveria ser mais rápida, há um esvaziamento de quórum."
- "São sempre as mesmas coisas, sempre os mesmos que falam, sempre os mesmos que decidem. Apesar de tudo é bom participar para ter informações e estar por dentro dos acontecimentos."

- "Não gosto muito, são longas, pessoas radicais que não se respeitam, às vezes até por não terem opiniões iguais. Muitos se repetem nos argumentos em questão. Têm que ser mais objetivas."

TABELA Nº 16 – OPINIÃO SOBRE AS ASSEMBLÉIAS

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Enfadonhas/cansativas/intermináveis	35	15,2%	4	3,9%	39	11,7%
Esvaziadas/falta de motivação	49	21,2%	13	12,7%	62	18,6%
Pouco produtivas/inoperantes/pouco eficientes	29	12,6%	10	9,8%	39	11,7%
Não são representativas/democráticas	29	12,6%	10	9,8%	39	11,7%
Direcionadas/predefinidas/político-partidárias	35	15,2%	10	9,8%	45	13,5%
Bem conduzidas/informativas	28	12,1%	21	20,6%	49	14,7%
Não tem opinião	26	11,3%	34	33,3%	60	18,0%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

- "Assembléias direcionadas para assuntos já debatidos entre eles. Está cada vez mais chato, mais maçante."
- "Vazias, mas não por culpa da Diretoria."
- "Um pouco vazias devido à insatisfação e concentração do poder executivo, que ameaça. Assim não surte efeitos."
- "Há poucos participantes e as decisões ficam meio pobres."
- "Pouca objetividade, muita política partidária."
- "Poucas pessoas utilizam a palavra, apesar de estar aberta a todos."
- "Elas têm se esvaziado ultimamente por conta das divisões internas do movimento e da burocratização."
- "Conduzidas de forma amadorística e infantil. A mesa tem se mostrado despreparada. Perde-se tempo em questões banais. Fator de desmobilização."
- "Conduzidas de um modo pouco democrático, incompatível com o espírito acadêmico. Deveriam ser mais democráticas e tolerantes."
- "Com pouca atividade e dinamismo. Com ritualismo excessivo."
- "Não mudaram muito, mas a frequência dos professores é muito baixa quando o assunto não é de interesse geral."
- "Falta direção. As assembléias não são objetivas. Discute-se muito e decide-se pouco. Outros interesses fora do contexto da classe dos professores."
- "Pouco produtivas. Sistema arcaico. Temas de pouco interesse do grande grupo."
- "São burocráticas. A condução das assembléias promove o esvaziamento."
- "As assembléias atuais têm se mostrado esvaziadas, onde prevalece em grande parte a opinião da Diretoria."
- "Fórum legítimo de debates. Mal conduzidas, corporativistas."
- "As últimas foram uma vergonha. É na assembléia que se retrata a miséria política. Não buscam caminhos para fazer com que os professores voltem a participar. São bate-bocas sem maior avanço."
- "Refletem a ausência de uma atuação mais diversificada. Bem conduzidas. Pouco quórum."
- "Vazias, inoperantes, mas não no sentido de incompetentes e sim de falta de participação das pessoas. A minoria leva a maioria nas costas."
- "As assembléias já foram os grandes fóruns de discussão e decisões de uma classe forte. Hoje são pequenas reuniões de comunicação."
- "A última gestão tem tido assembléias pobres, fracas, pouco representativas, por essa desarticulação da direção com a base, com o conjunto de professores."
- "Foram boas, mas contaminadas por outros assuntos que não fazem parte do interesse da classe, mas em parte são competentes."
- "Esvaziadas, as pessoas não se envolvem, estão mais preocupadas com as suas questões pessoais do que com o movimento como um todo."
- "Chatas, decisões tomadas por poucos, pouca divulgação das assembléias (deveriam usar e-mails), deveria haver representantes dos centros."
- "São predefinidas!!"
- "As duas últimas espelharam a realidade do Movimento Docente: a disputa pela ANDES, mais nada."
- "São dirigidas. Se chega ao final com os interesses da minoria em primeiro plano."
- "Refletem um extremismo partidário. Iludem a opinião pública."
- "Cumrem um ritual nada autêntico, apenas para ratificar o que já está decidido. Perda de tempo, manipulação."
- "Uma vergonha, teatro bem armado. As decisões estão previamente estabelecidas."
- "Não há participação dos professores. Objetivos distorcidos e praticamente já decididos."

• "É horrível, uma manipulação do começo ao fim, uma tortura."

• "São importantes, mas quando não há uma motivação muito forte ficam esvaziadas. Antes das assembleias deveria ter um mobilização em cada centro, ter um representante em cada centro."

• "Houve amadurecimento nas assembleias, embora sejam um pouco direcionadas."

• "Necessárias, espaço aberto. Um mal necessário. Não se consegue criar outra forma."

• "A legitimidade delas tem aumentado ao longo do tempo e isso pode ser comprovado na última greve que tivemos."

• "São os únicos momentos em que os professores tomam consciência da categoria como corpo."

• "Talvez conduzidas da melhor forma possível. Não é um processo muito estimulante."

• "São importantes e nos dão muita informação."

• "Objetivas, explicativas e no final mais polêmicas."

INATIVOS

• "São muito chatas. Poucas pessoas comparecem, ficam discutindo muito e não chegam a resoluções finais."

• "Sempre foram muito longas e isso as torna cansativas e sem resultados."

• "O afastamento leva a um relaxamento e conseqüentemente isso tira o estímulo."

• "As assembleias deveriam ser mais objetivas, deveriam ter as questões principais no começo, quando todos ou quase todos tomariam as decisões cabíveis."

• "Muito blá-blá-blá, falta objetividade."

• "Dão muitas voltas em coisas periféricas e deixam de lado coisas importantes."

• "Vejo que para a maior parte dos associados é a mesma coisa ter greve ou não. Não tentam soluções novas."

• "Cansativas, se discute muito e exaustivamente, falta objetividade."

• "Deveria haver mais campanha para levar mais pessoas para as assembleias. Professores são alienados em relação ao movimento da APUFSC."

• "Perdem muito tempo com aborinhas, deveriam ir direto ao assunto."

• "São pouco produtivas, mas é a maneira mais democrática para se tomar uma decisão em grupo."

• "Tenho até vergonha, muita gente de baderna. Pessoas mal preparadas para falar."

• "Muita conversa e pouca ação."

• "São confusas, objetivos principais se diluem numa série de opiniões

paralelas. Isso dificulta a formação de opiniões."

• "Acho que um número pequeno de participantes decide por toda uma classe, mas por não ser participante não posso reclamar."

• "Pouca participação dos professores."

• "Já participei muito. Hoje acho desnecessário, pois nunca tem pessoal suficiente para representar a maioria da categoria. Assim nunca se consegue o que se quer."

• "Não tomam posições, até mesmo os professores não querem participar."

• "Umhas melhores, outras piores, têm que ser mais democráticas."

• "Primeiro, as assembleias são dirigidas só por quem tem o poder. Eles fazem a técnica do esvaziamento, inscrevem o pessoal e falam quando tem que sair para não fazerem coro. Assim as assembleias não valem para nada."

• "Na assembleia há uma minoria que decide e que fica sempre batendo na mesma tecla, muita politicagem."

• "A APUFSC tenta direcionar os objetivos e às vezes conflita com interesses pessoais."

• "Eles já vão com as decisões prontas, acho desnecessário."

• "Faz tempo que não vou, acho muito tumultuado, muito PT."

• "Infelizmente existem interesses político-partidários que atrapalham o objetivo dos docentes."

• "É o fórum de informações, esclarecem. Não podem ser tendenciosas."

• "Está sendo bem conduzido, embora tenha sempre um pessoal radical."

• "É interessante, tira da média dos interesses dos associados. Sem essas assembleias não se conseguiria nada."

• "São importantes por avaliarem as tendências e a vontade do corpo docente."

• "São válidas, pois unem os professores."

• "Muito bem conduzidas e necessárias para manter a classe ativa."

• "São válidas, pois de uma assembleia se tiram pareceres, soluções e encaminhamentos."

• "Sempre foram uma forma de debater as questões que estão em prioridade no momento. Infelizmente muitos professores não dão valor."

• "São necessárias, são instrumentos ótimos para se conseguir o que queremos."

• "É uma linha de atuação pelo lado mais político."

• "Desde que sejam representativas são boas."

3.4 Participação

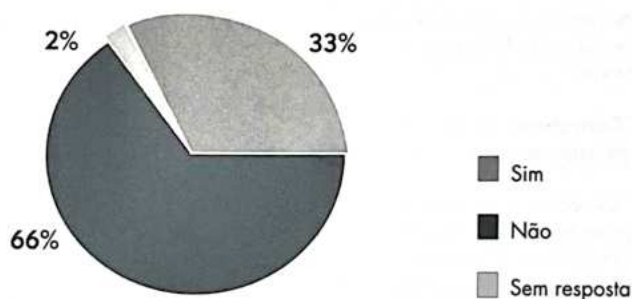
TABELA Nº 17 – GOSTARIA DE PARTICIPAR ATIVAMENTE DA APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	84	36,4%	25	24,5%	109	32,7%
Não	146	63,2%	73	71,6%	219	65,8%
Sem resposta	1	0,4%	4	3,9%	5	1,5%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Quando os docentes foram perguntados se gostariam de participar ativamente na APUFSC-SSIND, verifica-se que cerca de um terço teria esta disposição. Este talvez seja o caminho que a APUFSC-SSIND deveria perseguir, atrair os 33% dispostos a se engajarem no processo.

Gostaria de participar ativamente da APUFSC



FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Capítulo IV COMUNICAÇÃO: DIRETORIA X BASE

4.1 Formas de Comunicação

TABELA Nº 18 – BOLETIM

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	213	92,2%	81	79,4%	294	88,3%
Não	18	7,8%	21	20,6%	39	11,7%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 19 – OPINIÃO SOBRE O BOLETIM

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito bom/ótimo/importante/excelente	16	6,9%	32	31,4%	48	14,4%
Bom/boas informações	108	46,8%	35	34,3%	143	42,9%
Eficiente/leitura rápida/boas matérias/acessível	33	14,3%	6	5,9%	39	11,7%
Regular/razoável/fraco	47	20,3%	9	8,8%	56	16,8%
Falta esclarecimento atividades	13	5,6%	6	5,9%	19	5,7%
Não tem opinião	12	5,2%	14	13,7%	26	7,8%
Outros	2	0,9%	0	0,0%	2	0,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 20 – JORNAL (JA)

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	N	%	N	%	N	%
Sim	73	31,6%	50	49,0%	123	36,9%
Não	158	68,4%	52	51,0%	210	63,1%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

O principal instrumento de comunicação da Diretoria com a base associada é o *Boletim*, já que é através dele que 88% dos professores tomam conhecimento do que se passa na entidade e no Movimento Docente em geral. A opinião dos professores acerca do *Boletim* é positiva em 69% dos casos, pois o consideram eficiente, com boas informações, proporcionando uma leitura rápida, com boas matérias, em linguagem acessível.

- "Mais realista e eficaz."
- "Informações curtas e objetivas, melhorar a diagramação..."
- "O *Boletim* é melhor por ser sucinto. É o mais interessante, com notícias praticamente diárias."
- "Sempre bem atualizado, mais completo."
- "Informativo bem atualizado."
- "Sem conteúdo político, meramente informativo."
- "Despolitizado e burocrático."

O jornal utilizado como informativo da entidade é espontaneamente apontado por 37% dos professores. Na menção estimulada, 47% consideram-no um excelente veículo de comunicação, bem elaborado, interessante com matérias de boa qualidade. As críticas ao jornal incidem no baixo índice de leitores e em consequência para alguns torna-se um desperdício de dinheiro. Verifica-se que o jornal é mais lido entre os inativos do que entre os ativos.

TABELA Nº 21 – OPINIÃO SOBRE O JORNAL (JA)

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito bom/ótimo/excelente	9	3,9%	25	24,5%	34	10,2%
Bom veículo de comunicação	65	28,1%	31	30,4%	96	28,8%
Bem elaborado/interessante/boa qualidade/eficiente	17	7,4%	9	8,8%	26	7,8%
Pouco lido/não é conhecido	3	1,3%	16	15,7%	19	5,7%
Desnecessário/desperdício de dinheiro	19	8,2%	2	2,0%	21	6,3%
Falta atualização/assuntos interessantes	34	14,7%	10	9,8%	44	13,2%
Não tem opinião	68	29,4%	9	8,8%	77	23,1%
Outros	2	0,9%	0	0,0%	2	0,6%
Sem resposta	14	6,1%	0	0,0%	14	4,2%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 22 – REVISTA (PLURAL)

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	44	19,0%	31	30,4%	75	22,5%
Não	187	81,0%	71	69,6%	258	77,5%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 23 – OPINIÃO SOBRE A REVISTA PLURAL

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ótima/excelente/interessante	17	7,4%	22	21,6%	39	11,7%
Bem elaborada/profunda	59	25,5%	24	23,5%	83	24,9%
Boa qualidade	22	9,5%	0	0,0%	22	6,6%
Regular	10	4,3%	1	1,0%	11	3,3%
Faltam assuntos interessantes	25	10,8%	6	5,9%	31	9,3%
Ruim/desperdício de dinheiro	27	11,7%	6	5,9%	33	9,9%
Tendenciosa/extrema esquerda/fechada	17	7,4%	6	5,9%	23	6,9%
Não tem opinião	37	16,0%	36	35,3%	73	21,9%
Outros	3	1,3%	1	1,0%	4	1,2%
Sem resposta	14	6,1%	0	0,0%	14	4,2%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

A revista é mencionada espontaneamente por 22,5% do público. Na menção estimulada o percentual de leitores se eleva expressivamente, só não opinando 26% do público.

Têm uma avaliação positiva da revista 43% dos leitores, que a consideram:

· "Informações mais acadêmicas. Deve continuar cumprindo este papel."

· "É de bom nível. Apresenta bons temas e é de qualidade."

· "Boa qualidade, desperta o espírito crítico do professor."

· "Boa, temas atuais, chamam a atenção."

· "As fontes têm artigos de fundo, material de consulta permanente."

Os professores inativos mencionaram a revista como meio de informação em muito maior proporção do que os ativos.

Têm críticas à revista cerca de 30%, que a consideram desinteressante, tendenciosa, de extrema esquerda. Para estes, o investimento representa desperdício de dinheiro.

· "Qualidade estética boa, artigos interessantes. Falta assumir o título, que é 'plural'. Tem apenas a pretensão de ser plural."

· "O meio é mais importante que o fim, ou seja, o papel, a impressão cara e o conteúdo fraco. Deveria ser o inverso."

• "Temas, assuntos sem interesse direto, muitos assuntos econômicos."

• "Temas fora da realidade, abstratos, muito teórico."

• "Assuntos interessantes, mas muito tendenciosos."

• "Gasto desnecessário, assuntos não diversificados."

• "A revista Plural é um desperdício, muito cara."

• "Quase não leio, não é boa."

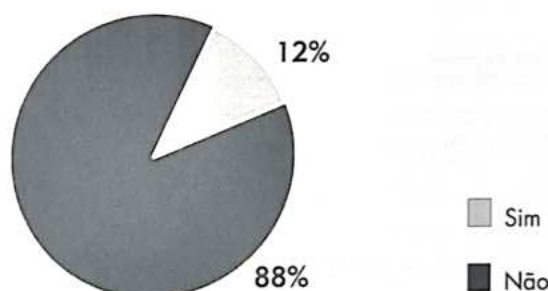
TABELA Nº 24 – REUNIÕES/ASSEMBLÉIAS

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	36	15,6%	4	3,9%	40	12,0%
Não	195	84,4%	98	96,1%	293	88,0%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPÍ & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Reuniões e assembléias só foram mencionadas pelo público como a forma de obtenção de conhecimentos sobre a entidade por 12% (Tabela nº 24), mostrando que as formas indiretas predominam sobre as diretas.

Reuniões/Assembléias



FONTE: LUPÍ & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 25 – MELHOR MEIO DE INFORMAÇÃO COM OS ASSOCIADOS

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Boletim	90	39,0%	32	31,4%	122	36,6%
Internet/Boletim ou jornal digital	56	24,2%	14	13,7%	70	21,0%
Jornal (JA)	11	4,8%	13	12,7%	24	7,2%
Reuniões/encontros/confraternização	28	12,1%	5	4,9%	33	9,9%
Veículos de comunicação	8	3,5%	0	0,0%	8	2,4%
Outros	10	4,3%	4	3,9%	14	4,2%
Não sabe	2	0,9%	5	4,9%	7	2,1%
Como está sendo feito	24	10,4%	29	28,4%	53	15,9%
Sem resposta	2	0,9%	0	0,0%	2	0,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPÍ & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

As melhores formas de comunicação da Diretoria com a base associada são, segundo o público entrevistado, o Boletim e a internet com a divulgação de um jornal digital.

4.2 Atividades e Hábitos de Lazer

TABELA Nº 26 – AS FORMAS DE LAZER OFERECIDAS PELA APUFSC-SSIND

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	N	%	N	%
Não oferece	21	9,1%	8	7,8%	29	8,7%
Não sabe	100	43,3%	37	36,3%	137	41,1%
Não é sua função/desnecessário	8	3,5%	1	1,0%	9	2,7%
Baile anual	27	11,7%	1	1,0%	28	8,4%
Poucas/precárias	37	16,0%	11	10,8%	48	14,4%
Está bom assim	4	1,7%	10	9,8%	14	4,2%
Não participa/não tem interesse	34	14,7%	34	33,3%	68	20,4%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 27 – O QUE A APUFSC-SSIND DEVERIA OFERECER E AINDA NÃO OFERECE

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mais integração	18	7,8%	6	5,9%	24	7,2%
Sede social	93	40,3%	28	27,5%	121	36,3%
Eventos culturais	22	9,5%	3	2,9%	25	7,5%
Melhorar assistência ao associado	21	9,1%	2	2,0%	23	6,9%
Não tem interesse/não tem opinião	38	16,5%	46	45,1%	84	25,2%
Concentrar nas lutas/mais ousadia	22	9,5%	8	7,8%	30	9,0%
Outras	3	1,3%	2	2,0%	5	1,5%
Não é sua função/está bom assim	14	6,1%	7	6,9%	21	6,3%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Os professores da UFSC não sabem, na sua maioria, identificar atividades de lazer ou integração oferecidas pela entidade. Sabem apenas apontar algumas (23%), destacando-se o baile e os eventos culturais, embora a avaliação destes seja de que há poucas atividades e que são precárias. Percebe-se que parte dos professores não considera importante, necessário, o oferecimento de outras atividades para além do que hoje é oferecido (41%), mas 58% acredita que seria necessário fortalecer a integração dos professores. Destes, a principal demanda é a sede social (36%).

TABELA Nº 28 – PRINCIPAIS HÁBITOS DE LAZER – PRIMEIRA OPÇÃO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cinema	48	20,8%	7	6,9%	55	16,5%
TV	15	6,5%	3	2,9%	18	5,4%
Video	7	3,0%	0	0,0%	7	2,1%
Esportes	31	13,4%	17	16,7%	48	14,4%
Bares	6	2,6%	0	0,0%	6	1,8%
Restaurantes	9	3,9%	1	1,0%	10	3,0%
Música	18	7,8%	6	5,9%	24	7,2%
Visita a amigos	7	3,0%	3	2,9%	10	3,0%
Clubes	0	0,0%	1	1,0%	1	0,3%
Natureza (passeios ecológicos)	18	7,8%	3	2,9%	21	6,3%
Passeios	18	7,8%	9	8,8%	27	8,1%
Pesca	6	2,6%	5	4,9%	11	3,3%
Leitura	36	15,6%	27	26,5%	63	18,9%
Outros	12	5,2%	18	17,6%	30	9,0%
Sem resposta	0	0,0%	2	2,0%	2	0,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 29 – PRINCIPAIS HÁBITOS DE LAZER – SEGUNDA OPÇÃO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cinema	31	13,4%	11	10,8%	42	12,6%
TV	15	6,5%	6	5,9%	21	6,3%
Video	4	1,7%	1	1,0%	5	1,5%
Esportes	28	12,1%	11	10,8%	39	11,7%
Bares	10	4,3%	2	2,0%	12	3,6%
Restaurantes	19	8,2%	4	3,9%	23	6,9%
Música	18	7,8%	4	3,9%	22	6,6%
Visita a amigos	12	5,2%	0	0,0%	12	3,6%
Clubes	9	3,9%	0	0,0%	9	2,7%
Natureza (passeios ecológicos)	29	12,6%	2	2,0%	31	9,3%
Passeios	18	7,8%	15	14,7%	33	9,9%
Pesca	3	1,3%	2	2,0%	5	1,5%
Leitura	27	11,7%	15	14,7%	42	12,6%
Outros	7	3,0%	22	21,6%	29	8,7%
Sem resposta	1	0,4%	7	6,9%	8	2,4%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Os professores da UFSC têm na leitura a sua principal atividade de lazer, seguida pelo cinema e pela prática desportiva. Chamamos a atenção para o fato de que há um público interessado em passeios, quase 20%. Este tipo de atividade pode servir para propiciar atividades de integração dos professores. Percebe-se que as preferências por atividades de lazer dos professores poderiam contemplar sessões de cinema com debates, utilizando as próprias instalações da UFSC.

Também a realização de campeonatos e atividades desportivas podem ser promovidas, já que esta infra-estrutura também existe na universidade.

Percebemos que parte da solução apontada pelos professores é para o fortalecimento das formas associativas, para a criação de espaços que permitam o conagração dos professores, aumentando em decorrência sua progressiva participação e assumindo responsabilidades em prol do coletivo.

TABELA Nº 30 – PRINCIPAIS HÁBITOS DE LAZER – TERCEIRA OPÇÃO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cinema	25	10,8%	6	5,9%	31	9,3%
TV	8	3,5%	5	4,9%	13	3,9%
Vídeo	4	1,7%	0	0,0%	4	1,2%
Esportes	24	10,4%	9	8,8%	33	9,9%
Bares	4	1,7%	3	2,9%	7	2,1%
Restaurantes	13	5,6%	1	1,0%	14	4,2%
Música	30	13,0%	4	3,9%	34	10,2%
Visita a amigos	13	5,6%	7	6,9%	20	6,0%
Clubes	5	2,2%	0	0,0%	5	1,5%
Natureza (passeios ecológicos)	20	8,7%	3	2,9%	23	6,9%
Passeios	25	10,8%	13	12,7%	38	11,4%
Pesca	6	2,6%	0	0,0%	6	1,8%
Leitura	34	14,7%	11	10,8%	45	13,5%
Outros	10	4,3%	18	17,6%	28	8,4%
Sem resposta	10	4,3%	22	21,6%	32	9,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPÍ & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

Capítulo V PERFIL DOS PROFESSORES

TABELA Nº 31 – TITULAÇÃO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Graduado	9	3,9%	17	16,7%	26	7,8%
Especialista	16	6,9%	25	24,5%	41	12,3%
Mestre	74	32,0%	31	30,4%	105	31,5%
Doutor	110	47,6%	14	13,7%	124	37,2%
Pós-doutor	11	4,8%	4	3,9%	15	4,5%
Titular	11	4,8%	11	10,8%	22	6,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 32 – REGIME DE TRABALHO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20 horas	6	2,6%	10	9,8%	16	4,8%
40 horas	12	5,2%	14	13,7%	26	7,8%
40 horas D.E.	213	92,2%	78	76,5%	291	87,4%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 33 – TEMPO DE SERVIÇO NA UFSC

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 1 ano	2	0,9%	0	0,0%	2	0,6%
De 1 a 3 anos	24	10,4%	0	0,0%	24	7,2%
De 4 a 5 anos	22	9,5%	0	0,0%	22	6,6%
De 6 a 10 anos	53	22,9%	0	0,0%	53	15,9%
De 11 a 15 anos	20	8,7%	9	8,8%	29	8,7%
De 16 a 20 anos	53	22,9%	18	17,6%	71	21,3%
De 21 a 25 anos	41	17,7%	27	26,5%	68	20,4%
Mais de 25 anos	16	6,9%	48	47,1%	64	19,2%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A percepção dos professores acerca do Movimento Docente nas Universidades Federais mostra que este se acha dividido, passando por uma fase de intensa desmobilização (43,5%).

2. As principais razões explicativas desta situação estão na desmotivação ocorrida em consequência do fracasso das últimas greves e no sentimento de impotência frente ao governo.

3. Somente 20% dos professores caracterizam o movimento, hoje, como importante, atuante, necessário, organizado e articulado, sendo esta visão quase exclusiva dos professores inativos.

4. Os professores da UFSC percebem que as principais mudanças ocorridas no sindicalismo brasileiro estão relacionadas ao seu enfraquecimento (30%), especialmente ocasionado pelo desemprego e pela política governamental, que dificulta tanto a manutenção de direitos quanto a possibilidade de serem feitas reivindicações.

5. Indubitavelmente, as principais bandeiras de luta do movimento devem ser a luta pela reposição das perdas salariais (39%) e a defesa do ensino público, gratuito e

TABELA Nº 34 – SEXO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	160	69,3%	69	67,6%	229	68,8%
Feminino	71	30,7%	33	32,4%	104	31,2%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPÍ & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 35 – FAIXA ETÁRIA

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De 20 a 29 anos	4	1,7%	0	0,0%	4	1,2%
De 30 a 39 anos	59	25,5%	0	0,0%	59	17,7%
De 40 a 49 anos	124	53,7%	9	8,8%	133	39,9%
De 50 a 59 anos	37	16,0%	49	48,0%	86	25,8%
De 60 a 69 anos	6	2,6%	30	29,4%	36	10,8%
70 anos e mais	0	0,0%	13	12,7%	13	3,9%
Sem resposta	1	0,4%	1	1,0%	2	0,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPÍ & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 36 – ESTADO CIVIL

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	N	%	N	%	N	%
Solteiro(a)	42	18,2%	6	5,9%	48	14,4%
Casado(a)	152	65,8%	80	78,4%	232	69,7%
Separado(a)	20	8,7%	10	9,8%	30	9,0%
Viúvo(a)	0	0,0%	5	4,9%	5	1,5%
Outros	16	6,9%	0	0,0%	16	4,8%
Sem resposta	1	0,4%	1	1,0%	2	0,6%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPÍ & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

de qualidade (28%). Estas bandeiras foram exaustivamente pesquisadas, tanto de maneira espontânea como estimulada, e é sobre elas que recai o consenso da categoria.

6. A divisão do movimento espelha-se igualmente na avaliação da APUFSC-SSIND como a condutora das lutas, das bandeiras do Movimento Docente. Boa parte (40%) considera a condução adequada e igual proporção considera que ela tem sido apática, desmobilizada, pouco atuante e sem representatividade.

7. Deve-se esclarecer que as críticas à desmobilização passam tanto pela percepção das que acreditam que a APUFSC-SSIND tem sido pouco agressiva na condução das lutas como pelos que acreditam que ela é dirigida político-partidariamente.

8. Apesar das dificuldades, a APUFSC-SSIND em nenhum momento é percebida como descartável — 84% reconhecem a sua importância.

9. A maioria só vê vantagens na Entidade, sendo que a principal é o fato de ela ser a instância de representação e a base para a defesa dos interesses da categoria, manifestamente com atribuições sindicais e não meramente associativas.

TABELA Nº 37 – EXERCE OUTRA ATIVIDADE ALÉM DA DOCÊNCIA

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Consultoria	25	10,8%	5	4,9%	30	9,0%
Extensão	62	26,8%	3	2,9%	65	19,5%
Consultório particular	10	4,3%	13	12,7%	23	6,9%
Sociedade comercial	1	0,4%	1	1,0%	2	0,6%
Outros	8	3,5%	24	23,5%	32	9,6%
Não exerce	125	54,1%	56	54,9%	181	54,4%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 38 – ATIVIDADE REMUNERADA

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	63	27,3%	35	34,3%	98	29,4%
Não	43	18,6%	11	10,8%	54	16,2%
Não exerce outra atividade	125	54,1%	56	54,9%	181	54,4%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

TABELA Nº 39 – RENDA FAMILIAR MENSAL

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 10 salários mínimos*	7	3,0%	0	0,0%	7	2,1%
De 10,1 a 15 sm	18	7,8%	4	3,9%	22	6,6%
De 15,1 a 20 sm	41	17,7%	11	10,8%	52	15,6%
De 20,1 a 30 sm	67	29,0%	21	20,6%	88	26,4%
De 30,1 a 40 sm	59	25,5%	27	26,5%	86	25,8%
De 40,1 a 50 sm	18	7,8%	13	12,7%	31	9,3%
De 50,1 a 60 sm	10	4,3%	7	6,9%	17	5,1%
De 60,1 a 70 sm	6	2,6%	3	2,9%	9	2,7%
Mais de 70 sm	3	1,3%	5	4,9%	8	2,4%
Sem resposta	2	0,9%	11	10,8%	13	3,9%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

* SALÁRIO MÍNIMO = R\$ 151,00. FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

10. Os que apresentam desvantagens (26%) destacam principalmente a participação pouco democrática de caráter político-partidário (14,4%) e os descontos das mensalidades (8,4%).

11. Na visão dos professores da UFSC a Associação é percebida positivamente pela maior parcela (47%), com avaliações que vão desde a total satisfação até ao reconhecimento do esforço que vem sendo feito na manutenção da defesa dos interesses da categoria, não obstante a situação da conjuntura.

12. Aqueles que não estão satisfeitos com a Entidade, que consideram sua atuação apenas razoável (31%), afirmam que há falta de competência e de organização, que falta objetividade à Diretoria na condução do Movimento Docente.

13. No tocante à avaliação da atual Diretoria, percebemos a existência de três posicionamentos distintos: o primeiro (32%) reconhece o esforço, a boa atuação da atual Diretoria comparada com outras gestões e a coerência das posições do grupo. Este bloco tem maior número de simpatizantes entre os inativos.

14. O segundo (32%) considera a atuação da Diretoria razoável, regular, sem liderança e sem bases.

TABELA Nº 40 – BAIRRO

	ATIVOS		INATIVOS		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Centro/Agrônômica/Beira-Mar	46	19,9%	47	46,1%	93	27,9%
Trindade e arredores	110	47,6%	26	25,5%	136	40,8%
Lagoa/Barra da Lagoa	13	5,6%	2	2,0%	15	4,5%
Sul da Ilha	18	7,8%	6	5,9%	24	7,2%
Norte da Ilha	18	7,8%	3	2,9%	21	6,3%
Estreito/Capoeiras	4	1,7%	8	7,8%	12	3,6%
Abraão/Coqueiros/Itaguaçu/Bom Abrigo	8	3,5%	3	2,9%	11	3,3%
São José (Kobrasol/Campinas/Barreiros)	10	4,3%	1	1,0%	11	3,3%
Palhoça	2	0,9%	1	1,0%	3	0,9%
Sem resposta	2	0,9%	5	4,9%	7	2,1%
TOTAL	231	100,0%	102	100,0%	333	100,0%

FONTE: LUPI & ASSOCIADOS - "APUFSC NA VISÃO DOS ASSOCIADOS" - MAIO DE 2000

15. O terceiro e maior bloco (36%) é constituído pelos que não opinam, seja por desconhecimento, seja por indiferença ou receio de se comprometerem.

16. Metade dos professores da UFSC (50,5%) restringe sua participação no processo eleitoral ao voto. Fazem campanha ativamente 7%, e participam dos debates e reuniões de campanha 12%.

17. Afirmam participar das assembléias e reuniões da APUFSC-SSIND 42% dos professores, sendo maior a participação dos ativos.

18. Há um descontentamento generalizado dos professores

com as assembléias da APUFSC-SSIND, pois 67% fazem duras críticas. Caracterizam-nas como enfadonhas, cansativas, esvaziadas, pouco produtivas e são recorrentes as questões de falta de representatividade, seja pela baixa participação, seja pelo direcionamento político-partidário.

19. Cerca de 33% dos professores dizem-se dispostos a participar mais ativamente da Associação.

20. O principal instrumento de comunicação com a base associada é o *Boletim* (88%). Através dele os professores mantêm-se informados sobre o que se passa na Entidade e no Movimento Docente.

21. A avaliação dos professores acerca do *Boletim* é positiva. Em 69% dos casos consideram-no um veículo eficiente, com boas informações, proporcionando uma leitura rápida com boas matérias.

22. O jornal *JA* e a revista *Plural* têm um baixo índice de leitores comparativamente ao *Boletim*. Entre os que lêem o *JA*, 47% consideram-no muito bom, bem elaborado, interessante, mas 25% fazem críticas especialmente porque é pouco lido. A *Plural* também tem uma avaliação semelhante: 43% consideram-na boa e 30% criticam-na.

23. A melhor forma de comunicação da Diretoria com a base associada é, segundo o

público entrevistado, o *Boletim* e a *Internet* com a divulgação de um jornal digital.

24. Percebe-se que parte importante dos professores não considera necessário o oferecimento de outras atividades para além do que hoje é ofertado (41%), mas 58% acredita que seria necessário fortalecer a integração dos professores para estimular a mobilização.

25. A principal sugestão para integração é a sede social (36%). Também cinema, desportos e passeios podem servir para propiciar atividades de integração dos professores.

26. A integração é vista pelos docentes como uma forma de fortalecimento da Entidade.

27. Os professores da UFSC, na sua maioria, têm Doutorado (42%) ou Mestrado (32%). O regime de trabalho é expressivamente de Dedicção Exclusiva (87%). A significativa maioria trabalha na Instituição há 16 anos e mais. São do sexo masculino 69%. Quase metade (46%) exerce outra atividade além da docência, mas somente 29% recebem remuneração por estas tarefas. A renda familiar mais freqüente situa-se entre 20 e 40 salários mínimos. A área de residência com maior proporção de professores da UFSC é a Trindade e arredores da Universidade.

Aos colaboradores

Leitores interessados em publicar seus textos na revista **Plural** devem observar as seguintes normas para envio de artigos:

1) os textos devem conter, no máximo, dez laudas (25 mil caracteres). Um texto ideal seria de cinco ou seis laudas. Autores que excederem o tamanho máximo serão contactados para considerarem a possibilidade de cortes no texto;

2) o Conselho Editorial recomenda que:

2.1) sejam evitados vocabulário especializado, glossários e frases muito extensas;

2.2) sejam evitados títulos e subtítulos acadêmicos como "Introdução", "Método de Trabalho" e "Considerações Finais". Contudo, sugere-se o uso de intertítulos a cada 30 linhas de texto;

2.3) sejam produzidos textos com conteúdo atualizado e informativo, evitando-se a produção de textos herméticos, "empolados", desinteressantes, com informações já conhecidas, chavões político-partidários, etc.;

2.4) título e conteúdo sejam compatíveis, de modo que as expectativas geradas sejam efetivamente realizadas ao longo do texto;

3) o Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse tipo de material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação;

4) as referências bibliográficas, quando necessárias, devem ser citadas de acordo com as normas da ABNT;

5) os artigos deverão ser encaminhados em disquete, com uma cópia impressa, digitados no programa Word for Windows. Deve constar nome do autor, profissão/cargo, local de trabalho, endereço e telefone para contato, assim como um breve resumo de dez linhas sobre o conteúdo do texto;

6) ilustrações ou fotos poderão ser fornecidas pelos autores, assim como a indicação de pequenos trechos que possam ser destacados dentro do artigo;

7) a revisão dos textos será feita por profissionais contratados pela APUFSC, podendo o autor solicitar uma leitura posterior à revisão.

Diretoria de Divulgação e Imprensa

Seções da Plural

Literatura

Serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa da fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, no máximo, 100 linhas (aproximadamente 8 mil caracteres).

Espaço Plural

Serão aceitas cartas, desde que eticamente redigidas. Deverão conter, no máximo, 40 linhas.

Contos e poemas

Serão aceitos, desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de leitura

Sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades do Sindicato.

Professor-repórter

Curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto no Brasil como no exterior.

Intercâmbio universitário

Trocas de informações, experiências e outros temas relacionados às atividades da comunidade acadêmica, especialmente aspectos polêmicos como avaliação docente, papel das CPPDs, etc.

A Plural é distribuída gratuitamente para:

todos os associados da APUFSC-SSind;
todos os sindicatos do estado de Santa Catarina;
todas as universidades federais brasileiras;
todos os deputados estaduais; e
todos os vereadores de Florianópolis.

Plural / APUFSC-SSIND. - 1, n. 1 (jul.
/ dez. 1991) - . - Florianópolis:
APUFSC/SSIND, 1991 - v.; 30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa Catarina

Desejo fazer uma assinatura da revista Plural por

☐ ☐ um ano ou

☐ ☐ dois anos ou

☐ ☐ duas edições

☐ ☐ quatro edições

Nome

Endereço

.....

CEP Bairro Cidade

Estado

Local e data

Assinatura

Remeta para APUFSC - Blocos Modulados - Campus Universitário - Caixa Postal 5011 -
CEP 88040-900 - Florianópolis - Santa Catarina ou envie por fax. Você pode ainda fazer sua
assinatura pelos telefones (48) 234-5216 ou 234-2844.

Valor da assinatura: um ano (duas edições): R\$ 20,00; dois anos (quatro edições): R\$ 40,00.

Sob pedido, sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente.



APUFSC-SSIND

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA